

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 13, DE 2015

(Do Poder Executivo)

MSC 341/2015

AV 406/2015

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 461, de 05 de junho de 2014, que outorgar autorização à Associação Comunitária Lapa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIACÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

TVR
13/2015

Mensagem nº 341

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 61, de 21 de fevereiro de 2014 - Associação Comunitária Cultural e Artística de Indianópolis, no município de Indianópolis – PR;
- 2 - Portaria nº 420, de 22 de maio de 2014 – Associação Tupiratins de Apoio a Educação Cultura e Lazer - ATAECCL, no município de Tupiratins – TO;
- 3 - Portaria nº 422, de 22 de maio de 2014 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Paracambi, no município de Paracambi – RJ;
- 4 - Portaria nº 423, de 22 de maio de 2014 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Matos Costa, no município de Matos Costa – SC;
- 5 - Portaria nº 424, de 22 de maio de 2014 – Associação Rádio Mangabeira de Todos, no município de João Pessoa – PB;
- 6 - Portaria nº 425, de 22 de maio de 2014 – Associação Beneficente dos Moradores da Rua Antônio Carneiro da Fonseca e Ruas Circunvizinhas de Araruna – ABMAC, no município Araruna – PB;
- 7 - Portaria nº 437, de 6 de novembro 2014 – Associação Comunitária Cariri de Preservação do Meio Ambiente e Cultura, no município de Cariri do Tocantins – TO;
- 8 - Portaria nº 461, de 5 de junho de 2014 – Associação Comunitária Lapa, no município de Nova Cruz – RN;
- 9 - Portaria nº 462, de 5 de junho de 2014 – Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Tiradores e Descascadores de Coco, no município de Piaçabuçu – AL;
- 10 - Portaria nº 463, de 5 de junho de 2014 – Associação Comunitária de Moraes Almeida, no município de Itaituba – PA;
- 11 - Portaria nº 464, de 5 de junho de 2014 – Associação Comunitária, Cultural e de Comunicação Social de Florai – ACOSF, no município de Florai – PR;
- 12 - Portaria nº 739, de 6 de novembro de 2014 – Associação Educativa e Cultural Bom Jesus, no município de Bom Jesus do Oeste – SC; e

13 - Portaria nº 741, de 6 de novembro de 2014 – Associação Rádio Comunitária Formosa, no município de Formosa da Serra Negra – MA.

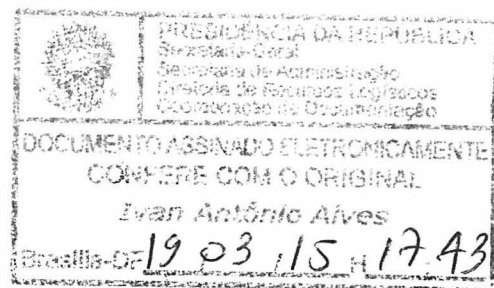
Brasília, 16 de setembro de 2015.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "D. Russell", with a large, stylized flourish extending from the bottom right.

PORT 461/14

SAG RC
53000.037564/2011-25 (A5)

EM nº 00015/2015 MC



Brasília, 19 de Março de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Lapa - ACL, no Município de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

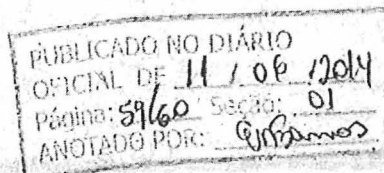
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.037564/2011 que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ricardo Jose Ribeiro Berzoini

Em 15/2015



PORTARIA Nº 461, DE 05 DE JUNHO DE 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.037564/2011, resolve:


Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Lapa, com sede à Rua Industrial José de Brito, nº 560 C, bairro: Centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar utilizando a frequência de 87,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações

PRIMEIRA - SECRETARIA

RECEBIDO nesta Secretaria

Em 17/09/15 às 17:50 horas

João Vitor
Nome legível nº Ponto 4.266

Aviso nº 406 - C. Civil.

MSC 341/2015

Em 16 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado BETO MANSUR
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

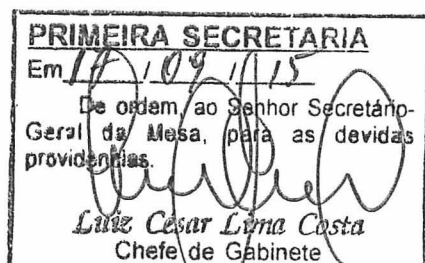
Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que autorizam a execução de serviços de radiodifusão comunitária constantes das Portarias nºs 61, 420, 422, 423, 424, 425, 437, 461, 462, 463, 464, 739 e 741, de 2014.

Atenciosamente,

Aloizio Mercadante
ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



Secretaria-Geral da Mesa
Folha: 148
Ass.:
D. G. M.
Data: 18/09/2015 10:37
Ass.:
A. S. M.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: 53000.037564/2011-25

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 19 de dezembro de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 19/12/2014, às 12:53, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0296110** e o código CRC **CBEC0CD3**.

22		/	/	58		/	/
23		/	/	59		/	/
24		/	/	60		/	/
25		/	/	61		/	/
26		/	/	62		/	/
27		/	/	63		/	/
28		/	/	64		/	/
29		/	/	65		/	/
30		/	/	66		/	/
31		/	/	67		/	/
32		/	/	68		/	/
33		/	/	69		/	/
34		/	/	70		/	/
35		/	/	71		/	/
36		/	/	72		/	/

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.037564/2011-25**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 19 de dezembro de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 19/12/2014, às 12:53, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0296110** e o código CRC **CBEC0CD3**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Assunto: **Atendimento ao Aviso de Habilitação nº 04/2011**

Protocolo nº: **53000.037564/2011-25**

1. Frente à apresentação da documentação anexa encaminhada pela **Associação Comunitária Lapa - ACL**, na localidade de **Nova Cruz/RN**, onde solicita **autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária**, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo.

Brasília, 28 de julho de 2011.

Pedro Paulo Verano de Souza

Chefe de Serviço

Pedro Paulo Verano

Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária

Mat. 1311929

SEVEX/CORAC/DEOC/SC

69

340

Min. das Comunicações - SCE

Fis. 2

ANEXO 1 - MODELO DE REQUERIMENTO
FORMULÁRIO PADRONIZADO MODELO A-1

**REQUERIMENTO DE DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A Associação Comunitária Lapa - ACL, inscrita no CNPJ sob o nº 13.790.179/0001-70, com sede na Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59215-000, telefone 061-96021611, correio eletrônico maxandradenc@yahoo.com.br, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, respeitosamente à presença de V. Exa., nos termos de que trata o item 3 da Norma Complementar no 1/2004, demonstrar seu interesse em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 Km, com centro localizado na Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59215-000, de coordenadas geográficas 06°28'52"S de latitude e 35° 25' 58"W de longitude, onde pretende instalar o sistema irradiante de sua estação, e solicitar a designação de canal para a execução do Serviço.

Declaro ter conhecimento de que o presente requerimento se destina somente a registro de dados no Sistema de Informação do Serviço de Radiodifusão Comunitária - Sistema RadCom para conhecimento, pelo Ministério das Comunicações, do interesse desta entidade em executar o Serviço na localidade informada, não gerando qualquer direito referente à autorização para essa execução.

Nova Cruz - RN, 14 de junho de 2011.

Joanne de Lima dos S. Mendes
Joanne de Lima dos Santos Mendes
CPF: 024.802.524-42

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 037564/2011-25

SEPRODIOLOG/COLOG/CGRL/SPD

ANEXO 125/11 - 14-06-11

seleu

Nome do representante da entidade: Joanne de Lima dos Santos Mendes
CPF: 024.802.524-42

Endereço para correspondência: Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59215-000
Telefone para contato: 084-91755173;
Correio eletrônico (e-mail): maxandradenc@yahoo.com.br

DOCUMENTO ANEXADO
NESTA DATA

____/____/____

FORMULÁRIO PADRONIZADO MODELO A-2

**REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO
EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A **Associação Comunitária Lapa - ACL**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.790.179/0001-70, com sede na Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59215-000, telefone 061-96021611, correio eletrônico maxandradenc@yahoo.com.br, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, respeitosamente à presença de V. Ex.^a, em atendimento ao Aviso 04/2011, apresentar a documentação de que trata o item 7 da Norma nº 1/2004 – Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria MC nº 103, de 23 de janeiro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 26 subsequente.

Nova Cruz - RN, 14 de junho de 2011.

Joanne de Lima dos S. Mendes
Joanne de Lima dos Santos Mendes
CPF: 024.802.524-42

Nome do representante da entidade: Joanne de Lima dos Santos Mendes
CPF: 024.802.524-42

I – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS APRESENTADOS

1 – Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
2 – Estatuto Social, devidamente registrado	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
3 – Ata de Constituição da entidade devidamente registrada	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
4 – Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
5 – Relação contendo o nome de todos os associados pessoas naturais e jurídicas	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
6 – Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
7 – Prova de que seus diretores são maiores de dezoito anos ou emancipados	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>

8 – Declaração, assinada pelo representante legal, especificando o endereço completo da sede da entidade	Sim	Não
	X	

9 – Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso	Sim	Não
	X	

10 – Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço	Sim	Não
	X	

11 – Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados	Sim	Não
	X	

12 – Declaração, assinada pelo representante legal, constando a denominação de fantasia da emissora, se houver	Sim	Não
	X	

13 – Declaração, assinada pelo representante legal, de que o local pretendido para a instalação do sistema irradiante possibilita o atendimento do disposto no subitem 18.2.7.1 ou 18.2.7.1.1 da Norma Complementar nº 1/2004	Sim	Não
	X	

14 – Declaração, assinada por profissional habilitado ou por representante legal da entidade, confirmando as coordenadas geográficas, na padronização GPS-SAD69 ou WGS 84, e o endereço proposto para instalação do sistema irradiante	Sim	Não
	X	

15 – Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade apresentará Projeto Técnico de acordo com as disposições da Norma Complementar nº 1/2004 e com os dados indicados em seu requerimento, caso seja selecionado	Sim	Não
	X	

16 – Comprovante de recolhimento de taxa relativa às despesas de cadastramento	Sim	Não
	X	

II – MANIFESTAÇÕES DE APOIO

1 – Manifestação de apoio individual contendo o nome, o número da identidade, o endereço do domicílio ou residência, o Código de Endereçamento Postal (CEP) e a assinatura do declarante	Sim	Não
1.1 – Soma das manifestações individuais apresentadas		X

2 – Manifestação de apoio coletiva, apresentada sob a forma de abaixo-assinado, contendo o nome, o número da identidade, o endereço do domicílio ou residência, o Código de Endereçamento Postal (CEP) e a assinatura de cada declarante	Sim	Não
2.1 – Soma das assinaturas constantes das manifestações de apoio coletivas, apresentadas sob a forma de abaixo-assinado	X	

3 – Manifestação de apoio apresentada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a execução do Serviço, contendo a denominação da entidade apoiadora, o endereço da sede, o Código de Endereçamento Postal (CEP) e assinatura do representante legal	Sim	Não
3.1 – Soma das manifestações de apoio das entidades associativas e comunitárias apresentadas		

Ministério da
Fis. 5
Rubrica
SCE

4 – Manifestação de apoio dos associados da entidade requerente comprovada por meio de assinaturas constantes de Ata de Assembléia Geral, convocada especialmente para manifestar apoio à iniciativa de requerer a autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária	Sim	Não
4.1 – Soma das assinaturas constantes da Ata de Assembléia Geral		

III – ACORDO PARA ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES

Caso exista mais de uma entidade concorrente na mesma área de serviço, a requerente declara que concorda em associar-se às demais entidades.	Sim	Não
		X

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo relativo a solicitação de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada em original ou cópia autenticada e em conformidade com o subitem 7.2 da Norma Complementar nº 1/2004, bem como as afirmações feitas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

Joanne de Lima dos S. Mendes
Joanne de Lima dos Santos Mendes
CPF: 024.802.524-42

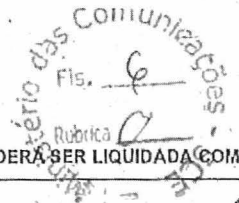
Endereço para correspondência: Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59215-000

Telefone para contato: 084 - 91755173;

Correio eletrônico (e-mail): maxandradenc@yahoo.com.br


Pretende instalar o sistema irradiante de sua estação na Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59215-000, de coordenadas geográficas 06°28'52"S de latitude e 35° 25' 58"W de longitude

ATENÇÃO: Se o encaminhamento for via postal, todos os documentos acima relacionados deverão ser apresentados juntamente com este requerimento.



Gerado a partir do sítio da Secretaria do Tesouro Nacional

SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER LIQUIDADA COM CHEQUE

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	
	Competência	07/2011
	Vencimento	21/07/2011
	Nome do Contribuinte / Recolhedor Associação Comunitária Lapa - ACL	CNPJ ou CPF do Contribuinte
Nome da Unidade Favorecida COORDENACAO GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	UG / Gestão	410003 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos. SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE	(=) Valor do Principal	20,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
	(+) Juros / Encargos	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STNF7BD4AF4080CC0EDA29817F2F38947B9]	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	20,00

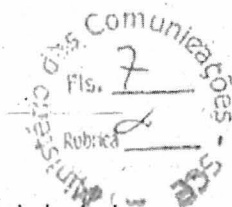
89970000000-3 20000001010-6 95523151882-4 20491821815-8



21/07/2011 13:34:28
BANCO DO BRASIL 1111971
COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD. BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras 89970000000-3 20000001010-6 95523151882-4 20491821815-8
Data do pagamento 21/07/2011
Competencia MM/AAAA 07/2011
Data de Vencimento 21/07/2011
CNPJ 13790179/0001-70
Valor Principal 20,00
Valor em Dinheiro 20,00
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 20,00

NR. AUTENTICACAO 6.F24.8C3.18A.0CB.DCA

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.790.179/0001-70 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 07/06/2011
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA LAPA - ACL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACL NOVA CRUZ			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R INDUSTRIAL JOSE DE BRITO		NÚMERO 560 C	COMPLEMENTO
CEP 59.215-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO NOVA CRUZ	UF RN
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/06/2011	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia 13/06/2011 às 09:23:27 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA

ESTATUTO SOCIAL

3º CARTÓRIO JUDICIÁRIO
Oficial do Registro de Títulos e Documentos
da Comarca de Nova Cruz/RN
Maria das Graças Moualinho Moreira
Oficial Titular - CPF/MF 056.808.894-15
J. de Honório da Silva Costa
Substituta - CPF/MF 441.058.104-10
Rua ...
Tel. (84) 3204-2107
Nova Cruz - Rio Grande do Norte

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A Associação Comunitária Lapa, doravante denominada ACL, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, com sede na Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro, Nova Cruz-Rio Grande do Norte, CEP nº 59215-000.

Parágrafo Único - A ACL reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º- A Associação Comunitária Lapa tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a :

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

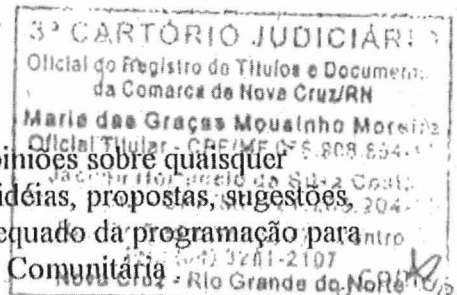
II - respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

Ana Cristina Gomes Silva
ADVOGADA
OAB/RN 7181



§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º - A receita da Associação Comunitária Lapa será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Art. 6º - A ACL será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I – Fundadores – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação;
- II – Contribuintes ou Efetivos.

Parágrafo Único. É permitida a entrada de sócios pessoas jurídicas. A eles é resguardado, mediante indicação de um representante, todos os direitos e deveres atribuídos às pessoas físicas.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- a) O direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12;
- b) Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG.
- c) Zelar pelo nome da entidade ser sempre fiel ao Estatuto;
- d) Direito de voz e participação em todas as deliberações da entidade.

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da ACL

- a) Assembléia Geral (AG);
- b) Diretoria;
- c) Conselho Comunitário.

Art. 11 - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da ACL, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada


Ana Cristina Gomes Silva
ADVOGADA
OAB/RN 7181

dois anos para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º

§ 1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ACL e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Art. 12 - A Diretoria da ACL, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de quatro anos, permitida a reeleição.

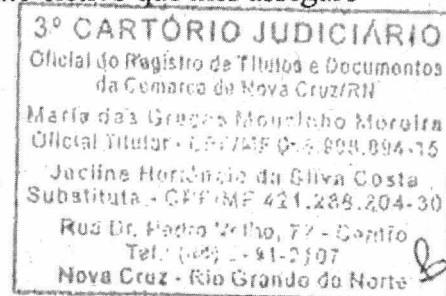
§1º - A Diretoria da ACL, poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

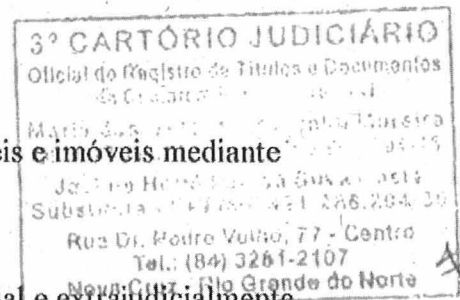
Art. 13 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- Representar a ACL em atos públicos ou internos.
- Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da ACL.
- Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins.
- Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;



Ana Cristina Gomes Silva
ADVOGADA
OAB/RN 7181



- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

II) De cada dirigente:

- a) Ao Presidente compete: representar a ACL, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos documentos concernentes a vida financeira da ACL, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;
- c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Art. 14 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 15 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos válidos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

V - DA PROGRAMAÇÃO

Ana Cristina Gomes Silva
ADVOGADA
OAB/RN 7181

Art. 16 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária. Comunicações
12
SCE

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 17 - O Patrimônio e Receita da ACL será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 19º - A dissolução da ACL ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 21 - O presente estatuto foi aprovado na AG de 02/06/2011 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Nova Cruz, 2 de junho de 2011


Ana Carolina Gomes Silva
ADVOGADA
OAB/RN 7181



1/6/2011 - 2015

3º CARTÓRIO JUDICIÁRIO
 Oficial do Registro de Títulos e Documentos
 da Comarca de Nova Cruz/RN
 Maria das Graças Mouzinho Moura
 Oficial Titular - CPF/MF 096.809.894-16
 Substituta - CPF/MF 421.286.204-30

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO E ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA

Ao dia primeiro do mês de junho de dois mil e onze às dez horas, na Rua Industrial José de Brito, número quinhentos e sessenta "c", centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, reuniram-se os senhores e senhoras Sandra Félix da Silva, Daniel Barbosa da Silva, Erivaldo Miguel da Costa, Rosineide Félix da Silva, Joanne de Lima dos Santos Mendes, Waldir Batista Pereira, José Edson da Silva, Maria da Piedade da Costa, Maria das Dores Francisco, Erike da Silva, José Roselio da Costa, Jarbas Magno Campos de Souza, Jacira da Silva Rufino, Vareliano Rozendo da Silva e Ademar de Oliveira com o firme propósito de fundar uma associação civil sem fins lucrativos com vistas a atender a comunidade de Nova Cruz. O Sr. Daniel Barbosa da Silva abriu a reunião e propôs chamar a nova entidade de Associação Comunitária Lapa, com a sigla ACL. Os presentes discutiram os objetivos sociais da entidade e escolheram como principal a execução do serviço de radiodifusão comunitária, como meio de promover a cultura, a tradição e os anseios da comunidade. Em seguida, leram e discutiram a proposta de um Estatuto Social para a associação. Com um texto final, o Estatuto foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Todos os presentes rubricaram todas as folhas do Estatuto, em anexo, e comprometeram-se a registrá-lo no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas competente. Após aprovado o Estatuto, se iniciou os preparativos para a eleição da primeira diretoria, seguindo já o Estatuto aprovado. Apenas uma chapa foi registrada, com os seguintes nomes e cargos: José Edson da Silva como Presidente; Jarbas Magno Campos de Souza como Secretário; e Erike da Silva, Tesoureiro. Os presentes colocaram a chapa em votação e elegeram-na por unanimidade. A chapa eleita tomou posse imediatamente e, assim, deu início ao seu mandato. O Presidente eleito, José Edson da Silva, agradeceu o apoio dos presentes e lembrou que toda a comunidade pode se associar à ACL, contribuindo para o seu desenvolvimento. Não havendo nada mais a tratar, o presidente encerrou a reunião às onze horas e vinte minutos. Antes leu esta ata, que foi aprovada por unanimidade, e eu, Jarbas Magno Campos de Souza, na função de secretário, a lavrei. A mesma deverá ser registrada juntamente com o Estatuto Social.

Assinaturas dos presentes abaixo, com RG:

Jarbas Magno Campos de Souza RG 2430144 SSP/RN Jarbas Magno Campos de Souza
 José Edson da Silva RG 002.430.065 SSP/RN José Edson da Silva
 Erike da Silva RG 002.269.359 SSP/RN Erike da Silva
 Sandra Félix da Silva RG 2.283.616 SSP/RN Sandra Félix da Silva
 Daniel Barbosa da Silva RG 2.626.241 SSP/RN Daniel Barbosa da Silva
 Erivaldo Miguel da Costa RG 002.370.716 SSP/RN Erivaldo Miguel da Costa
 Rosineide Félix da Silva RG 2.066.641 SSP/RN Rosineide Félix da Silva
 Joanne de Lima dos Santos Mendes RG 1.616.086 SSP/RN Joanne de Lima dos S. Mendes
 Maria da Piedade da Costa RG 002.173.021 SSP/RN Maria da Piedade da Costa
 Maria das Dores Francisco RG 002.378.482 SSP/RN Maria das Dores Francisco
 José Roselio da Costa RG 1.054.064 SSP/RN José Roselio da Costa
 Jacira da Silva Rufino RG 1.361.593 SSP/RN Jacira da Silva Rufino
 Vareliano Rozendo da Silva RG 2.341.862 SSP/RN Vareliano Rozendo da Silva
 Ademar de Oliveira RG 2.194.157 SSP/RN Ademar de Oliveira
 Waldir Batista Pereira RG 1.244.515 SSP/RN WALDIR BATISTA PEREIRA

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA DEFINIR ENTRADA EM
 PROCESSO DE OUTORGA DE RÁDIO COMUNITÁRIA E APOIO À INICIATIVA**

Aos dois dias do mês de junho de dois mil e onze às dez horas, na Rua Industrial José de Brito, número quinhentos e sessenta "c", centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os membros da Associação Comunitária Lapa Sandra Félix da Silva, Daniel Barbosa da Silva, Erivaldo Miguel da Costa, Rosineide Félix da Silva, Joanne de Lima dos Santos Mendes, Waldir Batista Pereira, José Edson da Silva, Maria da Piedade da Costa, Maria das Dores Francisco, Erike da Silva, José Roselio da Costa, Jarbas Magno Campos de Souza, Jacira da Silva Rufino, Varelano Rozendo da Silva e Ademar de Oliveira. O presidente José Edson da Silva leu a pauta, na qual constava um único item: obter apoio formal de todos os associados à participação da entidade em processo com vistas a obter outorga do Ministério das Comunicações para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte. Após lida a pauta, o item único foi colocado em votação. Todos os presentes concordaram e o item foi aprovado por unanimidade. O Sr. Presidente José Edson da Silva falou da importância de um meio de comunicação na comunidade e parabenizou a todos pelo apoio, prometendo todo o empenho e esforço para conseguir a rádio. Não havendo nada mais a tratar, o presidente encerrou a reunião às onze horas e cinco minutos. Antes leu esta ata, que foi aprovada por unanimidade, e eu, Jarbas Magno Campos de Souza, na função de secretário, a lavrei. Esta Ata deverá ser registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente.

Assinaturas dos presentes abaixo, com RG:

Jarbas Magno Campos de Souza RG 2430144 SSP/RN Jarbas Magno Campos de Souza
 Erike da Silva RG 002.269.359 SSP/RN Erike da Silva
 José Edson da Silva RG 002.430.065 SSP/RN José Edson da Silva
 Sandra Félix da Silva RG 2.283.616 SSP/RN Sandra Félix da Silva
 Waldir Batista Pereira RG 1.244.515 SSP/RN Waldir Batista Pereira
 Erivaldo Miguel da Costa RG 002.370.716 SSP/RN Erivaldo Miguel da Costa
 Rosineide Félix da Silva RG 2.066.641 SSP/RN Rosineide Félix da Silva
 Joanne de Lima dos Santos Mendes RG 1.616.086 SSP/RN Joanne de Lima dos S. Mendes
 Daniel Barbosa da Silva RG 2.626.241 SSP/RN Daniel Barbosa da Silva
 Maria da Piedade da Costa RG 002.173.021 SSP/RN Maria da Piedade da Costa
 Varelano Rozendo da Silva RG 2.341.862 SSP/RN Varelano Rozendo da Silva
 Maria das Dores Francisco RG 002.378.482 SSP/RN Maria das Dores Francisco
 José Roselio da Costa RG 1.054.064 SSP/RN José Roselio da Costa
 Jacira da Silva Rufino RG 1.361.593 SSP/RN Jacira da Silva Rufino
 Ademar de Oliveira RG 2.194.157 SSP/RN Ademar de Oliveira

And. Cristina Gomes Silva
 ADVOGADA
 OAB/RN 7181

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 NOVA CRUZ
 RIO GRANDE DO NORTE

PRIVATIVO DO 3º CARTÓRIO
 Registro de Títulos e Documentos
 e Pessoas Jurídicas
 Registrado no Livro
 Sob nº de Ordem

Apresentado para Registro
 Em 07 de 06 de 2011

Oficial do Registro

Luciene Hortência da Silva Costa
 SUBSTITUTA
 CPF: 421.288.204-30

3º CARTÓRIO JUDICIÁRIO

CGC 08.471.963/0001-85

Tabelionato, Protestos e Títulos e Registros de Títulos e Documentos, etc.

MARIA DAS GRAÇAS MOUSINHO MOREIRA

Oficial Titular - CPF/MF: 056.908.894-15

JACLINE HORTÊNCIO DA SILVA COSTA

Notária Substituta - CPF/MF: 421.288.204-30

[Handwritten signature]
Ministério das Comunicações
Fls. 15
Rubrica

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé, que em razão do meu Ofício Privativo do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas desta Comarca de Nova Cruz/RN, a meu cargo, que nesta data foi procedido o Registro do ESTATUTO E DA ATA DE FUNDAÇÃO E ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA (ACL) – NOVA CRUZ/RN, tendo como Presidente o Srº JOSÉ EDSON DA SILVA, portador da Carteira de Identidade RG nº 002.430.065 SEDS/RN e do CPF nº 074.752.634-60 e Tesoureiro o Sr. ERIKE DA SILVA, portador da Carteira de Identidade RG nº 002.269.359 SEDS/RN e CPF nº 044.989.184-44, Protocolado no Livro “A” de Pessoa Jurídica nº 02 e Registrado no Livro “A”, nº 04, sob o nº de ordem 642, o referido é verdade dou fé. Eu, *[Handwritten signature]*, Jacline Hortêncio da Silva Costa, Notária Substituta deste 3º Cartório Judiciário Privativo do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas desta Comarca, a digitei, dato e assino em público e raso. *[Handwritten signature]*

Nova Cruz/RN, 07 de Junho de 2011.



[Handwritten signature]
JACLINE HORTÊNCIO DA SILVA COSTA
NOTÁRIA SUBSTITUTA

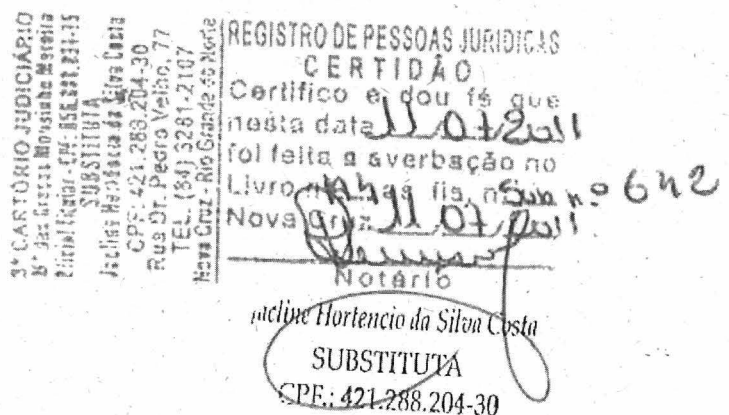
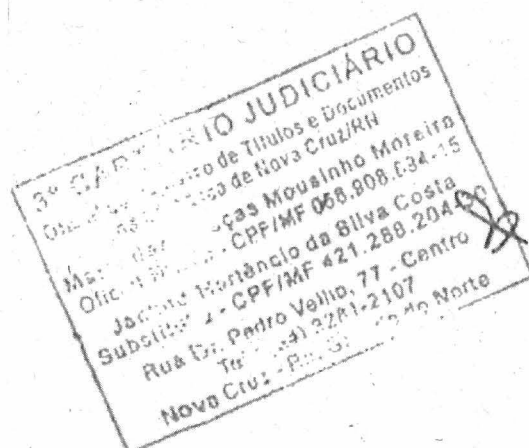
Fis. 16
Rubrica

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DE NOVO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e onze às dez horas, na Rua Industrial José de Brito, número quinhentos e sessenta "c", centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária os membros da Associação Comunitária Lapa – ACL. A assembléia foi convocada pelo Presidente José Edson da Silva com a finalidade de o mesmo apresentar renúncia ao cargo e eleger um novo presidente. José Edson abriu os trabalhos lendo a pauta, afirmando que não poderia mais continuar no comando da entidade por estar muito atarefado com outras responsabilidades e, desta forma, gostaria de renunciar para que fosse eleito um presidente que possa cumprir melhor as obrigações com a Associação. Expressamente ele renunciou e leu o único nome inscrito para concorrer ao cargo vago de Presidente, o do Sr. Joanne de Lima dos Santos Mendes CPF: 024.802.524-42. Foi colocado em votação e este foi eleito por unanimidade, tomando posse imediatamente. Joanne de Lima dos Santos Mendes agradeceu o apoio de todos e prometeu dar tudo de si para que a entidade represente bem os anseios da comunidade. Não havendo nada mais a tratar, o presidente encerrou a Assembléia às onze horas e vinte minutos. Antes leu esta ata, que foi aprovada por unanimidade, e eu, Jarbas Magno Campos de Souza, Secretário, a lavrei.

Assinaturas dos presentes abaixo, com RG:

Jarbas Magno Campos de Souza RG 2430144 SSP/RN Jarbas Magno Campos de Souza
 José Edson da Silva RG 002.430.065 SSP/RN José Edson da Silva
 Erike da Silva RG 002.269.359 SSP/RN Erike da Silva
 Sandra Félix da Silva RG 2.283.616 SSP/RN Sandra Félix da Silva
 Daniel Barbosa da Silva RG 2.626.241 SSP/RN Daniel Barbosa da Silva
 Erivaldo Miguel da Costa RG 002.370.716 SSP/RN Erivaldo Miguel da Costa
 Rosineide Félix da Silva RG 2.066.641 SSP/RN Rosineide Félix da Silva
 Joanne de Lima dos Santos Mendes RG 1.616.086 SSP/RN Joanne de Lima dos S. Mendes
 Maria da Piedade da Costa RG 002.173.021 SSP/RN Maria da Piedade da Costa
 Maria das Dores Francisco RG 002.378.482 SSP/RN Maria das Dores Francisco
 José Roselio da Costa RG 1.054.064 SSP/RN José Roselio da Costa
 Jacira da Silva Rufino RG 1.361.593 SSP/RN Jacira da Silva Rufino
 Vareliano Rozendo da Silva RG 2.341.862 SSP/RN Vareliano Rozendo da Silva
 Ademair de Oliveira RG 2.194.157 SSP/RN Ademair de Oliveira
 Waldir Batista Pereira RG 1.244.515 SSP/RN WALDIR BATISTA PEREIRA



3º CARTÓRIO JUDICIÁRIO
CGC 08.471.963/0001-85

Tabelionato, Protestos e Títulos e Registros de Títulos e Documentos, etc.

MARIA DAS GRAÇAS MOUSINHO MOREIRA

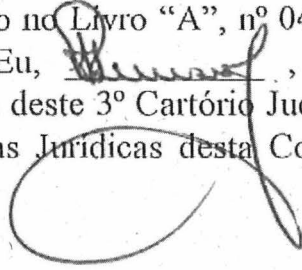
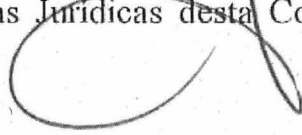
Oficial Titular - CPF/MF: 056.908.894-15

JACLINE HORTÊNCIO DA SILVA COSTA

Notária Substituta - CPF/MF: 421.288.204-30

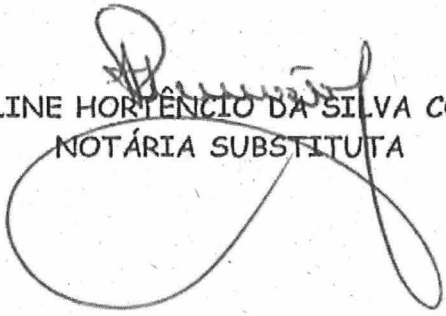


CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fê, que em razão do meu Ofício Privativo do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas desta Comarca de Nova Cruz/RN, a meu cargo, que nesta data foi procedido à averbação da **ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DE NOVO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA (ACL) – NOVA CRUZ/RN, tendo como Presidente a Srª JOANNE DE LIMA DOS SANTOS MENDES, portadora da Carteira de Identidade RG nº 1.616.086 SSP/RN e do CPF nº 024.802.524-42.** Protocolado no Livro “A” de Pessoa Jurídica nº 02 e Registrado no Livro “A”, nº 04, sob o nº de ordem 642, o referido é verdade dou fê. Eu, , Jacline Hortêncio da Silva Costa, Notária Substituta deste 3º Cartório Judiciário Privativo do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas desta Comarca, a digitei, dato e assino em público e raso. 

Nova Cruz/RN, 11 de Julho de 2011.




JACLINE HORTÊNCIO DA SILVA COSTA
NOTÁRIA SUBSTITUTA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Nº 2011050158

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 04 DE AGOSTO DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

JOANNE DE LIMA DOS SANTOS MENDES
CPF: 024.802.524-42

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte.

Observações:

- 1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria nº 18/2005-DF ;
- 2 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.jfrn.gov.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Natal, 20/7/2011 11:11:33

Endereços:

Natal - Rua Dr. Lauro Pinto, 245, Lagoa Nova, CEP 59064-250, Fone: (84) 3235-7400

Mossoró - Rua Jorge Coelho de Andrade, s/n - Costa e Silva, CEP: 59625-400, Fone: (84)3422-5855

Caicó - Av. Dom José Adelino Dantas, s/n - Maynard, CEP:59300-000, Fone: (84) 3421-2295



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Nº 2011047258

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 04 DE AGOSTO DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

ERIKE DA SILVA
CPF: 044.989.184-44

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte.

Observações:

- 1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria nº 18/2005-DF;
- 2 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.jfrn.gov.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Natal, 7/7/2011 10:07:27

Endereços:

Natal - Rua Dr. Lauro Pinto, 245, Lagoa Nova, CEP 59064-250, Fone: (84) 3235-7400

Mossoró - Rua Jorge Coelho de Andrade, s/n - Costa e Silva, CEP: 59625-400, Fone: (84)3422-5855

Caicó - Av. Dom José Adelino Dantas, s/n - Maynard, CEP:59300-000, Fone: (84) 3421-2295



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Nº 2011047256

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 04 DE AGOSTO DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

JARBAS MAGNO CAMPOS DE SOUZA
CPF: 056.551.654-06

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte.

Observações:

- 1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria nº 18/2005-DF ;
- 2 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.jfrn.gov.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Natal, 7/7/2011 10:05:03

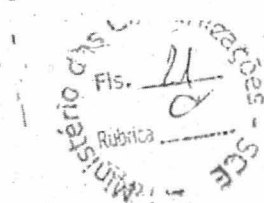
Endereços:

Natal - Rua Dr. Lauro Pinto, 245, Lagoa Nova, CEP 59064-250, Fone: (84) 3235-7400

Mossoró - Rua Jorge Coelho de Andrade, s/n - Costa e Silva, CEP: 59625-400, Fone: (84)3422-5855

Caicó - Av. Dom José Adelino Dantas, s/n - Maynard, CEP:59300-000, Fone: (84) 3421-2295

Associação Comunitária Lapa – ACL



DECLARAÇÃO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

Eu, Joanne de Lima dos Santos Mendes – Presidente, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária Lapa - ACL, declaro para os devidos fins que:

- O endereço completo da sede da entidade é na Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59215-000;
- Todos os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou, se a localidade for menor ou igual a 3,5 Km, na área urbana da localidade;
- A entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados;
- O nome fantasia da Entidade ou da emissora, se este for utilizado, será ACL Nova Cruz.
- O local pretendido para a instalação do sistema irradiante possibilita o atendimento do disposto no subitem 18.2.7.1 ou 18.2.7.1.1 da Norma Complementar nº 1/2004.
- As coordenadas geográficas, na padronização GPS-SAD69 ou WGS 84, são: 06° S 28'52" de latitude e 35°W 25'58" de longitude e o endereço proposto para instalação do sistema irradiante é: Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59215-000;;
- A entidade apresentará Projeto Técnico de acordo com as disposições da Norma Complementar nº 1/2004 e com os dados indicados em seu requerimento, caso seja selecionada;
- A Entidade requerente não possui qualquer vínculo de subordinação ou que a sujeite à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, em respeito ao disposto no art. 11 da lei 9612/98.

Nova Cruz - RN, 14 de junho de 2011.

Joanne de Lima dos S. Mendes
Joanne de Lima dos Santos Mendes
CPF: 024.802.524-42

Nome do representante da entidade: Joanne de Lima dos Santos Mendes
CPF: 024.802.524-42

Endereço para correspondência: Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59215-000
Telefone para contato: 084 - 91755173;
Correio eletrônico (e-mail): maxandradenc@yahoo.com.br

Associação Comunitária Lapa – ACL



DECLARAÇÃO ASSINADA PELOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Nós, abaixo-assinados, na qualidade de dirigentes da Associação Comunitária Lapa - ACL declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

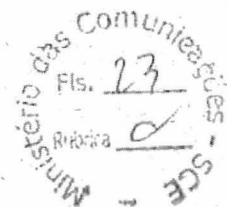
João de Lima dos S. Mendes
João de Lima dos Santos Mendes - Presidente
CPF: 024.802.524-42

Jarbas Magno Campos de Souza
Jarbas Magno Campos de Souza - Secretário
CPF: 056.551.654-06

Erike da Silva
Erike da Silva - Tesoureiro
CPF: 044.989.184-44

Endereço para correspondência: Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59215-000
Telefone para contato: 061-96021611;
Correio eletrônico (e-mail): maxandradenc@yahoo.com.br

Associação Comunitária Lapa – ACL



DECLARAÇÃO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

Eu, Joanne de Lima dos Santos Mendes, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária Lapa – ACL declara para os devidos fins que:

- na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação, serão interrompidas imediatamente as transmissões até que essas sejam sanadas;
- na ocorrência de interferências indesejáveis causadas pela estação, caso essas não sejam sanadas no prazo estipulado pela ANATEL, serão interrompidas suas transmissões;

Nova Cruz - RN, 14 de junho de 2011.

Joanne de Lima dos S. Mendes

Joanne de Lima dos Santos Mendes - Presidente

CPF: 024.802.524-42

Endereço para correspondência: Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59215-000

Telefone para contato: 084 - 91755173;

Correio eletrônico (e-mail): maxandradenc@yahoo.com.br

ATENÇÃO: Os documentos abaixo indicados e conforme com o disposto no subitem 12.1 da Norma Complementar nº 01/2004, deverão ser apresentados juntamente com esta declaração, que por sua vez deverá ser enviada apenas diante da seleção da entidade.

- formulário padronizado, devidamente preenchido, contendo as características técnicas de instalação e de operação da estação;
- planta de arruamento em escala compatível com a área da localidade objeto da outorga, que permita a visualização do nome das ruas, onde deverão estar assinalados o local de instalação do sistema irradiante, com indicação das coordenadas geográficas na forma GG°MM'SS", o traçado de circunferência de até um quilômetro de raio, que delimita a área abrangida pelo contorno de 91 dBμ, e o local da sede da entidade;
- diagrama de irradiação horizontal da antena transmissora, com a indicação do Norte Verdadeiro; diagrama de irradiação vertical e especificações técnicas do sistema irradiante proposto; no caso de antenas de polarização circular ou elíptica, devem ser apresentadas curvas distintas das componentes horizontal e vertical dos diagramas;
- declaração do profissional habilitado de que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende as condições exigidas no item 18.2.7.1 ou estudo específico, conforme determina o item 18.2.7.1.1;
- declaração do profissional habilitado atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta, ou, se for o caso, declaração de inexistência de aeródromos na localidade;
- parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado, atestando que a instalação proposta atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de 91dBμ da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção; e
- anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente à instalação proposta.

Associação Comunitária Lapa – ACL

Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Gr

Relação de Associados

NOME	CPF ou RG	ENDEREÇO
Jarbas Magno Campos de Souza	2430144 SSP/RN	Sítio Capazeiras Nº 70
Joanne de Lima dos Santos Mendes	1.616.086 SSP/RN	Rua: 06 de julho, nº 53
José Edson da Silva	002.430.065 SSP/RN	R. Conego Severino Ramalho 17
Waldir Batista Pereira	1.244.515 SSP/RN	Fazenda Lapa SN
Sandra Félix da Silva	2.283.616 SSP/RN	Fazenda Lapa, SN - Nova Cruz
Daniel Barbosa da Silva	2.626.241 SSP/RN	FAZENDA LAPA
Erivaldo Miguel da Costa	002.370.716 SSP/RN	Sítio campo de São João
Rosineide Félix da Silva	2.066.641 SSP/RN	Sítio Lagoa do Couro SN
Maria da Piedade da Costa	002.173.021 SSP/RN	Fazenda Lapa
Maria das Dores Francisco	002.378.482 SSP/RN	Abimoldes Gintina, Frei Domiano
José Roselio da Costa	1.054.064 SSP/RN	Fazenda Lapa, 45
Jacira da Silva Rufino	1.361.593 SSP/RN	Rua Valdemar Soares da Cunha 1
Varelano Rozendo da Silva	2.341.862 SSP/RN	Sítio Lagoa do Couro SN
Ademar de Oliveira	2.194.157 SSP/RN	Sítio Dipsal, s/n - Nova Cruz
Erike da Silva	002.269.359 SSP/RN	Fazenda Lapa, s/n - Nova Cruz

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TECNICO CIENTIFICO DE POLICIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO

VACINADO
BRASIL
LIVRE
MARIOLA

POLÍCIA CIRCELO

Joanne de Lima dos Santos Mendes
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Comunicado

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
JOANNE DE LIMA DOS SANTOS MENDES

Nº de Inscrição
024802524-42

Data do Nascimento
11/10/77

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL 1.616.086 DATA DE
EXPEDICAO 31.03.95

NOME
Joanne de Lima dos Santos Mendes
João Cavalcante dos Santos
Maria Ivone de Lima

FILIAÇÃO
Goianinha RN.

NATURALIDADE
Cert. de Cas. 2.943 Liv. B-19 Fls.

DCC ORIGEM
094 do 2º Cart. Nova Cruz RN.

CPF

José Roberto C. Marinho
ASSINATURA DO DIRETOR
Coordenador de Identificação

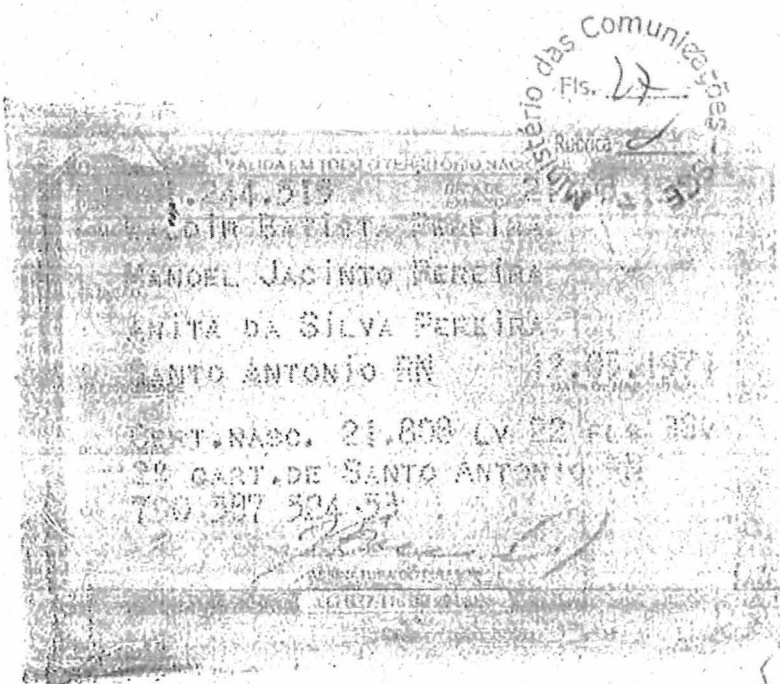
Emittido em : 07/06/95

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO TITULAR
Joanne de Lima dos Santos Mendes

ASSINATURA DO DIRETOR
José Roberto C. Marinho

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE
PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo
nos casos previstos na legislação vigente.



Fls. 28

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

071.651.984-40

SANDRA FELIX DA SILVA

29/04/1980

15 DE NOVEMBRO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.283.616 DATA DE EXPEDIÇÃO 14.02.2001

NOME Sandra Felix da Silva

FILIAÇÃO João Felix da Silva

Severina Valdevino da Silva

Nova Cruz RN 29.04.1980

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

C/Nasc. Nº 11.857 Liv A-70 Fls 187

DOC. ORIGEM

Cart. de Nova Cruz RN.

CPF

Haunellore G. Santos

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 28/03/2003

Mat. 102.153-0

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.


Emissão DEZ/2004

BANCO DO BRASIL

Ministério das Comunicações
Fls. 29
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA IDENTIFICADORA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P.02




Daniel Barbosa da Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2626241 DATA DE EXPEDIÇÃO 13 JAN. 1999

NOME DANIEL BARBOSA DA SILVA
Luiz Elias da Silva

FILIAÇÃO Tereza Neuma Barbosa da Silva

Nova Cruz -RN. 06/10/1981
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. Nas. Nº 15235; Fls. 149; Liv. 73-A;
DOC ORIGEM, Cart. Nova Cruz -RN.

CPF AG 2114-8
575.466-6

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 20/08/82

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
DANIEL BARBOSA DA SILVA

Nº da Inscrição 009746284-50 Data do Nascimento 06/10/81



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

DANIEL BARBOSA DA SILVA
Assinatura

DANIEL BARBOSA DA SILVA

S
E
R
P
R
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
Emitido em : 14/01/99

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TECNICO CIENTIFICO DE POLICIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VACINADO

BRASIL LIVRE DA AIDS

Ministério da Justiça

Fls. 50

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

059.857.934-60

Nome

ERIVALDO MIGUEL DA COSTA

Nascimento

27/11/1985

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 002.370.716 DATA DE EXPEDIÇÃO 02/05/2002

NOME

ERIVALDO MIGUEL DA COSTA

FILIAÇÃO

EDILSON MIGUEL DA COSTA

JOANA BATISTA DOS SANTOS DA COSTA

NATURALIDADE

NOVA CRUZ RN

DATA DE NASCIMENTO

27/11/1985

DOC. ORIGEM NACIM LA078 F-207 RG-020266

NOVA CRUZ RN

02 CARTORIO

CPF

131100 0

Hannelito Gracia dos Santos

LEI Nº 10.406/2002

3º Fiscal F. TULAN

Ministério das Comunicações
Fls. 31
Quilômetro 01
CCE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TECNICO-CIENTIFICO DE POLICIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO



ASSINATURA DO TITULAR
Rosineide Felix da Silva



CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.066.641 DATA DE EXPEDICAO 08.04.1999

NOME Rosineide Felix da Silva

João Felix da Silva

FILIAÇÃO Severina Valdevino da Silva

Nova Cruz:RN 09.12.1981

C/Nasc.Nº 20.060 Lv A-78 Fls 156

Cart. de Nova Cruz:RN.

CPF

Em Faltas Xistores de Adreva
Geq. Genador 011593/03

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

061.964.834-12

Nome

ROSINEIDE FELIX DA SILVA

Nascimento 09/12/1981



Cartão de uso pessoal e Intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de Identidade.

Emissão

SET/2003

BANCO DO BRASIL

Comunicações - SCE
 32
 2

REPÚBLICA REPRESENTATIVA DO BRASIL
 RIO GRANDE DO NORTE
 SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
 INSTITUTO TÉCNICO DE TÍPICO DE POLÍCIA
 COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



Maria da Piedade da Costa
 Bona fide

CARTERA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL Nº 173.021 DATA DE EMISSÃO 14/03/00

NOME MARIA DA PIEDADE DA COSTA

BARBOSA

MARCELINO DA COSTA

MARIA LUCI FELIX DA SILVA

NATURALIDADE MINA CRUZ RN DATA DE NASCIMENTO 04/05/1984

CPF 042.058.994-59

CPF CRIGER CÔSAMI 1.0004 F 200 RG 007020

MINA CRUZ RN 02 CARTÃO 10

231100 0

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

BRASIL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome MARIA DA PIEDADE DA COSTA

Nº de Inscrição 042058994-59 Data de Nascimento 04/04/84



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

MARIA DA PIEDADE DA COSTA

S
E
R
P
R
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 14/03/00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TECNICO DE IDENTIFICACAO DE POLICIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 002.378.482 DATA DE EXPEDICAO 23/05/2001

NOME MARIA DAS DORES FRANCISCO

FILIAÇÃO ROSENDO FRANCISCO
AVELINA FRANCISCO DO NASCIMENTO

NATURALIDADE NOVA CRUZ RN DATA DE NASCIMENTO 02/08/1972

DOC ORIGEM NASCIM LA052 F-213 RG-052611

NOVA CRUZ RN 02 CARTORIO

CP 897.310.504-34 231100 2

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição
897.310.504-34

Nome
MARIA DAS DORES FRANCISCO

Nascimento
02/08/1972



Padron - Brasil - 0056007

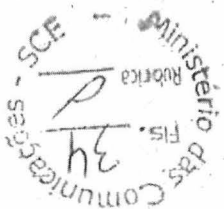
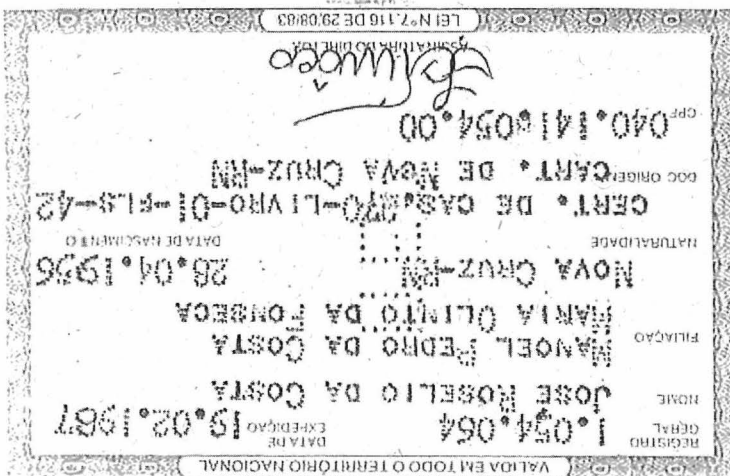
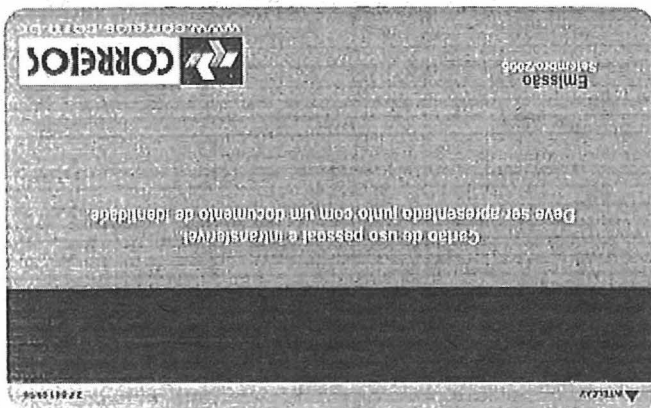
Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão
05/2001

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

2: Fiscal - SUPLENTE

1º Fiscal - Suplente





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.361.593 DATA DE EXPEDIÇÃO 12.09.1951

NOME LACIARA DA SILVA RUFINO

FILIAÇÃO AUTÔNIO RUFINO SOBRINHO

MARLA DE LOURDES DA SILVA

NOVA CRUZ-RN 28.04.1973

NATURALIDADE CERT. NASC. Nº 2.707 LIV. A 63 FLS. 10

DO 2º CART. DE NOVA CRUZ-RN

CPF 708 369 491-04

Assinatura do Diretor: *Murilo Barros*

Diretor Geral

LEI Nº 7.105 DE 29/08/63

2. Pisen - Titular


Ministério das Comunicações
Fis. 36
SCE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



Não Alfabetizado

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.341.862 DATA DE EXPEDIÇÃO 05.12.2001

NOME Yureliano Rozendo da Silva

José Rozendo da Silva

FILIAÇÃO Francisca Maximino da Silva

Nova Cruz RN. 15.12.1980

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

C/Nasc. Nº 12.438 Liv A-71 Fls 050

DOC. ORIGEM Cart. de Nova Cruz RN.

CPF

Dr. José Arízio Fernandes
ASSINATURA DO DIRETOR
Diretor Geral do ICP

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	2.194.157	DATA DE EXPEDIÇÃO	18.05.2000
NOME	Ademar de Oliveira		
FILIAÇÃO	Francisco de Oliveira		
	Maria de Fátima Rodrigues Alves de Oliveira		
NATURALIDADE	Nova Cruz:RN	DATA DE NASCIMENTO	17.01.1984
DOC. ORGEM	C/Nasc. Nº 17.363 Liv A-75 Fls 324		
	Cart. de Nova Cruz:RN.		
CPF			

Maria de Fátima Rodrigues Alves de Oliveira
Coordenadora de Identificação



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO	
ASSINATURA DO TITULAR	

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Erike da Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Recelta Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição
044.989.184-44

Nome
ERIKE DA SILVA

Nascimento
15/11/1979

Ministério das Comunicações
Fil. 38

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 002.269.359
NOME ERIKE DA SILVA
FILIAÇÃO ROZANGELA APARECIDA DA SILVA
NATURALIDADE SANTA CRUZ RN
DATA DE NASCIMENTO 15/11/1979
DOC. CERT. DE NASCIMENTO L-A-K F-102 RG-9135
CPF 044.989.184-44
PASEP 12744239641
2a. VIA
ASSINATURA DO DIRETOR

REALSERVICAR

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão
JUN/2008

CORREIOS
www.correios.com.br

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Valdimir A. Silva	00.474.442	Rua Doutor Galvão
02	Glória A. Silva	00.753.271	Rua Doutor Galvão
03	Leone Augusto da Silva	2.192.389	Rua Doutor Galvão
04	Renê Ferreira Dias	2.192.392	Rua Dr: Galvão
05	João Ferreira Dias	586-421	Rua: João Ribeiro
06	Gilmar Tarquino da Silva	11384553-1	Dr: Galvão
07	Gilmar Tarquino da Silva	002-982.919	Dr: Galvão
08	Anacláudia T. dos	003.042.720	Rua Galvão
09	Andreza Nunes dos Santos	003.042.719	Rua Galvão
10	Maria da Piedade Tarquino dos Santos	003.042.718	Rua Galvão
11	Mateus Rodrigues de Amorim	002-855.710	Rua Galvão
12	Jose Antônia Tarquino dos Santos	001314591	Rua Galvão
13	Alceme Ferreira	2079118	Rua Galvão
14	Maria da Luíza Ferreira	1.593.538	Rua Galvão
15	Maria do Socorro Dias	1.593.501	Rua Galvão
16	Maria das Paixãs da Silva	752231	Travessa 13 de
17	Maria Jose Almeida Bernardo	2.194.112	Pedro Tavares 5
18	Manoel Irmino	840-221	Pedro Tavares 5
19	Sergio Laurentino	037813	Pedro Tavares 5
20	Jeerson Bernardo	3035140	Pedro Tavares 5

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREC
01	Ericelma de S.S.	05231.7	Rua Dr. Mario Nogueira
02	Maria José de Oliveira	00689895	Rua Prof. D. J. Lima
03	Kennedy Eleno da Silva	33368-00	Rua Professor ead
04	Josefa Galdino da Silva	0031986	Rua Professor ead
05	Maria Aparecida da Silva	00301385	Rua Professor ead
06	Israel Inácio Ribeiro	00316103	Rua São Pedro
07	Julia Maria da Conceição	0030502	Rua São Pedro
08	Jose Eleno da Silva	0061220	Rua São Pedro
09	Rosinaldo Inácio Ribeiro	0023094	Rua São Pedro
10	Lissica Aparecida Ferreira	003.04-776	Rua José Bon
11	Rivânia da Silva Pereira	0044583	Sítio Lagui
12	Janaína dos Santos Silva	2983003	Sítio Lagui
13	Jaqueline dos Santos Silva	088.826264	Sítio Lagui
14	Edna Fátima dos Santos Silva	1127590560	Sítio Lagui
15	Selma da Silva Pereira	0194973116	Sítio Lagui
16	Ana Lucia Silva de Lima	1.801-638	Sítio Lagui
17	Marlene Teixeira de Lima	7.323.793	Sítio Lagui
18	Luiza Pinheiro da Silva	2.182.349	Sítio Lagui
19	Maria do Socorro Pinheiro da Silva	045.80254.31	Sítio Lagui
20	Maria Aline de Melo	026872291635	Sítio Lagui

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Erwin Gomes B... ..	1890978	Rua
02	Andréia Cristina de Souza	002.44329
03	Maria das Dores	2378 482 SSP/RJ	R.
04	Antonio	503062	R. 18 ABRIL N.º 31
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			

MANIFESTAÇÃO DE APOIO-COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDERECO
01	Divaldo Lantillo dos Santos	002483533	RUA CAPITAO FE
02	Julio Rominger Martin	002496516	Rua Capitao Jc
03	ADRIANO COUTINHO JOSSAARD	002085526	2 DE FEVEREIRO
04	MARCELO ANTONIO A. DA SILVA	1382-135	JOÃO MENEZES
05	Ysabel Cristina de Oliveira	002.651.034	R. Mariana e Av
06	SEBASTIAO ALVES DA SILVA	1397086	R. CAPITAO JOSE DA PEN
07	Vinícius da Silva Souza	529.570	R. João Gouveia
08	Amilton Raul de Carvalho	18.066	R. Escor Frumho.
09	Paulo Maurício F. da Silva	236466	R. Cap. Jc do Pen
10	Joseli Fernandes da S. Ferreira	2624926	R. Cap. Jc do Pen
11	Domil Carlos Bezerra de Souza	003.0	1394 Cam. Santa J
12	Edilson Alves da Silva	14060078	R. Santa B. Alile
13	Adriano L.	02356884	R. Jc L. L. L. L.
14	Paulo Jc Souza Santos	012.85470	Av. Estacion. L. L.
15	Gilberto Gomes da Silva	001460117	Rua Claudio H. Fer
16	Antonio Carlos da Silva	999987	Rua Maria Nêgo
17	Maria de Fátima de A. Ferreira	0011745	Rua D.R. Maria
18	Maria Rosane Alves dos Santos	334601	Rua D.R. Maria
19	Tatiana Sumaira E. da Silva	002.824	Rua Manoel F.
20	Marcia Prôncia P. Silva	002.435.06	ST. Lacerda do Pe

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, de da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Antônio José da Silva	1.460.046	R. Alberto Maranhão
02	Paulo Roberto Soares Neto	1350595	R. Oscar Firmino
03	Marcos Antonio Soares Neto	1225587	Nº 06 de julho
04	Milton de Jesus	1.171.066	R. São. Luís
05	Elisângela P. Botista	2.316.647	R. Santo. Antônio
06	Serlethene James Soares	1.096.547	R. 18 Abril Nº 2
07	Pedro Paulo Soares	1.103.614	R. 18 Abril Nº 21
08	Elisângela Soares da Silva	1.849.101	R. Alberto Maranhão
09	Luís Fernando da Silva	592.255	R. 18 Abril 258
10	Roberto Lima da Silva	487.908	R. Alberto Maranhão
11	Mário José Soares	001945569	R. 18 Abril Nº
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Gerlaine da Silva Costa	523.146	Alberto Maranh
02	Leide Ferreira de Costa	484.144	Alberto Maranh
03	Manoel de Souza da Silva	1569633	Alberto Maranh
04	Alinne Dayene Vieira Domingos	002.891.441	R. Dr. Mario Nogueira
05	Maria Joseline Vieira	1094.344	R. Dr. Mario Nogueira
06	Luiz Martins de Lima	688.43584-5	R. José Benício
07	Georgete Maria da Silva	009.28634402	R. Conjunto Plac
08	Yosys de Almeida	061.915604	R. Prof. Carlos Gomes
09	Luiz Antônio de Oliveira	900550	Maria Nogueira
10	Mary da Graça de Oliveira	751.251	Maria Nogueira
11	Luiz de Oliveira	1313852	Maria Nogueira
12	Maria Gilvânia de Oliveira Cruz	2.494.548	Sítio catol. Bairro
13	Dandriele Alves Genuino	002.600.138	Doutor Mario r
14	Thamiris Oliveira Santos	002.682.063	João Gouveia S
15	Marinalva Soares de Cruz	001.69.041	Condomínio Eliza
16	Diana Flexo Cavalcanti	2.49.56.1	Condomínio Eliza
17	Aurora de Bastos	48.300.1	Alberto Maranh
18	Maria Pomes de Lima	0134241950	Conjunto Plac
19	Pedro de Oliveira	909.345	R. Mario Nogueira
20	Maria de Fátima da Silva	00.75672	R. Mario Nogueira

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, c da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Paulo José da Silva	0887826	Sítio Lagoa de
02	José Emídio Pereira	956-294	Sítio Lagoa de
03	Susana Maria Fernandes	001-579754	Sítio Lagoa de
04	Mathews, (Prima de Araújo)	003-230.884	Sítio Lagoa de
05	Elvira de Oliveira Pereira	2.334-303	Sítio Lagoa de
06	Dionel Emídio Pereira	001-764.996	Sítio Lagoa de
07	Maria das Neves de Oliveira Pereira	439-903	Sítio Lagoa de
08	Leandro José de Araújo	1-56-286	Sítio Lagoa de
09	Daniel de Araújo Pereira	003-022.886	Sítio Lagoa de
10	Daniel de Araújo Pereira	003-106.309	Sítio Lagoa de
11	João Batista Emídio Pereira	988-805	Sítio Lagoa de
12	Leonora Pereira de Oliveira	002-624.734	Sítio Lagoa de
13	Ana Maria Pereira de	2494996	Sítio Lagoa de
14	Maria José Pereira de	988-868	Sítio Lagoa de
15	João Renato Carmelo	002-378-430	Sítio Lagoa de
16	Maria Aparecida	16434416	Dua Adm. 11a
17	José Aldo Pereira Silva	1-498-936	Dua Adm. 11a
18	Margaret Conceição de Silva	12296221686	Professor L.
19	Maria Dalila de Oliveira	03063933295	José Bonifácio
20			

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	MARIA DAS NEVES FREIRE DE ANDRADE	377.564	FAZ. PALMA DE FATE
02	Carlos Sergio de Luna Faria	625320	Jose de Brito
03	Andreia Trina de Andrade	996385	Fazenda Palmyra de F
04	Fabio Junior Pinheiro da Silva	1.800.639	R-18 de abril 14.
05	Marcos Amelino de Andrade	366.173	Sítio Barbaço de
06	Adriana Leuzia dos Santos	002.436.379	R. Democrito de
07	Marcelo Floriano dos S.	953.231	R. Democrito de S
08	Adriana Leuzia dos Santos	002.497.237	R. Democrito de
09	Roberto B. Faria	35.378.962	R. Doutor Goulart
10	Paulo Roberto de Faria	202.185	Faz. Palma
11	JOE PAULO FREIRE DE ANDRADE	1527908	FAZ. PALMA DE
12	Claudia Rita Ribeiro Andrade	1731058	Faz. Palma de
13	Marcelo Henrique do Nascimento	0024387	Rua da Palma
14	Murilo Francisco Campos	1827822	13 de Maio
15	Isabelita Baptista de Oliveira	8200	Símbolo de Paz
16	Conceição M. Silva	002.262.150	R. Dr. Goulart de
17	Detorah Joanne da C. Glorêncio	47479861-6	R. Vitoriano de Cava
18	Natália Pereira da Silva	003073654	R. Viçosa Severina
19	Diego Longino da Silva	3.013.429	R. Manoel Chagas
20	Isabelita de Lima Torres	002474639	R. Claudio Henri

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	José Carlos Fernandes da Silva	1.574.942	Rua Pedro Maurício
02	Danielle Fernandes de Souza	002.370.753	Rua 15 de Novembro
03	Maria das Graças Fernandes de Souza	000.805.684	Rua 15 de Novembro
04	Bortencina Mariade Melo Silva	151.650	Rua XV DE NOVEMB
05	MARCOS VICENTE	107.803.2	RUA - 15 NOVEMB.
06	Luiz Romualdo S. da Silva	003.134.937	RUA - 15 NOVEMB
07	Flávia Dayse Duarte	310.957.8	Rua: 15 de novem
08	JOELMA SANTOS DE SOUZA	001.338.915	RUA: 15 DE NOVEMB R
09	Leotário da Silva	1.561.830	Rua 15 de novem
10	Valdemir Maria da Silva	1.368.925	// // //
11	Maria da Rosa		// // //
12	Leônia A.S.S. Fernandes	1.475.666	R. Pedro Maurício
13	Dayany Kamilla R. de Souza	1.817.356	Rua quinze de nov.
14	Natália de Oliveira Soares	002.496.343	Rua: João Gouveia
15	Valdemir da Silva Souza	1452.042	Rua: João Gove
16	Martensal Gonçalves de Oliveira	7544.666	R: João Gouveia Si
17	Rayara Soares C. Souza	003.303.289	R: João Gouveia Si
18	Larissa Gonçalves Souza	003.303.286	R: João Gouveia Si
19	Denilson Ribeiro Lima	399.604	XV de novembro
20	Francisco Lemos do Carmo	002.366.097	XV de novembro

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, de da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	CLAUDEMIR PEREIRA	1.798428	R. JOSE MARGUTS
02	MARGARIDA SOARES DE MELO	9.32.753.2217	R. JOSE MARGUTS
03	TOLANDA SOARES DE MELO	1.800.720	R. JOSE MARGUTS
04	MARIA VITORIA SOARES PEREIRA	003.271.517	R. JOSE MARGUTS
05	JOANA DE SOUZA FORTA	1.460.279	R. JOSE MARGUTS
06	Raíse Felix de Lima	002.366041	R. Capitão José C
07	Maria de Lourdes de Melo Lucio	708.763	R. José Marques MO
08	Alexandre da Silva Melo	1813675	R. Capitão José da
09	MARCO ANTONIO DA SILVA	1.7572-1	R. de Julho, 43
10	Filipe Silva de Melo	005.271.659	R. José Marques Me
11	Priscila Soares de Lima	2323018	R. 15 de Novembro, 28
12	Lucas da Silva Melo	003.271.381	R. Capitão José da
13	Isabel Fraz de Medeiros	003.2462123	RUA: José Marques
14	André de Oliveira Lima	002.370.599	R. José Marques Moisés
15	Robinson de medeiros Pontes	051.721.9929	R. José Marques Me
16	Enilson medeiros de Souza	002.651.033	R. José Marques Me
17	João da Silva	361.729.1	R. Sítio Lapa, 44
18	Claudiana Caldas Pereira	1.878.1149	R. José Marques Me
19	Nemerson Soares da Silva	002.682392	R. José Marques Me
20	José Severino Mendes	001574037	Sítio Lapa, 20

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Coromélia Araújo da Silva Andrade	002.375.665	Antonio Peixoto MA
02	LONGIANO REZENDE de FORTES	304.571	Antonio Peixoto MA
03	MARIA Araújo da Silva FORTES	1048.938	Antonio Peixoto MA
04	MARCOS CARLOS da SILVA	582.941	Antonio Peixoto MA
05	RAFAEL CARLOS da SILVA	002.484.510	Antonio Peixoto MA
06	BOCILANDE da Silva FORTES	2341.868	Antonio Peixoto MA
07	JOSEMARIA TEIXEIRA da SILVA	002.713.858	Antonio Peixoto MA
08	JOSEMARIA LUIZ da SILVA	002.682.425	Antonio Peixoto MA
09	MARIA SILVIA de Araújo	648.936	Antonio Peixoto MA
10	SADA TEIXEIRA da SILVA	30355168	Antonio Peixoto MA
11	MARIA das CARMAS da Silva da Costa	1090.167	Dr. GALDINO Lima
12	GERLANE da Silva da Costa	002.651.371	Dr. GALDINO Lima
13	JOÃO PAULO de Almeida ALVES	2216860	Sítio: BOQUEIRÃO S
14	SUELI RODRIGUES ALVES	1459090	CLAUDIO HENRIQUE F
15	JOSEFA FERREIRA da Silva ALVES	002.651.243	CLAUDIO HENRIQUE F
16	SERPINO RODRIGUES ALVES	781163	CLAUDIO HENRIQUE F
17	SAMARA SILVA ALVES	093134.655	CLAUDIO HENRIQUE F
18	SIMARA SILVA ALVES	002.713.499	CLAUDIO HENRIQUE F
19	ROSELI BARBOSA da Silva	002.444.819	Sítio Boqueirão
20	Servetiano do Ramo Norcemente		Dr. Basílio, 161

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Serenino Elias Gomes	RG-41946	Rua - Djalma
02	Maria Lúcia Rodrigues de Silva	RG-000933	Rua - Djalma Dutra
03	Yvela do Rm Sobrinho	RG-051620102	Rua - Djalma
04	Sebastião Basílio da Silva	RG-171.123	RUA D JALMA DUTRA
05			R. Djalma DUTRA
06	Leandro Francisco de Lima	RG-050797	R. DR. PEDRO VE
07	Jose Carlos Lima Jr. CL.	RG-399-RC	054-34
08	Elieel Silva do Costa	003.057895	Diógenes de Cumb
09	Tânia Gomes da Silva	607.300	Diógenes da Cumb
10	Sebastião Basílio da Silva	RG-171.123	RUA D JALMA DUTRA
11	Sebastião da Silva	RG-02812.910	155.209.434-0
12	Sebastião da Silva	RG-03197	8341988-8
13	Sebastião da Silva		
14	Antônio Francisco de Lima	754.902	RUA DR PEDRO V
15	Sebastião da Silva	369.929	Rua Djalma
16	Sebastião da Silva	1-178.929	conjunto Lapa m
17	Roseane da Costa	2-125.844	Rua Prof Mº Al
18	Sebastião da Silva	1-603.118	R. Prof. Mº Al
19	Maria Lúcia Félix	930.877	Rua Djalma
20			

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	MOISES LEONARDO DA SILVA	002.549.289	RUA JANEIRO
02	LIDIANE DA SILVA BARBOSA	054348	RUA JANEIRO alexandre
03	VANESSA DA S. GONCALVES	15.343.00	
04	Elomir G. Fernandes Barboza		
05	João Borges	100.419.43	Rodolfo Firmiano
06	Lúcia Borges	216.233	Rodolfo Severino
07	Francisco Benedito de Lencastre	243.185	
08	Rafael Pereira	002.4047	Rodolfo Severino
09	Maria Firmiana de Souza	233.104	Rodolfo Severino
10	Elisângela F. Barboza	3502.6168	Rodolfo Severino
11	IRIO F. D. ENRIQUE	002.4519	Rodolfo Severino
12	Walter F. D. ENRIQUE	280.710	JANA JACANA C
13	José FRANCISCO DA SILVA	232.068	Rodolfo Severino
14	Walter F. D. ENRIQUE	280.710	JANA JACANA C
15	M. Lúcia de Nascimento	47691698-1	R. Maurício Henrique
16	Lezíce Albuquerque de Oliveira	2622399	R. Maurício Henrique
17	Ana Maria Duarte Gomes	016.813.944-05	R. José Maurício
18	Ampelto Duarte Gomes	016.813.304-05	R. José Maurício
19	Arthur Jorge Duarte Gomes	016.813.954-05	R. José Maurício
20	Rosália Duarte Gomes	135298437	R. José Maurício

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Ediane Duarte Cardoso	002.634.419	Sítio Trigo
02	Mariz de Fátima Duarte Cardoso	389-7107	" "
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, d da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	José Carlos da Silva	002.624.061	José Alexandre
02	Maria Aparecida da Silva	002.462.201	José Alexandre
03	Morineidi Salestino da Silva	9.789.49	José Alexandre
04	Valisim Pereira da Silva	002.891.855	José Alexandre
05	William Pereira da Silva	3035028	José Alexandre da Silva
06	Josefa Joaquim da Silva	1178435	Rua João Amato
07	José Lourenço da Silva	1174659	R. VALDEMAR SOARES
08	Diogo Alexandre J. da Silva	002.753.659	RUA VALDEMAR SOARES
09	Nataniel da Silva	0082638	RUA VALDEMAR SOARES
10	Damiana Mariana Soares	1497521	Rua Valdemar Soares
11	Gerardo Bernardino da Silva	002.058.038	R. Valdemar Soares
12	Elisvia Maria dos Santos	0-759723	Valdemar Soares
13	Maria da Conceição do Carmo	001108281	Valdemar Soares
14	Adriano Valdeirino da Silva	1162345	Valdemar Soares
15	Genarina dos Santos Silva	2993069	Primeiro de João
16	Genarina da Silva Pereira	1949311686	Primeiro de João
17	Maria José Pereira da Silva	1.898.907	Alberto Marcondes
18	José Carlos Marques dos Santos	002589157	RUA DA PEDRA
19	Luiz Pereira da Silva	2-782-349	Carlos Adson
20	Maria Priscila Rodrigues	2494265	Carlos Adson

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Mário Padilha do Nascimento	2.046.586	R. José Marais
02	Maria de Lurdes P. do N.	399347	R. José Marais
03	Manoel Bernardo da Silva	1141.758	R. Francisco Card
04	Maurice Emidio Dantas	289.547	R. Francisco Card
05	Maurice Dantas Soares	002.653011	R. Francisco Card
06	Maria da Piedade G. da Silva	001.56290	R. Severino Agui
07	Fernando de Araújo Alves	003.10610	R. Severino Agui
08	Silvestre Domingos da Silva	965.826	R. Severino Agui
09	Sulicilda Francisco da Silva	006.161905	R. Severino Agui
10	Maria do Socorro Soares	00199915	R. José Marais
11	Maria dos Anjos E. da Silva	1.361.627	R. Lurdes Gestor
12	REGINALDO PEREIRA DA SILVA	1.556.358	R. LURDES GESTE
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Maria Aparecida da Silva Pelumo	1.331.092	carizunto lica
02	Maria José Brazera di Oliveira	005177	com gusão lica
03	Maria Solidade de Araújo Santos	947.692	Rua Djalma Dutra
04	Ana Paula de Araújo Santos	002.388.484	Sítio Trigueiro 7
05	Leimadaci Tenório	55525385	4-49 com gusão lica
06	nao mundo Ale xandre de oliveira		371590 Sítio
07	Edizir Pereira de Brito	380	95833 Felix
08	Alberlan Alves Barbosa	16787	R. Djalma Dutra
09	Maria da Guia Ribeiro da Silva	2.935.659	Rua Adauto de Carvalho
10	JOSE Carlos, Felipe da Silva	7.775666	Rua Adauto de Carvalho
11	MARCOS ROBERTO DA SILVA	1.350.597	RUA: MIZUEL SAL
12	Lucélia Gomes da Silva	2494389	Rua: Doutor Pedro
13	M. do V. Volgante B. G. G. G. G.	2.362844	Rua: Djalma Dutra
14	M. de Fatima de S. Silva	947.508	Rua 13 de Maio
15	Joseilson de S. Silva	002.458.634	Rua São Pedro
16	Jandirly Mar Fere Andreia	1000 948	Faz. Graciosa, sítio
17	Vilfrany Sena Nequeira F. Andreia		Faz Graciosa, sítio
18			
19			
20			

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Antonio Salustiano da Silva	494.185	393113334-68
02	Maria da Glória Soares de Melo	494.185	Jose Marques N
03	Inocência Irineo da Silva	002.735954	Jose Alexand
04	GILSON SOARES DE MELO	2.179.689	JOSE MARQUES
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Moisés Leandro F. da Silva	002589229	R: José Alexand
02	LIDIANE DA SILVA BARBOSA	0057378	Rua José Alexan
03	Vanessa da Silva Soares	15.34300	Rua José Alexan
04	Maria Lindaci do Nascimento	276916984	R: Maurício He
05	Leonice Albuquerque de Oliveira	1622399	R: Mauricio Henric
06	Ana Maria Duarte Gomes	016.813.414-15	R: José, max, ma
07	Arxelle Duarte Gomes	016.813.884-05	R: José, max, ma
08	Arthur Jorge Duarte Gomes	016.813.454-52	R: José, max, ma
09	Isabela Duarte Nunes	135798437	R: José, max, ma
10	Maria José Fernandes da S.	2331024	R: José, Tacena
11	José Francisco da Silva	832068	R: Rodolpho Guin
12	Claudiana F. Barbosa	3502.6168	R: Adelson Sereru
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Maria Sílvia da Silva	1.225636	R. Valdimar Soares
02	Luiz Antonio da Silva	001.32455	R. José Soares
03	Maria da Glória Ferreira	1160862	R. José Soares
04	Tânia Cardoso da Silva	00241941	R. José Soares
05	Maria do Socorro da Silva	002.444988	R. Valdimar Soares
06	Geilza Maria da Silva	00956276	R. Valdimar Soares
07	Josefa Perceira da Silva	769.311	R. Manoel Antônio
08	Milene Targino	002.982.441	Tr. Aris Chateaub
09	Janete Batista da Costa	003.324.055	R. Carlos Alex
10	Maria Borges Costa	490.701.184-91	Sítio Grata
11	Josefa Maria dos Santos	2216852	Rua da Pedra
12	Josefildo Marques dos Santos	002.444.890	Rua da Pedra
13	Caroline Dias da Silva	2.354.086	Rua da Pedra
14	DANILO GOMES DE MELO	002812166	R. CONEGO LUIZ AL
15	ALNALDO GOMES DAS	00.947300	R. FRANCISCO L
16	ADILSON LOURENÇO DE OL	976.282	R. DEP. MARCIO
17			
18			
19			
20			

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, c da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Maria glene da Silva	002.671.870	Tracópita da
02	Genildo Martins da Silva	116 074	Sítio Gravata
03	Maria de Fátima	1408881	Sítio Gravata
04	Maíara Martins da Silva	29 83 005	Sítio Gravata
05	João Maria de Lima	002 812566	Sítio Gravata
06	Adriana Lima da Silva	002.388365	Rua Joacy Matos
07	Denise Brandão da Silva	451.992	Rua Joacy Matos
08	Sebastião Pereira do Nascimento	1302033144	Rua Joacy Matos
09	Remann Lima da Silva	00471885	Rua Joacy Matos
10	Claudia Liana Vileti da Silva	002.191.239	R. Luiz Antonio B
11	João de Carvalho Alves Filho	2.283.611	Rua Luiz Antonio
12	Sulbair da Silva Rufino	1250594	Rua Luiz Antonio
13	Maria José Maria	001.058.828	Rua Luiz Antonio
14	Tales de Azevedo Rufino	003.271.629	Rua Luiz Antonio
15	Euvaldo Bernardino Júnior	001.261.470	Rua Luiz Antonio
16	Maria Goretti Cardozo	002.202.730	Rua Felipe Cam
17	Rasimete da Veiga	629.150534	Rua Felipe Cam
18	Mário Antonio de Azevedo	00165845	Rua Felipe Cam
19	Antonio de Azevedo	596.05626430	Rua Nêstor Mar
20	Marcio Rodri Gus	002 496.505	Rua P. de A. da Silva

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação c

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Julia Maria da Silva	002.562.725	Rua Valdemar Soares
02	Jaqueline da Silva Rufino	1.361.593	Rua Valdemar Soares
03	Emete. A. Silva da Silva	2.046.920	Rua Valdemar Soares
04	Sergio Montanari de Oliveira	1.641.065	Rua Valdemar Soares
05	Israel Fernandes da Silva	2943035	Sítio Lagido do
06	Francisco Estevão de Faria		Sítio Lagido do
07	Abel Menezes da Silva	002.462.236	Rua Valdemar Soares
08	Maria ELAINE Gastão Oliveira	49.320.639	Rua Cal. Alexandre
09	Manoel Menezes da Silva Jr.	002.562.725	Rua Valdemar Soares
10	Jefferison Mateus da Silva	003.53107	Rua Valdemar Soares
11	Isabel Felix Costa	2943127	Sítio Gravata
12	Sumaira Faustino da Silva	2962302	Nova Cruz. R = Val
13	Maria Jose da Silva	067.549.455	Georgina Avelino
14	Roberto da Francisco dos S.	1744414	Georgina Avelino
15	Raimundo Domingos dos Santos	1.44.803.990	Georgina Avelino
16	Maria da Gloria dos Santos	1.580.999	Georgina Avelino
17	Jessica Maria da Silva	002562851	Rua Valdemar Soares
18	Maria de Fatima Rodrigues dos S.	2.494.194	Jose Soares de A.
19	Ana Lucia Silva de Lima	1.801.638	Jose Soares de A.
20	Mahline Ferreira Lima	4.323.793	Jose Soares de A.

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREC
01	Sandro Luiz de Lima	002.367.803	R: José Moraes da C
02	Silverino Francisco das Chagas	18.693.336-8	R: Professor Manoel El
03	Jairson Gomes Almeida	002.961.773	R: José Moraes da C
04	Juliana Maria Bernardo	003.303.130	R: José Moraes da C
05	Rosângela Bulos Almeida	002.429.957	R: José Moraes da C
06	Ronaldo Valério dos Santos	003.271.668	R: José Moraes da C
07	Mário da R. da Silva	002.063.276	R: Silverino Augusto
08	Maria R. da Silva	959.672	R: José Moraes da C
09	Jairis Siqueira Pereira	196.5077	R: José Moraes da C
10	Maria Goretti Pontes do N.º	002.444.901	R: José Moraes da C
11	Jacqueline Valério dos Santos	002.531.530	R: José Moraes da C
12	Renato Pereira	003.042.847	R: José Moraes da C
13	Anna Maria R. da Silva	003.057.649	R: Silverino Augusto
14	José Eudis dos Santos Félix	2.214.526	R: Silverino Augusto
15	Luiz Cláudio Moreira da Silva	003.057.650	R: José Moraes da C
16	Maria Ivo Rosendo da Silva	2.018.837	R: José Moraes da C
17	Guilherme Moreira da Silva	003.230.323	R: José Moraes da C
18	Roginaldo Militão da Silva	002.474.618	R: Silverino Augusto
19	Marcelo Freitas de Lima	002.091.749	R: José Moraes da C
20	João Henrique das Chagas	002.858.354	R: Professor Manoel

→ Bairro Planalto - Nouruz

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	JOSÉ CARLOS ALVES	401.118	R. Travessa Alberto
02	MARINER VITÓRIA DA SILVA	229.940	R. Travessa Alberto
03	Benedita Inacio dos Santos	998.946	R. José Batista do
04	Eliane Hensiane dos Santos	36.295.418-9	R. José Batista do
05	Talita dos Santos Bernardino	002.982.358	R. José Batista do
06	Ademir P. de Lima	2.349.373	R. Alberto Maranhão
07	Terézinha Galdino da Silva	2.136.673	R. Alberto Maranhão
08	Zenildo Luiz Soares	002.550.660	R. Alberto Maranhão
09	Maria Sebastiana da Silva Diogo	12392213-4	R. Alberto Maranhão
10	José Edson Marques da Silva	003.011.343	R. Alberto Maranhão
11	Wilson Soares da Silva	002.600.065	R. Alberto Maranhão
12	Francisca da Silva Diogo	003.017.345	R. José Alexandre
13	Luiza Cristina da Silva Diogo	003.017.346	R. José Alexandre
14	Hirouguê Francisco da Silva Diogo	003.017.342	R. José Alexandre
15	MIRABELLA DA SILVA DIOGO	365.054	R. José Alexandre
16	marcio marques da Silva	164.149	R. Serafim de Est
17	Américo Maria da Silva	1.989.439	R. Francis Cardini
18	Wilson Barileza da Silva	838.438	R. Código José Ad
19	Mário José Luis Martins da Silva	2.046.24	R. Código José Ad
20	Amílcar Nere	002.444.194	R. Alberto Maranhão

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Antônia de Oliveira	2.214.583	Sítio Lagoa Limpa
02	Osimar Juliano Dias	993.035	Sítio Lagoa Limpa
03	João Angelica Barbosa	002.370.647	Sítio Lagoa Limpa
04	Adriano Pedro da Silva	2.046.607	Sítio Lagoa Limpa
05	Apurino do Ramo da Silva	487.629	Sítio Lagoa Limpa
06	Maria Amaro Sobrinho	001.227.867	Sítio Lagoa Limpa
07	Ediene Alexandre Gomes	2943110	Sítio Lagoa Limpa
08	Maria Valdeci da Silva Gomes	002.281.702	Sítio Lagoa Limpa
09	João Carlos Vicente	1.561.812	Sítio Lagoa Limpa
10	Antônio Amaro de Souza	1.510.327	Sítio Lagoa Limpa
11	Josefa Guedes	967.597	Sítio Lagoa Limpa
12	Azmate dos Santos Barbosa	1405 406	Nova Cruz
13	Leibel Ferreira de Lima	002641998	Nova Cruz
14	Maria das Neves dos Santos Silva	956.454	Sítio Lagoa Limpa
15	João Gonzaga da Silva	958.483	Sítio Lagoa Limpa
16	João Carlos da Silva	894.876	Rua 15 de novembro
17	Maria das Dores da Silva	425.041	Rua 15 de novembro
18	Osmar Amaro de Souza	2943136	Sítio Lagoa Limpa
19	Jose Pedro de Souza	002.416.497	Sítio Lagoa Limpa
20	João Amaro de Sobrinho	625.242	Sítio Lagoa Limpa

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, de da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Rosemary de Araújo	002.454.789	Silva Jnic
02	Roberto Duarte Bêto	2.154.685	St Trigue
03	Regalba Moraes da Silva	003.054.907	St Trigue
04	Rosana Mendes da Silva	003.057.908	St Trigue
05	Maria Aparecida da Silva	002.430.046	St Trigue
06	Maria Rêcia Pláurea da Silva	1.707.383	St Trigue
07	Martine das Silva Souza	967579	St Trigue
08	Selenio Pereira de Souza	956.432	St Trigue
09	Jacqueline Pereira de Souza Silva	002.272.866	St Trigue
10	Alexandro Pereira de Souza	003.180.803	St Trigue
11	Maria de Fátima Araújo da Silva	2494432	St Trigue
12	Marieneide Delfino da Silva	1011.622	St Trigue
13	1000 Paula F. Leite	934.878	St Trigue
14	Josefa Santo da Silva	7416.82	St Trigue
15	Francisca Batista da Silva	1.278.374	St Trigue
16	Maricélia Araújo	1.710.252	St Trigue
17	Edileusa Barbosa da Silva	1891783	St 11
18	Valdemir Bezerra da Silva	1287142	St 11
19	Adelza Pereira da Silva	1.956.679	St 11
20	Odineire Vicente de Lima	002.982.656	ST 11

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Rosimaria da Silva Nascimento	002.982.028	Sítio Maranhão
02	Elizete de Lima	032-782-091	Sítio Maranhão
03	GEORRANT BERNARDO	002.753.864	SÍTIO MARANHÃO
04	Ana Paula de Lima Batista	259.542.22	Sítio Maranhão
05	Manoel Antonio da Silva	10.687.370	Sítio Maranhão
06	ROSILDA PEDRO DAS. NASCIMENTO	003.284.606	SÍTIO MARANHÃO
07	Wagner Nascimento da Silva	398093027	Sítio Maranhão
08	Amara Luiz dos Santos	19-25668	SÍTIO MARANHÃO
09	Amara Nascimento da Silva	43.503.262-8	Sítio Maranhão
10	Quzia Manoelino da Rocha	002.382.787	Sítio Conceição
11	Rosário da Silva	1209.641	Sítio Conceição
12	Maria Lucia Israel Joaquim	975.618	Sítio Conceição
13	Derlane Amorim dos Santos	003.303.251	Sítio Conceição
14	Derlane Amorim dos Santos	002.447.738	Sítio Conceição
15	Severina S. Lino da Silva	003.593.412	Sítio Conceição
16	João Augusto	003.400.555	Sítio Conceição
17	ATAILDO ISRAEL JOAQUIM	002.562.580	Sítio Conceição
18	FRANCISCA OLIVEIRA DA SILVA	988.888	Sítio MARANHÃO
19	Luizette Leopoldo da S. Bonfim	989.551	Sítio MARANHÃO
20	Wagner de Almeida Valdivino da Silva	2.046.505	Sítio MARANHÃO

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Maria Jose Pereira da Silva.	1.898.907	Alberto Maranhão
02	Josivaldo Fernandes da Silva	00.084.883	Rua Alberto Maranhão
03	Fabiana Martins dos Santos	2.276.575	Rua Alberto Maranhão
04	José Galdino da Silva	269.444	Rua Alberto Maranhão
05	Suzane Galdino da Silva	155.213	R. Saneado Soares
06	Cláudio G. M.	6686	R. Saneado Soares
07	Maria de Salino Galdino da Silva	7.459.000	Rua Alberto Maranhão
08	Margery Teodoro da Silva	965.528	Rua José Bonifácio
09	Maria Inês Gomes	002.974.674	Rua Alberto Maranhão
10	Roseane Firmiano da Silva	000.388.581	Rua Alberto Maranhão
11	Silvino morio da Silva	1.800.059	Rua Alberto Maranhão
12	José Firmiano da Silva	005.160.855	Rua Alberto Maranhão
13	Antônio de Jesus da Silva	450.252	Rua Alberto Maranhão
14	Cláudio Firmiano da Silva	009.984.116	Travessa Alberto Maranhão
15	Suzete Soares	001.474.911	Rua Alberto Maranhão
16	Aristide Jones da Silva	1.393.758	Rua Travessa Alberto Maranhão
17	Marcia da Silva	160882	Rua Travessa Alberto Maranhão
18	Maria Amunciada de Lima	1538199	Rua José Bonifácio
19	Belis Maria de Lima	002.367746	Rua José Bonifácio
20	Maria da Conceição de Lima	002.982.143	Rua José Bonifácio

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Fabiana Ferreira da Silva	002.328.963	R. Alberto Maranhão
02	Aldair José da Silva	002.882.235	R. Alberto Maranhão
03	Jailton Baldino da Silva	002.483.428	R. ALBERTO MARANHÃO
04	DAMIANA DA SILVA MARQUEL	002.624.533	RUA: ALBERTO MARANHÃO
05	Maria dos Rêgo da Silva	3.870.555	RUA: ALBERTO MARANHÃO
06	FRANCISCO JORGE DA SILVA	1172.366	RUA: ALBERTO MARANHÃO
07	JOSE CARLOS DA SILVA MARQUEL	002.982.585	RUA: ALBERTO MARANHÃO
08	Diete Soares Costa	000.4086	Rua Alberto Maranhão
09	Emerson Fagundes do Maranhão	002.578.757	Rua Alberto Maranhão
10	José Carlos da Costa da Silva	00.2174.664	R. Francisco Cardozo
11	Sergio de Souza Costa	219422.3	R. 25 DE DEZEMBRO
12	Mário Leite de Lima	00.3.106.089	R. Alberto Maranhão
13	Jaciara Alves Vieira Rêgo	035.642.244	R. Alberto Maranhão
14	Antônio Carlos Fagundes	1301.892	R. Alberto Maranhão
15	Benedicta Baldino da Silva	2.066.674	R. Francisco Cardozo
16	Antonio Paiva de Lima	1.392.110	R. Francisco Cardozo
17	Maria das Bastistas Costa	1.801.627	R. Francisco Cardozo
18	Elisângela dos Santos de Melo	002.212.219	R. Francisco Cardozo
19	Leu Cíndia de e Silva	101.909.837	R. Francisco Cardozo
20	Francisco Carlos da Silva	971.991	R. José Maranhão

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Paulo Valdirius Lima	1066195	Sítio Lapa
02	Janeiro Borbato	13364469-0	SÍTIO CONCEIÇÃO
03	Sedonez condino da Silva	22.467.539.2	SITIO MARRANH
04	Elisângela Benedito de Jesus	001.880.932	Sítio Maranhão
05	Mônica Teodoro da Silva	2.046.550	Sítio Maranhão
06	Jucileide cordilino da Silva	002.555.903	Sítio Maranhão
07	Valéria Luiz da Silva	001.574.872	sítio maranhão
08	Gizelda da Silva Regada	002.961.512	Sítio conceição
09	Porangela raduio da Silva	002.174.821	Sítio maranhão
10	MARIA EMILIA DA OLIVEIRA	5971471	SÍTIO MAR
11	ALESSANDRO LUIS LOMES	033.943.6553	Sítio Lapa
12	Anderson Campos Bezerra	001.709.76	Sítio maranhão
13	Daiome Israel Carlos	494239220	Sítio maranhão
14	Darlene Israel Carlos	4946131-2	Sítio Maranhão
15	Jucileide Israel Carlos	3649468-X	Sítio Maranhão
16	Adna Alexandri de Oliveira	36.315.8050	Sítio Maranhão
17	Angélica da Silva Oliveira	34.260.236.6	Sítio Maranhão
18	Maria da Conceição de	002.182.028	Sítio Lapa
19	da Conceição da Silva	12.461.0288.6	Sítio Lapa
20	Maria da Conceição da Silva	26.262.532.600	Sítio Lapa

MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação de

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Rosilene de Lima Vicente	002.646.488	sítio maranhão
02	Jose barbosa	1.172.220	sítio maranhão
03	Eda Lima da Silva	32.992.525-6	sítio maranhão
04	Marcilene de Lima	002.218.354	sítio maranhão
05	Miriam de Lima da Silva	002.671.638	sítio maranhão
06	Miriam de Lima da Silva	249464.2	sítio maranhão
07	Miriell de Lima da Silva	2494767	sítio maranhão
08	Maria Edileusa Felix de Lima	324.433	sítio maranhão
09	Raimunda Pessoa da Silva	989.826	sítio maranhão
10	Jose Pessoa da Silva	001.417.313	sítio maranhão
11	Rosilene Rezende da Silva	1.457.581	sítio maranhão
12	Zuciano Nels Pessoa da Silva	001.058.829	sítio maranhão
13	Venezia Nels da Silva	2.046.936	sítio maranhão
14	Maria Jose Lima da Silva	2.192.377	sítio maranhão
15	Selma Mamell da Silva	002.555.905	sítio maranhão
16	Lucimara Soares Bezerra	1.202.794	sítio maranhão
17	Antonia Elane J. da Silva Paz	2.283.893	sítio maranhão
18	Maria Jose Franco da Silva	18.917.88	sítio maranhão
19	Marlene da Conceição L.	2158.959	sítio Riachão
20	Rosana Lima da Silva	003.271.616	sítio Riachão

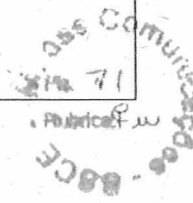
MANIFESTAÇÃO DE APOIO COLETIVA (abaixo-assinado)

Nós, abaixo-assinados, nos termos de que trata o subitem 7.2.4 da Norma Complementar nº 1/2004, de da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão

Afirmamos ainda que os endereços abaixo indicados estão situados na área pretendida para a prestação

Nº	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE	ENDEREÇO
01	Andréia Pinheiro	1902727	R. Dr. Pedro Velho
02	Rosiane Freire Soares	2023530	R. Antonio Pedr
03	Palmeira Alves de Oliveira	976643	Rua Djalma
04	Maria Neide Pinheiro Felipe	001368933	R. Djalma Dutra
05	Adeusa Maria Paula Costa	1314.238	R. Djalma Dutra
06	Moacyr Roberto Felipe	000495503	R. Djalma Dutra
07	Wliza Kelly Gomes Nilton	2.308.906	R. Djalma Dutra
08	Platão Avelar dos Reis	002.484.479	R. Prof. Maria Alice
09	Maria José F. Gomes	001.354.617	Djalma Dutra
10	Wilma Karla Gomes	002.832.072	Djalma Dutra
11	Enio Mariz Pereira da Silva	638.180	R. Antonio Augusto
12	Mercia Barbosa Feliciano	002474.646	R. Antonio Augusto
13	Josélia Felipe	1.368.945	Rua: Adauto de
14	Daize Pinheiro da Costa	002.752.234	Rua: Djalma Dutra
15	Boquel Pinheiro Felipe	002.891.003	Rua: Djalma D
16	Arthur Igor Pereira Moura	002813763	Rua: Felipe Augusto e
17	Helena Pinheiro da Costa	002.462.284	R. Djalma Dutra
18	Veronica Maria da C. Santa	1.226.823	Rua: Vital Gal 6
19	Raphael Pinheiro Felipe	2.289.086	R. Djalma D
20	Lia Silvestre Maia	29.12652	Sítio Lapa nº 22 Nov

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM



Identificação do Processo

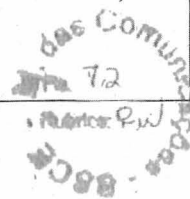
Número: 53000.037564/11 Localidade/UF: Nova Cruz/RN
 Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL
 Aviso: 34 Publicação: 06/06/2011 Prazo: 21/07/2011 Canal: 200

COORDENADAS		
	Proposta (A)	IBGE (B)
Latitude:	06S2852	06S2841
Longitude	35W2558	35W2602

DISTÂNCIA	
Distância A:B (IBGE)	0.36

Processo					
1.	Entregou documentação tempestivamente?				Sim
2.	Endereço da Antena Proposta				
Rua Industrial José de Brito, nº 560-C					
2.1.	Endereço do Studio				
3.	Relação de concorrentes (d <= 4000 m)				
	Número do Processo	Distância		Status	
	53000.037727/11	250,00		EMA	
	53000.038388/11	1.260,00		EMA	
4.	Dependentes ordenados pela precedência do aviso de inscrição (d < 4000 m)				
	Lote	Processo	Município	UF	Distância
	4	53780.000138/98	Nova Cruz	RN	360,00
	27	53780.000034/99	Nova Cruz	RN	360,00
	4	53780.000088/99	Nova Cruz	RN	2.180,00
5.	Conclusão com base na análise dos distanciamentos do mesmo canal				VIÁVEL
6.	A estação situa-se em município de Faixa de Fronteira?				Não
7.	Declaração do representante legal da entidade relativa ao item 6.7, IX da Norma 02/98.				Sim
8.	Apresenta planta de arruamento que atende ao item 6.7, X da Norma 02/98?				Não
9.	A área urbana da localidade é <= 3,5 km?				Sim
10.	Endereço da Sede Administrativa da Emissora				
Rua Industrial José de Brito, nº 560-C					

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM



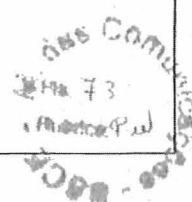
Identificação do Processo

Número: 53000.037564/11 Localidade/UF: Nova Cruz/RN
Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL
Aviso: 34 Publicação: 06/06/2011 Prazo: 21/07/2011 Canal: 200

11.	Este endereço está sediado na área da comunidade para qual a emissora pretende prestar o serviço?	Indeterminado
12.	Conclusão da Análise	
A entidade apresentou a documentação referente ao subitem 7.1 alíneas M, N e O da norma complementar 1/2004. Processo tecnicamente instruído em primeira fase.		
TEM CONCORRENTE *		

[Assinatura]
JAVIER P. LIMA
(Analista)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.037564/11 Localidade/UF: Nova Cruz/RN
 Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL
 Aviso: 34 Publicação: 06/06/2011 Prazo: 21/07/2011 Canal: 200

Processo						
1.	A Entidade é uma:	Associação				
2.	Requerimento de Solicitação?	Sim				
fl. 3.						
3.	A Entidade tem por objetivo a execução de Serviço de Radiodifusão?					
4.	O Estatuto e Atas estão registrados no órgão competente?	Sim				
a) Estatuto Social, datado de 2/6/2011, registrado no Livro A-PJ (fls. 08 a 12 e 15)						
b) Ata de Fundação, datada de 1/6/2011, registrado no Livro A-PJ (fl. 13 e 15);						
c) Ata de Substituição de Dirigente, datada de 28/6/2011, registrada no Livro A-PJ (fls. 16 e 17)						
5.	Os Estatutos ou Atos Constitutivos da entidade atendem o Art 11º da Lei nº 9.612?	Sim				
6.	Comprovante de que obteve o assentimento prévio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República?	Não se Aplica				
7.	Manifestações de apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área retendida para a prestação do Serviço ou, no caso de localidades cuja área urbana estiver circunscrita a um círculo com raio menor ou igual a 3,5 Km, sediadas na área urbana da localidade, firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou	Sim				
fls. 39 a 70.						
8.	Declaração, assinada pelo representante legal, constando, se for o caso, a denominação de fantasia da entidade?	Sim				
fl. 21 (ACL - Nova Cruz)						
9.	Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, de que todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso?	Sim				
fl. 21 - Relativa à Diretoria eleita em 28/6/2011						
10.	Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de Serviço de Radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de canais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados?	Sim				
fl. 21 - Relativa à Diretoria eleita em 28/6/2011						
11.	Nº de Inscrição no CNPJ(CGC)?	Sim				
fl. 7, Nº de Inscrição: 13.790.179/0001-70; Situação Cadastral: Ativa; Natureza Jurídica e Atividades Econômicas compatíveis com o serviço pleiteado.						
12.	Quadro Diretivo da Associação ou Fundação	Mandato: 4 anos (art. 12) Validade: 01/06/2015				
	Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaração
	Joanne de Lima dos Santos Mendes	024.802.524-42	Presidente	Sim	Sim	Sim
	Jarbas Magno Campos de Souza	056.551.654-06	Diretor Administrativo	Sim	Não	Sim
	Erike da Silva	044.989.184-44	Diretor de Operações	Sim	Sim	Sim
a) Provas de Maioridade e de Nacionalidade: 25, 26 e 38						



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica



Nota Técnica nº 2144/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

Assunto: **Indeferimento do Pedido de Outorga.**

Referência: Processo nº 53000.037564/2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Comunitária Lapa** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Nova Cruz / RN**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de indeferimento pelo seguinte fato e fundamento:

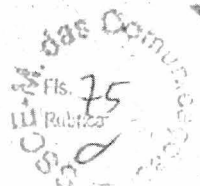
I. A Associação Comunitária Lapa deixou de apresentar, dentro do prazo estabelecido no Aviso de Habilitação nº 03/2011 (expirado em 21/7/2011), a comprovação da maioria e nacionalidade do Sr. Jarbas Magno Campos de Souza, Diretor Administrativo (também designado "Secretário"). O documento faltante, de acordo com o art. 9º, §2º, "III" da Lei 9612 de 19 de fevereiro de 1998, deveria ter sido necessariamente apresentado durante o período estabelecido para habilitação, o que impossibilitou a continuidade da análise.

II. Informamos, ainda, que, por força do subitem 7.2.3.1 da Norma Complementar nº 01/2004 (vigente à época da abertura do Aviso de Habilitação), a cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do Sr. Jarbas Magno Campos de Souza, apresentada pela entidade por ocasião da habilitação, não pôde ser aceita como comprovante de maioria ou nacionalidade.

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de **indeferimento** do pedido de outorga da Associação Comunitária Lapa.

4. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada acerca do indeferimento mediante ofício enviado por AR Postal, resguardando-se o direito da mesma apresentar recurso à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, a encaminhará à autoridade imediatamente superior, a quem caberá a decisão final na esfera administrativa. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, o processo será arquivado e qualquer solicitação encaminhada será considerada intempestiva.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 3229 /2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 29 de agosto de 2012.

À Senhora
JOANNE DE LIMA DOS SANTOS MENDES
Representante Legal da Associação Comunitária Lapa
Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro
59.215-000 Nova Cruz - RN

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo nº 53000.037564/2011.

Senhora Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.037564/2011, na localidade de Nova Cruz / RN, no qual essa entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 2144/2012, que dispõe sobre os motivos do indeferimento do pedido da entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente recurso à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, a encaminhará à autoridade imediatamente superior, a quem caberá a decisão final na esfera administrativa. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, o processo será arquivado e qualquer solicitação encaminhada será considerada intempestiva.
3. Ressaltamos que apenas será acatado o recurso que apresente razões de legalidade e de mérito, em conformidade com a Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e ainda, de acordo com o disposto no subitem 11.2.1, da Norma nº 1/2011, não serão considerados, no julgamento do recurso, documentos e informações que a entidade recorrente deveria ter apresentado em momento anterior, seja por força das exigências constantes do aviso de habilitação, seja por solicitação do Ministério das Comunicações. /

Atenciosamente,

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

Diretora do Departamento de Outorga e Serviços de Serviços de Comunicação Eletrônica

11/10 342 6

ILUSTRÍSSIMA SENHORA DIRETORA DEPARTAMENTO DE OUTORGA E
SERVIÇOS DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 047028/2012-19

Ref: Processo nº 53000.037564/2011

SEFAPASCE

04/10/2012-08:00

Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova
Cruz/RN

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA

LAPA - ACL, inscrita no CNPJ sob o nº 13.790.179/0001-70, com sede na Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59215-000, representada pela Sra. Joanne de Lima dos Santos Mendes, brasileira, CPF nº 024.802.524-42, vem a Vossa Senhoria, diante dos termos do Ofício nº 3229/2012/CORC/DEOC/SCE-MC, datado de 29 de agosto de 2012, e da Nota Técnica nº 2144/2012/CGRCDEOC/SCE-MC, apresentar **RECURSO** contra a decisão proferida pelo Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária, com fundamento no subitem 7.2.3.1 da Norma complementar nº 01/2004 (vigente a época da abertura do Aviso de Habilitação), entendeu que a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) não é documento hábil para a comprovação de maioridade ou nacionalidade e, com isso, indeferiu o requerimento da Recorrente para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Nova Cruz/RN.

Não há, porém, razão jurídica capaz de fundamentar o indeferimento, eis que, na forma da legislação específica – O Código de Trânsito Brasileiro, a Carteira Nacional de Habilitação é documento aceito para a identificação de seu portador e, tanto a nacionalidade como a maioridade, são atributos inerentes à identificação do cidadão.

Tanto isso é verdade que, para obtenção da CNH, o candidato tem que satisfazer os seguintes requisitos:

1. Ser penalmente imputável;
2. Saber ler e escrever;
3. Possuir carteira de identidade ou equivalente;

DOCUMENTO ANEXADO
NESTA DATA

11/10/2012

Selec

É assim que se vê à luz do disposto no artigo 140 da Lei nº 9503/97 – Código de Trânsito Brasileiro.

Também, por expressa disposição do Código de Trânsito Brasileiro, a Carteira Nacional de Habilitação tem FÉ PÚBLICA e produz a mesma prova que a Carteira de Identidade (RG). Confira-se:

"Art. 159. A Carteira Nacional de Habilitação, expedida em modelo único e de acordo com as especificações do CONTRAN, atendidos os pré-requisitos estabelecidos neste Código, conterá fotografia, identificação e CPF do condutor, terá fé pública e equivalerá a documento de identidade em todo o território nacional." (grifou-se)

O ordenamento jurídico brasileiro prevê a utilização dos meios juridicamente idôneos, ou seja, os meios legais de prova e dos meios moralmente legítimos e, nesse contexto jurídico-legal, não pode prosperar a decisão que indeferiu o requerimento de autorização da Recorrente para executar serviços de Radiodifusão Comunitária em Nova Cruz/RN em decorrência de não considerar a CNH como meio hábil para a comprovação da nacionalidade e da maioria do Diretor Administrativo Sr. Jarbas Magno Campos de Souza.

É assim que, firme nos argumentos expendidos no presente recurso, a Recorrente requer a Vossa Senhoria que reconsidere a decisão recorrida e reconheça a CNH como meio hábil de comprovação dos requisitos de maioria e capacidade ou, assim não ocorrendo, que seja, então, determinado o encaminhamento deste Recurso à autoridade superior e competente para dele conhecer e decidir.

Termos em que, aguarda seja dado
provimento ao Recurso e deferida ao Recorrente a autorização para executar
os serviços de radiodifusão comunitária na localidade de Nova Cruz/RN.

Brasília, 28 de setembro de 2012.

RECORRENTE

Joanne de Lima dos S. Mendes

Joanne de Lima dos Santos Mendes

CPF: 024.802.524-42

RECORRENTE

Jarbas Magno Campos de Souza

Jarbas Magno Campos de Souza - Secretário

CPF: 056.551.654-06



CPF: 421.283.254-30
Rua Dr. Pedro Vello, 56
Tel.: (24) 3281-2107
Nova Cruz - Rio Grande do Norte

Reconheço a firma magno

magno
magno
magno

NOVA CRUZ, 28 SET 2012

Em testemunho da verdade.

Tabella Publico

Maria das Graças Moura Moreira

NOTÁRIA

CIC 056.908.894-15

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
NÚCLEO TÉCNICO GENTÍLIO DE POLÍCIA
CORPO DE BOMBEIROS DE IDENTIFICAÇÃO

**VACINADO
BRASIL
LIVRE
DE MALARIA**

Joanne de Lima dos Santos Mendes
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
JOANNE DE LIMA DOS SANTOS MENDES

Nº de Inscrição
024802524-42

Data do Nascimento
11/10/77

1.616.086 DATA 31.03.95

Joanne de Lima dos Santos Mendes
João Cavalcante dos Santos
Maria Ivone de Lima

Maninha RN. 11.10.1977

Cert. de Cas. 2.943 Liv. B-19 315
094 do 2º Cart. Nova Cruz RN.

José Roberto C. Marinho
Coordenador de Identificação

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nas cases previstas na legislação vigente.

ASSINATURA *Joanne de Lima dos Santos Mendes*
JOANNE DE LIMA DOS SANTOS MENDES

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
Emitido em : 07/06/95

Autentico esta fotocópia reprodução
fiel do original, dou fé
Por Léis 2148 de 25-03-49

NOVA CRUZ, 28 SET 2012

Maria das Graças Mourão Moreira
NOTÁRIA
CIC 056.998.894-15

Autentico esta fotocópia reprodução
fiel do original, dou fé
Por Léis 2148 de 25-03-49

NOVA CRUZ, 28 SET 2012

Maria das Graças Mourão Moreira
NOTÁRIA
CIC 056.998.894-15

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TECNICO-CIENTIFICO DE POLICIA
POLICIA FEDERAL DE IDENTIFICACAO

LO NACIMADO
BRASIL
LIVRE



Jarbas Magno Campos de Souza
ASSINATURA DO TITULAR

ARQUIVO DE IDENTIDADE

MINISTERIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

056.551.654-06

JARBAS MAGNO CAMPOS DE SOUZA

17/01/1986



80
C

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 002.430.144 DATA DE EXPEDICAO 23/10/2002

NOME
JARBAS MAGNO CAMPOS DE SOUZA

to
QUIM DE SOUZA NETO
BEI MARIA CAMPOS DE SOUZA

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
NOVA CRUZ RN 17/01/1986

DOC ORIGEMASCIM L0A76 E-273 RG-018184

NOVA CRUZ RN 02 CARTORIO

CPF
1311002

Carreira Arquivos de Arquivo
Coordenador de Arquivos

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

Cartão de uso pessoal e intransferível
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

OUT/2002


Autentico esta fotocópia reprodução
fiel do original, dou fé
Por Lei 2140 de 26-05-49

28 SET 2012

NOVA CRUZ,

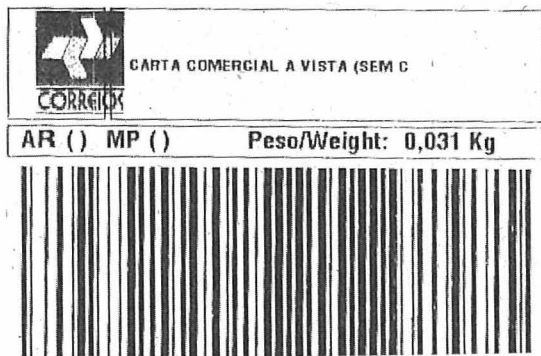
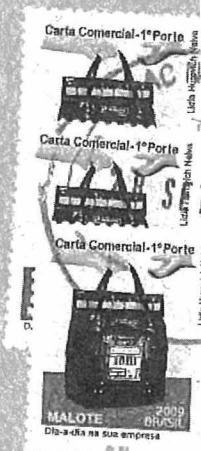
Maria das Graças Moura de Moreira

NOTÁRIA
CIC 036.908 894-15



P/ Ministério das Comunicações
Coordenação de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R
cep: 70044-900

Brasília - DF



Associação Comunitária Lapa - ACL

R. Industrial José de Bulos, nº 560

Cep: 59215-000

Nova Cruz - RN

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO

Of. 3229 /2012/CGRC/DE

ENDEREÇO / ADRESSE

53000.037564/11

JOANNE DE LIMA DOS SANTOS MENDES

CEP / CODE POSTAL

Associação Comunitária Lapa

Rua Industrial José de Brito, nº 560-c - Centro

59.215-000

Nova Cruz - RN

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Joanne de Lima dos S. Mendes

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

11.616.086

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR

75240203-0

FC0463 / 16



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

PREENCHER COM LETRA IMPRIMÍVEL

NOME OU F

ENDEREÇO

CIDADE / LI

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO

RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 1626/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: Análise de Recurso Administrativo interposto frente à decisão de indeferimento do Pedido de Autorização.

Referência: Processo nº 53000.037564/2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de análise de solicitação da **Associação Comunitária Lapa - ACL** da localidade de **Nova Cruz / RN** para reconsideração da decisão exarada na Nota Técnica nº 2144/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC, comunicada por meio do Ofício nº 3229/2012, datado de 29/08/2012, AR Postal em 10/09/2012.

ANÁLISE

2. A Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária submete à apreciação e decisão deste Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica recurso administrativo formulado pela Associação Comunitária Lapa - ACL, o qual visa a manutenção de sua participação no Aviso de Habilitação nº 34º, publicado no Diário Oficial da União - DOU do dia 06/06/2011, que teve por objetivo convocar as interessadas à obtenção de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária no município de interesse.

3. Tem-se que após o esgotamento do prazo para apresentação da documentação legal exigida e considerando a capacidade administrativa do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica, fora realizado o exame dos documentos constantes dos autos em referência, constatando-se a necessidade de indeferimento do pedido de outorga, vez que não foi apresentado comprovação de nacionalidade do ocupante do cargo de Diretor Administrativo, conforme prevê o subitem 7.2.3 da Norma Complementar nº 01/2004, bem como artigo 9º § 2º inciso "III" da Lei nº 9.612/98, mas, muito embora, o seu processo tenha sido indeferido, a requerente comprovou ter encaminhado há época do prazo do Aviso de Habilitação, Carteira Nacional de Habilitação - CNH do ocupante do cargo de Diretor Administrativo.

4. Diante da inconformidade com o indeferimento, a entidade desenvolveu sua petição tempestivamente, no intuito de ver reformada a decisão.

5. Como se observa, as alegações da requerente se fundamentam na necessidade de revisão do ato de indeferimento do pedido de autorização. Tais alegações merecem as seguintes considerações:

I. A requerente comprovou ter encaminhado corretamente/integralmente toda a documentação elencada na Nota Técnica nº 2144/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC, ou seja, cópia de sua carteira de identidade, bem como seu CPF, de modo que em conformidade com as

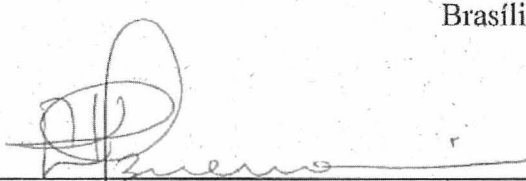
determinações estipuladas pela Legislação Específica, não havendo, portanto, impedimentos legais quanto à continuidade da realização dos procedimentos de análise dos autos.

CONCLUSÃO

6. Pelo que se depreende da matéria e por todo o exposto, esta Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo provimento do recurso administrativo interposto, levando, conseqüentemente, à regular tramitação dos autos para a equipe responsável, a fim de que se proceda à averiguação de possíveis pendências a serem cumpridas pela requerente para o saneamento da documentação.

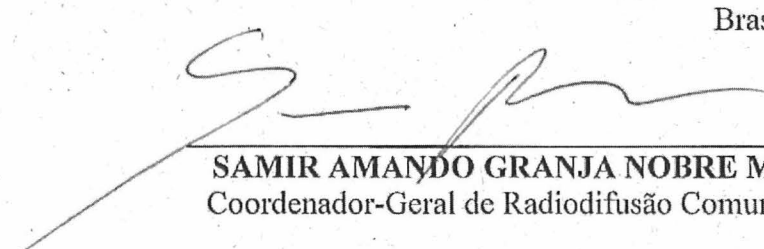
À consideração superior.

Brasília, 17 de junho de 2013.


LÚCIA HELENA MAGALHÃES BUENO ROSA
Analista/Chefe de Serviço

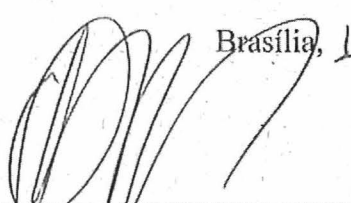
De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

Brasília, 17 de junho de 2013.


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

De acordo. Conforme faculta a Conforme Portaria de Delegação nº 166, de 18 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2012, aprovo a Nota Técnica nº 1626/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 17 de junho de 2013.


OCTAVIO PENNA PIERANTI
Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6464/6897

Ofício nº 3112 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 17 de junho de 2013.

À Senhora

JOANNE DE LIMA DOS SANTOS MENDES

Representante Legal da Associação Comunitária Lapa- ACL

Rua Industrial José de Brito, nº 560-c - Centro

59.215-000 / Nova Cruz - RN

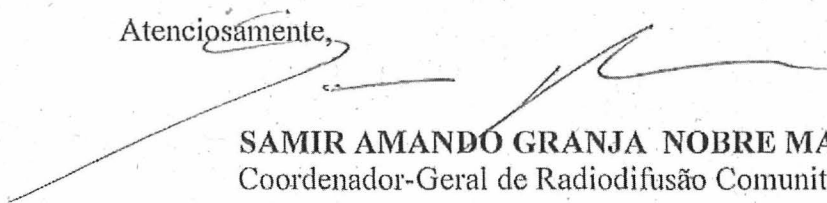
Assunto: **Encaminhamento de documentos relativos à análise de recurso administrativo.**

Senhora Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.037564/2011, de interesse da **Associação Comunitária Lapa - ACL**, da localidade de **Nova Cruz / RN**, por meio do qual essa entidade requer autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 1626/2013/CGRC/SCE-MC, que dispõe sobre a análise da solicitação de reconsideração da decisão de indeferimento, cuja autoridade competente para julgamento do recurso concluiu pela procedência do pedido.

2. Em face do exposto, a entidade deverá aguardar a finalização do exame dos documentos constantes do processo, que por sua vez foi tramitado para a equipe responsável, no intuito de se averiguar a existência de eventuais pendências passíveis de saneamento.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Min. das Comunicações
Fls. 85
Ass. Juríd. P.M.
DSS

COTA Nº.261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

ASSUNTO : Autorização para execução de serviço de radiodifusão comunitária. Necessidade de instrução complementar acerca da comprovação de idoneidade dos dirigentes.

Senhor Coordenador do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão Comunitária,

CONSIDERANDO que o art. 221 da Lei Maior estatui que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão às finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, respeitando valores éticos e sociais da pessoa e da família.

CONSIDERANDO a inegável presença do interesse público em todas as outorgas relativas aos serviços de radiodifusão, vez que de livre e direto recebimento pelo público em geral.

CONSIDERANDO que a Lei 9.612/98 dispõe em seu art. 2º que o serviço de radiodifusão comunitária obedecerá, no que couber, ao disposto no Código Brasileiro de Telecomunicações e demais disposições legais.

CONSIDERANDO que o art. 34, a, do Código Brasileiro de Telecomunicações trata da necessidade da comprovação de idoneidade daqueles que pretendem executar serviço de radiodifusão.

CONSIDERANDO os princípios setoriais que regulamentam a atividade de radiodifusão, dentre eles a prestação do serviço em caráter *intuitu personae*.

CONSIDERANDO a necessidade de verificação da idoneidade dos dirigentes das entidades associativas que pretendem executar serviço de radiodifusão comunitária.

1. Utilizo-me do presente para solicitar a Vossa Senhoria que passe a adotar as medidas necessárias à verificação da idoneidade dos dirigentes das entidades que forem consideradas aptas à execução do serviço de radiodifusão comunitária.
2. Informo que para tanto deverão ser exigidas dos dirigentes associativos, certidões relativas a fatos criminais (Justiça Comum e Federal) dos últimos 5 (cinco) anos do local de residência, bem como se em desfavor destes há existência de imputação de execução de serviço de radiodifusão clandestina.
3. Este é o motivo pelo qual restituo os processos relativos à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária, em trâmite nesta Coordenação-Geral Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, vez que apenas será conferido regular prosseguimento ao feito após a adoção das medidas sugeridas.

Brasília, 27 de setembro de 2010.

DANIEL PEREIRA DE FRANCO
Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica



das C.
N.º 66
Rubrica P.W.
1088

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Assunto: **Consulta ao Sistema de Fiscalização RADAR, da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações.**

1. Frente à análise do processo nº 53000.037564/2011, de interesse da **Associação Comunitária Lapa**, na localidade de **Nova Cruz / RN**, e em atendimento à Cota nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, anexada à folha antecedente dos autos, informamos o que se segue:

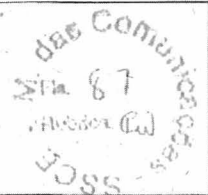
I. Não há, nesta localidade, registro de fiscalização por operação clandestina, nos últimos 05 (cinco) anos, em que constem razão social, nome fantasia, endereço, nome dos dirigentes da Entidade supracitada, de acordo com o Sistema de Fiscalização RADAR, da Anatel.

Brasília, 19 de junho de 2013.



PEDRO LUÍS BARRETO VIANNA ROCHA
Analista Técnico Administrativo

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.037564/2011 Localidade / UF: NOVA CRUZ/RN
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA LAPA - ACL
Aviso: 34 Publicação: 06/06/2011 Prazo: 45 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Jarbas Magno Campos de Souza	056.551.654-06	Diretor Administrativo	01/06/2011 01/06/2015	
Joanne de Lima dos Santos Mendes	024.802.524-42	Diretor Geral	01/06/2011 01/06/2015	
Erike da Silva	044.989.184-44	Diretor de Operações	01/06/2011 01/06/2015	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

PENDÊNCIAS:

- I - definir o tempo real do mandato;
- II - certidões criminais da justiça estadual; e
- III - comprovantes de residência dos dirigentes.

MAPA DA DOCUMENTAÇÃO:

- a) requerimento de outorga: fl. 3;
- b) CNPJ, nº 13.790.179/0001-70: fl. 7;
- c) comprovante de pagamento da taxa de cadastro: fl. 6;
- d) relação de associados: fl. 24;
- e) manifestações de apoio: fl. 14, 39 a 70;
- f) estatuto social, datado de 2/6/2011, rg. Lv. A-PJ: fl. 8 à 12 e 15;
- g) ata de fundação, datada de 1/6/2011, rg. Lv. A-PJ: fl. 13 e 15;
- h) ata de substituição de dirigentes, datada de 28/6/2011, rg. Lv. A-PJ: fl. 16 e 17;
- i) comprovação de maioria e de nacionalidade: fls. 25 (CNH), 26, 38 e 80;
- j) comprovante de residência: pendentes;
- k) declarações do anexo 3: fl. 21;
- l) certidões criminais das justiças estadual, federal: fls. 18, 19 e 20;
- m) declarações de fiel cumprimento: fl. 22;
- n) consulta aos sistemas de fiscalização da Anatel: fl. 86.

MANDATO: a ser esclarecido.

Pedro Luis Barreto Vianna Rocha

Pedro Luis Barreto Vianna Rocha
Supl. a.º 1781/2011
Assessoria Técnica-Administrativa



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 1644/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de Pendências.**

Referência: Processo nº 53000.037564/2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Comunitária Lapa** para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Nova Cruz / RN**.

ANÁLISE

2. Feita a análise dos autos, constatarem-se pendências passíveis de saneamento, mediante apresentação dos documentos elencados abaixo:

I. comprovação de residência dos integrantes da diretoria (documentos tais como contas de água, gás, luz e telefone), em atenção ao disposto no Parágrafo único do art. 7º da Lei 9.612 de 19 de fevereiro de 1998. A constatação de que os dirigentes não residem na área na qual pretendem executar o serviço, poderá ensejar o indeferimento do pedido de outorga. Caso o documento encaminhado não esteja em nome do dirigente, deverá ser encaminhada a comprovação do vínculo existente entre ele e o titular do comprovante; *OK*

II. certidão emitida pela Justiça Estadual, dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, de acordo com o disposto no 10.8, alínea "a" da Norma nº 1/2011; *OK*

3. Por fim, saliente-se que foi verificada uma inconsistência no Estatuto Social da entidade, no tocante ao tempo de mandato da diretoria executiva, estabelecido em dois anos, pelo art. 11, e em quatro anos, pelo art. 12. A entidade deverá esclarecer a real duração do mandato dos diretores, providenciando as adequações estatutárias pertinentes, que deverão ser averbadas no registro original do Estatuto, no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas. *OK*

CONCLUSÃO


4. A entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.

5. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou

de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 18 de junho de 2013.



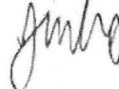
PEDRO LUÍS BARRETO VIANNA ROCHA
Analista Técnico Administrativo

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 1644/2013/CGRC/SCE-MC.


Brasília,

19

de



de 2013.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 3169 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 19 de junho de 2013.

À Senhora

JOANNE DE LIMA DOS SANTOS MENDES

Representante Legal da Associação Comunitária Lapa

R. Industrial José de Brito, nº 560-c, centro

59.215-000 Nova Cruz / RN

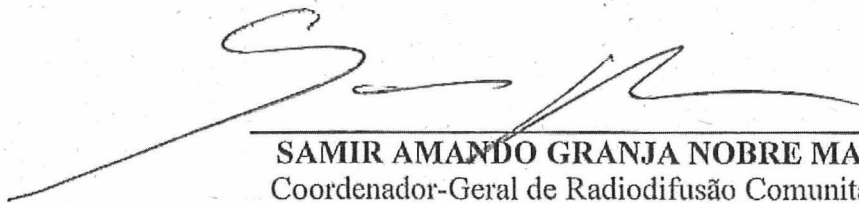
Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo nº 53000.037564/2011.

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.037564/2011, na localidade de Nova Cruz / RN, no qual essa entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 1644 / 2013, que indica pendências passíveis de saneamento pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.
4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por

esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Ex 34 = 23.000.037 26/1/2011 27

Associação Comunitária Lapa – ACL

Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro, na cidade de Nova Cruz,
Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59215-000.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 049105/2013-56

SEAPA/SCE

15/08/2013-11:13

ASSUNTO: REALIZAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA
CORREÇÃO DOS ARTS. 11º E 13º, DO ESTATUTO SOCIAL.

DATA: 14 de julho de 2013

HORÁRIO: 19h00min

LOCAL: Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro, na cidade de Nova Cruz.

Nova Cruz – RN - 05 de julho de 2013

Joanne de Lima dos Santos Mendes
Joanne de Lima dos Santos Mendes
Diretora Geral

DOCUMENTO ANEXADO NESTA DATA <u>18,08,13</u> <i>Claudio</i>
--

*Joanne
13/0*

Associação Comunitária Lapa – ACL



DECLARAÇÃO ASSINADA PELOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Nós, abaixo-assinados, na qualidade de dirigentes da Associação Comunitária Lapa - ACL declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Joanne de Lima dos Santos Mendes
Joanne de Lima dos Santos Mendes – Diretora Geral
CPF: 024.802.524-42

Jarbas Magno Campos de Souza
Jarbas Magno Campos de Souza – Diretor de Operações
CPF: 056.551.654-06

Erike da Silva
Erike da Silva – Diretor Administrativo
CPF: 044.989.184-44

Endereço para correspondência: Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59215-000

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.790.179/0001-70 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 07/06/2011
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA LAPA - ACL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACL NOVA CRUZ			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R INDUSTRIAL JOSE DE BRITO		NÚMERO 560 C	COMPLEMENTO
CEP 59.215-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO NOVA CRUZ	UF RN
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/06/2011	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

13-M. das Comunicações
Fls. 92
Rubrica

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia 13/06/2011 às 09:23:27 (data e hora de Brasília).

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
[Atualize sua página](#)

3º CARTÓRIO JUDICIÁRIO

CGC 08.471.963/0001-85

Tabelionato, Protestos e Títulos e Registros de Títulos e Documentos, etc.

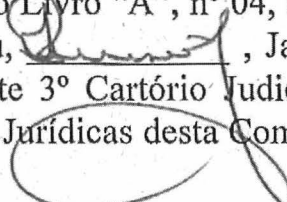

MARIA DAS GRAÇAS MOUSINHO MOREIRA

Oficial Titular - CPF/MF: 056.908.894-15

JACLINE HORTÊNCIO DA SILVA COSTA

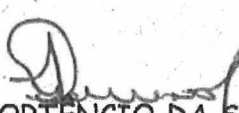
Notária Substituta - CPF/MF: 421.288.204-30

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé, que em razão do meu Ofício Privativo do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas desta Comarca de Nova Cruz/RN, a meu cargo, **que nesta data foi procedido às alterações nos artigos 11º e 13º do ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA (ACL) – NOVA CRUZ/RN.** Protocolado no Livro "A" de Pessoa Jurídica nº 02 e Registrado no Livro "A", nº 04, sob o nº de ordem 642, o referido é verdade dou fé. Eu, , Jacline Hortêncio da Silva Costa, Notária Substituta deste 3º Cartório Judiciário Privativo do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas desta Comarca, a digitei, dato e assino em público e raso. 

Nova Cruz/RN, 08 de Agosto de 2013.




JACLINE HORTÊNCIO DA SILVA COSTA
TABELIÃ SUBSTITUTA

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA CORREÇÃO DOS ARTS. 11º e 13º, DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA

Aos (14) quatorze dias do mês de julho de dois mil e treze às sete horas, na Rua Industrial José de Brito, número quinhentos e sessenta "c", centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária os membros da Associação Comunitária Lapa - ACL. A assembleia foi convocada pela Diretora Geral Joanne de Lima dos Santos Mendes com a finalidade de corrigir os Artigos 11º e 13º do Estatuto Social desta Associação:

Onde se Lê:

Art. 11 - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da ACL, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada dois anos para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

Leia-se:

Art. 11 - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da ACL, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada **(04) quatro anos** para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

Onde se Lê:

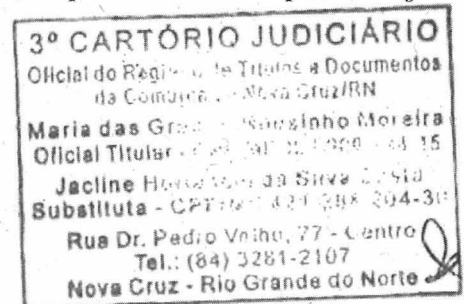
Art. 13º, II, De cada dirigente:

a) Ao Presidente compete:

Leia-se:

Art. 13º, II, De cada dirigente:

a) Ao Direto Geral compete:



Após a leitura do novo texto dado aos Artigos. 11º e 13º do Estatuto Social, foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade, Joanne de Lima dos Santos Mendes agradeceu a presença todos e não havendo nada mais a tratar, a Diretora Geral encerrou a Assembleia às oito horas. Antes leu esta ata, que foi aprovada por unanimidade, e eu, Erike da Silva, a lavrei.

Assinaturas dos presentes abaixo, com RG:

Jarbas Magno Campos de Souza RG 2430144 SSP/RN Jarbas Magno Campos de Souza

Erike da Silva RG 002.269.359 SSP/RN Erike da Silva

Sandra Félix da Silva RG 2.283.616 SSP/RN Sandra Félix da Silva

Daniel Barbosa da Silva RG 2.626.241 SSP/RN Daniel Barbosa da Silva

Erivaldo Miguel da Costa RG 002.370.716 SSP/RN Erivaldo Miguel da Costa

Rosineide Félix da Silva RG 2.066.641 SSP/RN Rosineide Félix da Silva

Joanne de Lima dos Santos Mendes RG 1.616.086 SSP/RN Joanne de Lima dos Santos Mendes

Maria da Piedade da Costa RG 002.173.021 SSP/RN Maria da Piedade da Costa

Maria das Dores Francisco RG 002.378.482 SSP/RN Maria das Dores Francisco

José Roselio da Costa RG 1.054.064 SSP/RN José Roselio da Costa

Vareliano Rozendo da Silva RG 2.341.862 SSP/RN Vareliano Rozendo da Silva

Ademar de Oliveira RG 2.194.157 SSP/RN Ademar de Oliveira

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA

ESTATUTO SOCIAL

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A Associação Comunitária Lapa, doravante denominada ACL, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, com sede na Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro, Nova Cruz-Rio Grande do Norte, CEP nº 59215-000.

Parágrafo Único - A ACL reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º - A Associação Comunitária Cruzeiro tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

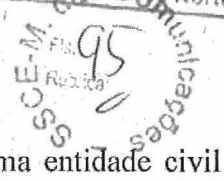
II - respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

Rinaldi de F. Li + da Silva
Daniel Barbosa da Silva
Sandro Felix da Silva
Maria da Piedade da Costa
Carla de Liva



gestão pelo do- castro

En. R. Miguel da Costa
Ademar do Oliveira

Yarbas Magalhães Campos de Souza
Mário dos D. do Estancise

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º - A receita da Associação Comunitária Cruzeiro será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Art. 6º - A ACL será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I - Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação;
- II - Contribuintes ou Efetivos.

Parágrafo Único. É permitida a entrada de sócios pessoas jurídicas. A eles é resguardado, mediante indicação de um representante, todos os direitos e deveres atribuídos às pessoas físicas.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- a) O direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12;
- b) Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG.
- c) Zelar pelo nome da entidade ser sempre fiel ao Estatuto;
- d) Direito de voz e participação em todas as deliberações da entidade.

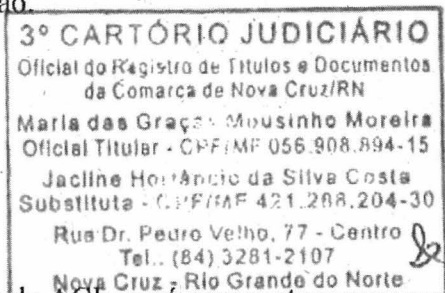
Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da ACL

- a) Assembléia Geral (AG);
- b) Diretoria;
- c) Conselho Comunitário.

Art. 11 - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da ACL, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada



Carla da Silva
Rosilnei de Feli + da Silva
Sandra Felix da Silva
Maria da Penelope da Costa

Carla da Silva
Rosilnei de Feli + da Silva
Sandra Felix da Silva

Carla da Silva
Rosilnei de Feli + da Silva
Sandra Felix da Silva

(04) quatro anos para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§ 1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ACL e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Art. 12 - A Diretoria da ACL, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de quatro anos, permitida a reeleição.

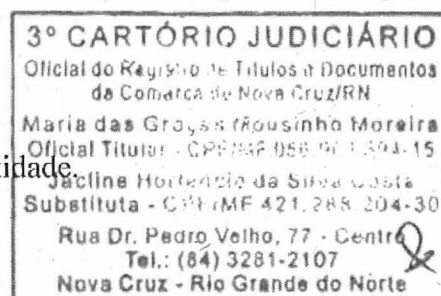
§1º - A Diretoria da ACL. poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- Representar a ACL em atos públicos ou internos.
- Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da ACL.
- Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;



Maria da Piedade da Costa
Rosieli de F.lli da Silva
Sandra Felix da Silva

- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

II) De cada dirigente:

- a) Ao Direto Geral compete: representar a ACL, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Diretor Geral todos documentos concernentes a vida financeira da ACL, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;
- c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Art. 14 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 15 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendun de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

V - DA PROGRAMAÇÃO

Maria da Piedade da Costa
 Rosineli Felix da Silva
 Sandra Flix da Silva
 Daniel R. L.

Art. 16 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

SSC-M. das Comunicações
Fls. 99
Rubrica

VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 17 - O Patrimônio e Receita da ACL. será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 19º - A dissolução da ACL ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 21 - O presente estatuto foi aprovado na AG de 14 de julho de 2013 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Nova Cruz, 14 de junho de 2013

Jose Roselino do carsto
Eivaldo Miguel da Costa
Aldemir de Oliveira
Márcia dos Dóres Francisco
Yarbas Magno Campos de Souza
Maria da Piedade da Costa
Vera Lúcia Rosendo da Silva
Domiel Barbosa da Silva
Erika da Silva
Rosimeli de Felli da Silva
Sandra Feix da Silva

3º CARTÓRIO JUDICIÁRIO Oficial do Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Nova Cruz/RN Maria das Graças Mousinho Moreira Oficial Titular - CPF/IME 056.908.894-15 Jaciline Hortêncio da Silva Costa Substituta - CPF/IME 421.288.204-30 Rua Dr. Pedro Velho, 77 - Centro Tel.: (84) 3281-2107 Nova Cruz - Rio Grande do Norte
--

3º CARTÓRIO JUDICIÁRIO M ^{ra} das Graças Mousinho Moreira Oficial Titular - CPF: 056.908.894-15 SUBSTITUTA Jaciline Hortêncio da Silva Costa CPF: 421.288.204-30 Rua Dr. Pedro Velho, 77 TEL.: (84) 3281-2107 Nova Cruz - Rio Grande do Norte	REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS CERTIDÃO Certifico e dou fé que nesta data <u>06.08.2013</u> foi feita a averbação Livro nº <u>11</u> fls. nº <u>642</u> Nova Cruz <u>06.08.2013</u> Jaciline Hortêncio da Silva Costa SUBSTITUTA
---	---

das Con
100
Renda

CONTRATO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL

Pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, as partes contratantes abaixo qualificadas e designadas, tem entre si justo e contratado conforme segue:

I – DAS PARTES CONTRATANTES:

Locador(a) JANDUHY MAX FREIRE DE ANDRADE, Cirurgião Dentista, casado, de CPF 639883484-49, ID 1000948 SSP/RN, residente na fazenda Graciosa No 100, sitio Lapa, Nova Cruz-RN, CEP 59215-000, de agora em diante denominada apenas de LOCADOR.

Locatário (a): ERIKE DA SILVA, ID 002269359 SSP/RN, CPF 044989184-44, Agricultor, casado, de agora em diante denominado apenas de LOCATÁRIO.

II – DO IMÓVEL:

II.1) O imóvel objeto da presente locação situa-se no sitio Lapa, No 45, Nova Cruz/RN, CEP 59215-000.

III – DO PRAZO: 12 (doze meses)

III.1) O presente contrato tem o prazo de 12 (doze) meses, com início em 01 de Fevereiro de 2013 e término em 01 de Fevereiro de 2014.

III.2) Findo o presente contrato, obriga-se a Locatário a restituir o imóvel completamente desimpedido de pessoas e de coisas, independente de qualquer aviso ou notificação, ou ainda de interpelação de qualquer espécie.

IV – DO ALUGUEL:

IV.1) O aluguel é livremente ajustado entre as partes em **R\$ 300,00 (Trezentos Reais)** mensais, para os doze primeiros meses de locação respeitada as cláusulas subsequentes.

IV.2) O LOCATÁRIA, concorda desde já, em depositar à título de fiança, a caução no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), equivalente a 1 (um) mês de aluguel.

IV.3) O reajustamento do presente contrato dar-se-á anualmente, conforme determina a legislação ora em vigor, utilizando-se como índice de reajustamento o Índice Geral de Preços Médios da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV), ou o índice que for tido como oficial pelo Poder Público, prevalecendo o que for maior, na época do reajuste ou valor acordado entre as partes.

IV.4) Os aluguéis deverão ser pagos até o dia 10 (dez), do mês subsequente ao vencimento, com depósito em conta corrente do **Locador** abaixo:

Agência 0614-9, Conta Corrente- 10621-6, BANCO DO BRASIL

Os pagamentos dos aluguéis também poderão ser pagos em espécie, pagos diretamente ao LOCADOR, mediante recibo.

A comprovação do pagamento da locação dar-se-á através dos comprovantes de depósito ou do recibo assinado pelo LOCADOR.

IV.5) Os pagamentos de aluguéis deverão ser efetuados na forma acima designada pelo **Locador**. Qualquer alteração nesta ordem de pagamento será comunicada por escrito.

IV.6) ATRASO NO PAGAMENTO: O não pagamento do aluguel no prazo ajustado na cláusula IV.4 implicará em multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária calculada pelo IGPM da FGV.

V – DO ESTADO ATUAL DO IMÓVEL E DE DEVOLUÇÃO DAS CHAVES:

V.1) O **Locatário** confessa neste ato haver vistoriado o imóvel, e concordar que o imóvel estar em perfeito estado de conservação.

102

V.2) Finda a locação, o **Locatário** se compromete a devolver o imóvel ora locado nas condições em que recebeu, independente de qualquer aviso ou notificação, e após a devida verificação pelo **Locador** do estado em que se encontra o referido imóvel.

V.3) Se o **Locador**, pela vistoria que fizer, encontrar qualquer defeito, ou dano, poderá recusar-se a receber as chaves, correndo o aluguel, impostos, taxas e demais encargos da locação por conta do **Locatário** até que fiquem satisfeitas as exigências do presente contrato.

V.4) Quando da entrega das chaves após vistoria prévia, deverá o **Locatário**, entregar ao **Locador** a última taxa condominial, I.P.T.U, TCR, contas de água e luz, todos devidamente quitados.

VI – DO USO DO IMÓVEL:

VI.1) A presente locação destina-se exclusivamente a fins **RESIDENCIAL** do **Locatário**, sendo vedada a alteração desta finalidade sem a expressa concordância do **Locador** por escrito.

VI.2) O **Locatário** não poderá sublocar, ceder ou emprestar o imóvel locado, quer no todo ou em parte, durante todo o prazo de locação que terminará com a efetiva entrega das chaves, e lhe sendo também vedado transferir a terceiros o presente contrato sem o consentimento escrito do **Locador**.

VI.3) O **Locatário** obriga-se pela total observância da legislação Federal, Estadual e Municipal, responsabilizando-se pela plena reparação dos danos causados ao imóvel ou a terceiros sejam de pequena ou grande monta, a não ser que sejam provocados por fenômenos naturais como vendaval, terremoto, etc.

VI.4) O **Locatário** se obriga pela perfeita conservação do imóvel locado, obedecendo as posturas Municipais quanto ao passeio, saneamento, etc., obrigando-se ainda, a não causar incômodos de quaisquer natureza aos vizinhos.

VI.5) Compromete-se o **Locatário** em caráter irrevogável e irretratável a transferir a conta de energia para seu nome, no prazo de 10 (dez) dias, a partir do início deste contrato, devendo fazer prova e tal junto ao **Locador**, sob pena de caracterizar-se infração contratual.

A parte que infringir o presente contrato pagará à parte inocente o valor correspondente a 3 (três) aluguéis vigentes à época da infração, sem prejuízo de arcar com eventuais perdas e danos que ocasionar e determinar a imediata rescisão do contrato.

Caso venha a LOCATÁRIA a devolver o imóvel antes do término da vigência do contrato, o mesmo pagará a título de multa o valor de 03 (três) aluguéis vigentes à época da entrega das chaves.

IX -DISPOSIÇÕES GERAIS

IX.1) O **Locador** não terá responsabilidade em caso de incêndio, ainda que originando de curto circuito, estragos ou defeitos nas instalações.

IX.2) Correrão por conta exclusiva do **Locatário** todas as despesas de água, luz, gás, esgotos, impostos prediais ou territoriais e TCR, ou quaisquer outras que incidam ou tenham a incidir, sobre o imóvel locado.

IX.3) O pagamento de todo e qualquer tributo, despesas ou encargos, seja qual for sua natureza e âmbito, que venha por lei a ser criado, durante a vigência deste contrato, será de responsabilidade única do **Locatário**.

IX.4) No caso de desapropriação do imóvel locado, ficará o **Locador** livre de todas as cláusulas deste contrato, ressalvado o **Locatário** tão somente a faculdade de haver do Poder expropriante a indenização a que, por ventura, tiver direito.

IX.5) Este contrato obriga as partes, herdeiros e sucessores.

IX.6) Na hipótese de ação de despejo por falta de pagamento ou de qualquer outra, que o Locador venha a ter ajuizar em face da Locatária fica ajustado entre as partes que os honorários do advogado do Locador serão de 20%(vinte) por cento sobre o valor da causa.

IX.7) Para todas as questões resultantes deste contrato as partes elegem desde já o Fórum Cível da Comarca de Nova Cruz/RN, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, correndo por conta da parte vencida, custas, despesas jurídicas e honorários advocatícios.

CE-M. has Comm
Fis 105
Rubrica
CO



PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Comarca de Nova Cruz

26/07/2013

000580115

CC-M. das C.
Fl. 106
Rubrica
038

CERTIDÃO ESTADUAL ANTECEDENTES CRIMINAIS - FINS CIVIS

CERTIDÃO Nº: 000580115

FOLHA: 1/1

Certifico que, pesquisando os registros de distribuições de feitos do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 20 anos, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

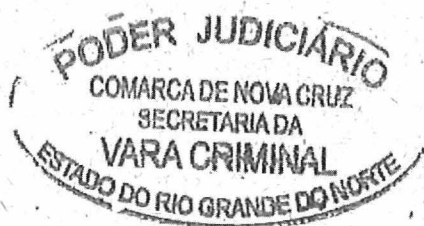
ERIKÉ DA SILVA, brasileiro(a), solteiro, agricultor, filho de Rozangela Aparecida da Silva, natural de Santa Cruz - RN, nascido aos 15/11/1979, residente na Fazenda Lapa, Zona Rural, Nova Cruz - RN, vinculado ao RG: 002.269.359 ITEP/RN, CPF: 044.989.184-44 *****

Certifico, ainda, que a presente certidão é expedida para fins EXCLUSIVAMENTE CIVIS, não se aplicando às certidões para fins eleitorais, para requerimento de concessão de registro e porte de arma de fogo, para inscrição em concurso público e às informações requisitadas por autoridade judiciária, tendo sido extraída dos Registros Criminais e Militares do Estado do Rio Grande do Norte, em processos com sentença penal condenatória transitada em julgado, desde que não tenha ocorrido imposição somente de pena de multa; suspensão, cumprimento ou extinção de pena; extinção de punibilidade e reabilitação.

Certifico finalmente que a certidão é gratuita.

Esta certidão terá validade de 30 dias, se emitida em única via, sem rasuras e mediante assinatura do Distribuidor Judicial.


Nova Cruz, sexta-feira, 26 de julho de 2013 às 11h13min.



PEDIDO Nº:

0000678




José de Anchieta Padilha de Brito
Diretor de Secretaria

Cade
Num
Nom
Nas





COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE
Avenida Senador Salgado Filho, 1555, Titol. CEP 59015-000
CNPJ: 09.334.385/0001-35 / III - Estadual: 20055.420-3
Admin. Central (84) 3232-4472 / Ouvidoria: (84) 3232-4562

ESCRITÓRIO DE ATENDIMENTO

08000-840195

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

IMPRESSO EM 17/06/2013 AS 15:38:59 MATRÍCULA: NEST/ANO

DADOS DO CLIENTE 5982284 06/2013

JANDUIY MAX FREIRE DE ANDRAD
EST SÍTIO LAPA 45 - CENTRO NOVA CRUZ RN 59215-000

DISCRICÃO	ROTA	SEQ.ROTA	QUANTIDADE DE ECONOMIAS			
544.005.015.0016.000	1	6700	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	PÚBLICO
HIDRÔMETRO	SITUAÇÃO ÁGUA		SITUAÇÃO ESGOTO			
A10X016312	LIGADO		POTENCIAL			

CONSUMO ÁGUA (M3): 24

DATA LEITURA: 17/06/2013
LEIT. ATUAL: 1744
LEIT. ANT.: 1720
DIAS CONSUMO: 38

HISTORICO DE CONSUMO

REF	CONSUMO	REF	CONSUMO	REF	CONSUMO	MEDIA
05/2013	38	03/2013	26	01/2013	18	34
04/2013	48	02/2013	26	12/2012	50	

DESCRICAO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		
RURAL - RESIDENCIAL 2 UNIDADE(S)		
ATE 10 M3 - 25,24 POR UNIDADE	20 M3	50,48
11 M3 A 15.113 - R\$ 4,90 POR M3	4 M3	19,60
MULTA P/IMPONTUALIDADE 04/2013		4,68

VERGIMENTO: 21/06/2013 TOTAL A PAGAR: 74,76

ANTES DE COMPRAR OU ALUGAR UM IMÓVEL, PROCURE A CAERN
PARA SABER SE EXISTE DÉBITOS. EVITE ABORRECIMENTOS.

CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO					
Parâmetros	Turbidez	PH	Colif. Totais	Cloro	Nitrato
Máximo Permitido	5	6,0 a 9,5	Ausentes	0,2 a 5,0	10 mg/L
VALOR OBTIDO	3,0	4,5	100,0 %	2,5	-



PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Comarca de Nova Cruz

26/07/2013

000580054

109

CERTIDÃO ESTADUAL

ANTECEDENTES CRIMINAIS - FINS CIVIS

CERTIDÃO Nº: 000580054

FOLHA: 1/1

Certifico que, pesquisando os registros de distribuições de feitos do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 20 anos, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

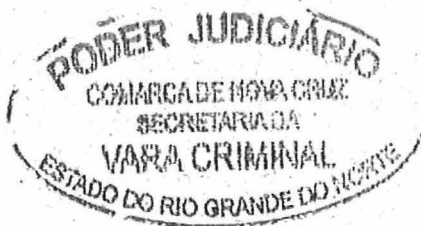
JARBAS MAGNO CAMPOS DE SOUZA, brasileiro(a), casado, funcionário público, filho de Joaquim de Souza Neto e Isabel Maria Campos de Souza, natural de Nova Cruz - RN, nascido aos 17/01/1986, residente na Sítio Cajazeiras, 70, Zona Rural, Nova Cruz - RN, vinculado ao RG: 002.430.144 SEDS/RN, CPF: 056.551.654-06 *****

Certifico, ainda, que a presente certidão é expedida para fins EXCLUSIVAMENTE CIVIS, não se aplicando às certidões para fins eleitorais, para requerimento de concessão de registro e porte de arma de fogo, para inscrição em concurso público e às informações requisitadas por autoridade judiciária, tendo sido extraída dos Registros Criminais e Militares do Estado do Rio Grande do Norte, em processos com sentença penal condenatória transitada em julgado, desde que não tenha ocorrido imposição somente de pena de multa; suspensão, cumprimento ou extinção de pena; extinção de punibilidade e reabilitação.

Certifico finalmente que a certidão é gratuita.

Esta certidão terá validade de 30 dias, se emitida em única via, sem rasuras e mediante assinatura do Distribuidor Judicial.

Nova Cruz, sexta-feira, 26 de julho de 2013 às 10h45min.



PEDIDO Nº:

0000672



José de Anchieta Padilha de Brito
Diretor de Secretaria

17/01/1986

JARBAS MAGNO CAMPOS DE SOUZA

066.551.654-06

CPF

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA DE REGISTRO E IDENTIFICAÇÃO



Rede: NSU:037
 0800 727 9933
 OUVIARIA BRASECO
 NSU:022040234201 Autenticação:540525
 PacB : 061 - PAULISTA MARIA
 Atividade: 5880 - NOVA CRUZ
 Valor do Pagamento: 19,81
 Empresa: COSERN-RN
 0020021920-3 02799546073-1
 83630000000-4 19810035007-2
 Código de Barras:
 Data:28/08/2013 Hora de Brasília:17:37

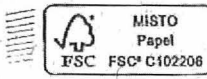
DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Número do Medidor 2010082127	Tipo da Função CAT	Anterior		Atual		Nº dias 32	Constante 1,00000	Ajuste	Consumo 53,00
		Data 24/05/2013	Leitura 1.611,00	Data 25/06/2013	Leitura 1.664,00				
NÍVEIS DE TENSÃO		DATA PREVISTA PARA PRÓXIMA LEITURA: 24/07/2013				DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES			
Tensão Nominal (V)	Limite de Variação (V)	Toda Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMC, DCRH a qualquer tempo.				Descrição			
220	Mínimo Máximo 201 231	EUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição - R\$ 12,53				Conjunta			
						Valor Ajustado			
						abr/2013			
						NOVA CRUZ			
						DIC - Nº. de horas sem energia			
						FIC - Nº. de vezes sem energia			
						DMC - Duração máxima de interrupção contínua			
						DCRH - Duração de interrupção em dia crítico			
						Limite DCRH: 16,80			
Informações importantes sobre a conta de energia									
<p>A partir de 2014 entrará em vigor o sistema de bandeiras tarifárias. Neste mês estaria em vigor a bandeira VERMELHA que implicaria cobrança adicional em 0,03 R\$/kWh. Mais informações em www.aneel.gov.br.</p> <p>O cliente é compensado quando há variação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.</p> <p>Pagamento em atraso gera Multa 2% (Res. 414/ANEEL-09/09/10) e Juros 1% a.m (Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês.</p> <p>Seção do ICMS conforme Art. 14 do R.CMS-RN.</p> <p>O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie.</p> <p>O cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.</p>									



JARBAS MAGNO CAMPOS DE SOUZA

SI CAJAZEIRAS 70

ZONA RURAL/AREA RURAL
 59215-000 NOVA CRUZ RN



www.cosern.com.br

Conta Contrato: 7002080219
 Medidor: 2010082127
 Un. Leitura: 17036133
 Sequência: 00050
 Poste: P50723

As demonstrações financeiras societárias e regulatórias de 31/12/2012 estão disponíveis no site www.cosern.com.br.

A partir de 2014 entrará em vigor o sistema de bandeiras tarifárias. Neste mês estaria em vigor a bandeira VERMELHA que implicaria cobrança adicional em 0,03 R\$/kWh. Mais informações em www.aneel.gov.br.

O cliente é compensado quando há variação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.

Pagamento em atraso gera Multa 2% (Res. 414/ANEEL-09/09/10) e Juros 1% a.m (Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês.

Seção do ICMS conforme Art. 14 do R.CMS-RN.

O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie.

O cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.



Companhia de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02
CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

CNPJ 08.324.196/0001-81 | Ins. Est. 20055199-0

Ligações Gratuitas:
- Teleatendimento Cosern: 116
- Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142
- Ouvidoria Cosern: 0800 084 0404
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte - ARSEP: 0800 727 0167 - Ligação gratuita de telefones fixos
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares

Data de Vencimento

08/07/2013

Mês/Ano de Referência

06/2013

Total a Pagar (R\$)

19,81

CLASSIFICAÇÃO

BI RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
Mortágua

Conta Contrato

7002080219

DADOS DO CLIENTE

JARBAS MAGNO CAMPOS DE SOUZA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

SI CAJAZEIRAS 70

CPF: 056.551.654-06

ZONA RURAL/ÁREA RURAL
59215-000 NOVA CRUZ RN

NÚMERO DA NOTA FISCAL	DATA DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL	DATA DA APRESENTAÇÃO
001114227	26/06/2013	01/07/2013
SÉRIE DA NOTA FISCAL	NÚMERO DO CLIENTE	NÚMERO DA INSTALAÇÃO
SÉRIE ÚNICA	3010223869	2142883

Reservado ao Fisco

2690.E8E4.EB7C.C4F3.157A.5579.E7B9.95B5

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados se encontram à disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.cosern.com.br

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	Quantidade	Preço (R\$)	Valor (R\$)
Consumo Ativo(KWh)	53,0000000	0,32770047	17,36
Contribuição Iluminação Pública			2,45

HISTÓRICO DO CONSUMO

JUN 13	53
MAY 13	53
ABR 13	70
MAR 13	55
FEV 13	57
JAN 13	72
DEZ 12	64
NOV 12	59
OUT 12	47
SET 12	43
AGO 12	41
JUL 12	43
JUN 12	56

TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo(KWh) 0,308590X

TOTAL DA FATURA

19,81

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

ICUS			PIS			COFINS		
Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto
			17,36	1,04	0,18	17,36	4,81	0,83

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	8,74	50,34
Transmissão	0,57	3,28
Distribuição (Cosern)	6,31	36,35
Encargos Setoriais	0,73	4,21
Tributos	1,01	5,82
Total	19,81	100,00



26/07/2013

000580071

PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Comarca de Nova Cruz

CERTIDÃO ESTADUAL**ANTECEDENTES CRIMINAIS - FINS CIVIS**

CERTIDÃO Nº: 000580071

FOLHA: 1/1

Certifico que, pesquisando os registros de distribuições de feitos do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 20 anos, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

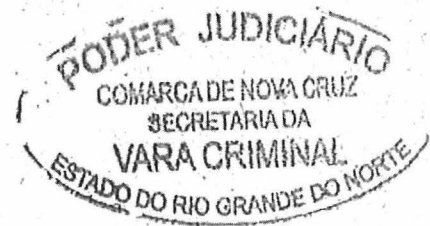
JOANNE DE LIMA DOS SANTOS MENDES, brasileiro(a), casada, filha de João Cavalcante dos Santos e Maria Ivone de Lima, natural de Goianinha - RN, nascida aos 11/10/1977, residente na Rua 6 de julho, 53, São Sebastião, CEP: 59215-000, Nova Cruz - RN, vinculada ao RG: 1.616.086, CPF: 024.802.524-42 *****

Certifico, ainda, que a presente certidão é expedida para fins EXCLUSIVAMENTE CIVIS, não se aplicando às certidões para fins eleitorais, para requerimento de concessão de registro e porte de arma de fogo, para inscrição em concurso público e às informações requisitadas por autoridade judiciária, tendo sido extraída dos Registros Criminais e Militares do Estado do Rio Grande do Norte, em processos com sentença penal condenatória transitada em julgado, desde que não tenha ocorrido imposição somente de pena de multa; suspensão, cumprimento ou extinção de pena; extinção de punibilidade e reabilitação.

Certifico finalmente que a certidão é gratuita.

Esta certidão terá validade de 30 dias, se emitida em única via, sem rasuras e mediante assinatura do Distribuidor Judicial.

Nova Cruz, sexta-feira, 26 de julho de 2013 às 10h53min.



PEDIDO Nº:

0000673




José de Anchieta Padilha de Brito
Diretor de Secretaria

TO VACINADO
BRASIL
LIVRE
DA RAÚBICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TECNICO DE POLICIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO

POLEGAR DIREITO

Joanne de Lima dos Santos Mendes

156-M. das Cor.
Fis. 114
Rubrica
1990

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1.616.086 DATA DE NASCIMENTO 31.03.95

Joanne de Lima dos Santos Mendes
João Cavalcante dos Santos
Maria Ivone de Lima

Colatinha RN. 11.10.1977
DATA DE NASCIMENTO

Cert. de Cas. 2.943 Liv. B-19 Fla.
094 do 2º Cart. Nova Cruz RN.


João Roberto C. Marinho
Coordenador de Identificação

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
JOANNE DE LIMA DOS SANTOS MENDES

Nº de Inscrição **024802524-42** Data do Nascimento **11/10/77**



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura *Joanne de Lima dos Santos Mendes*
JOANNE DE LIMA DOS SANTOS MENDES

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 07/06/95

Hipercard



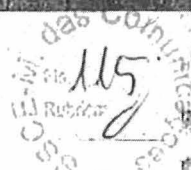
CTC SANTO ANDRE SPM PL59
JOANNE DE LIMA DOS SANTOS MEND
R 6 DE JULHO 53,
CASA
SAO SEBATIO
59215-000 NOVA CRUZ - RN




3211094230033920000004648330250413

Data de Postagem: 25/04/2013

Data de Vencimento: 07/05/2013



	GSAN - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E SERVIÇOS DE SANEAMENTO		PAG 1/1
	Certidão Negativa de Débito - Com Efeito Positivo		08/08/2013
			10:31:43

Certifico, a vista de documentos comprobatórios e pesquisa de registros na nossa base de dados, que o imóvel abaixo descrito, atualmente sob responsabilidade do Sr. JOANNE DE LIMA DOS SANTOS MENDES, se encontra na seguinte situação, nesta data.

DADOS DO IMÓVEL:			
Matrícula	Endereço:	RUA 06 DE JULHO, 53	
372266.4	Bairro:	SAO SEBASTIAO	CEP: 59215-000
	Localidade:	NOVA CRUZ	Município: NOVA CRUZ
Inscrição	Categoria	Subcategoria	Economias
544.002.400.0098.000	RESIDENCIAL	103-RESIDENCIAL-AREA DE	1
Perfil do Imóvel	Situação Ligação de Água	Situação Ligação Esgoto	Situação do Poço
NORMAL	LIGADO	POTENCIAL	SEM POCO

Fat./Serv.	Descrição	Referência	Vencimento	Valor (R\$)	Val./Parc. Aber.
Faturas	07/2013-6	07/2013	21/07/2013	26,07	
TOTAL:				26,07	
TOTAL:				0,00	

CAERN - COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO RN

AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, 1555 - TIROL - CEP 59015-000

C.N.P.J. 08.334.385/0001-35

/ Inscrição Estadual

200554263

Atendimento 08000-840195

IMPORTANTE: Qualquer rasura tornará nulo o efeito desta certidão.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL I

ENDEREÇO / ADDRESS

CEP / CODE POSTAL

Of. 3169 /2013/CGRC/SC

53000.037564/11

JOANNE DE LIMA DOS SANTOS MENDI

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA

R. INDUSTRIAL JOSÉ DE BRITO, Nº 560-C

59.215-000

NOVA CRUZ / RN

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE R
DATE DE L

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Dalmo de Oli
Agente de Correio

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

12.560.069-RN-2.560.069

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DA

75240203-0

FC0463 / 16

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL

ENDEREÇO / ADDRESS

CEP / CODE POSTAL

Of. 3169 /2013/CGRC/
53000.037564/11
JOANNE DE LIMA DOS SANTOS MEN
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA
R. INDUSTRIAL JOSÉ DE BRITO, Nº 560
59.215-000 NOVA CRUZ / RN

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA
DATE

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Dalmo de
Agente de Co

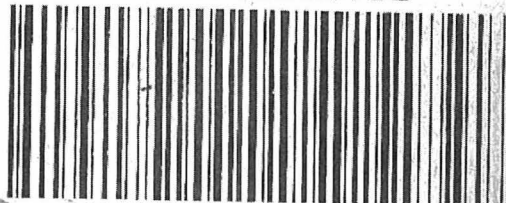
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR

75240208-0

FC0463 / 18



AR (X) MP () Peso/Weight: 0,165 Kg

CORREIOS



CARTA COMERCIAL A VISTA (SEM C



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE
ESTRUTURA DOS MINISTÉRIOS
ED ANEXO ALA OESTE
70044-900 BRASIL

METENTE:

JOANNE LIMA DOS SANTOS

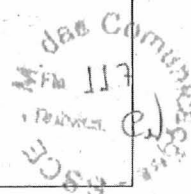
ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA LAF

R. INDUSTRIAL JOSE DE BRITO, Nº 5

59.215-000

NOVA CRUZ -

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.037564/2011

Localidade / UF: NOVA CRUZ/RN

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA LAPA - ACL

Aviso: 34

Publicação: 06/06/2011

Prazo: 45

Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma:

Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Jarbas Magno Campos de Souza	056.551.654-06	Diretor Administrativo	01/06/2011 01/06/2015	
Joanne de Lima dos Santos Mendes	024.802.524-42	Diretor Geral	01/06/2011 01/06/2015	
Erike da Silva	044.989.184-44	Diretor de Operações	01/06/2011 01/06/2015	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

ANÁLISE:

Processo regular e juridicamente instruído.

MAPA DA DOCUMENTAÇÃO:

- a) requerimento de outorga: fl. 3;
- b) CNPJ, nº 13.790.179/0001-70: fl. 7 e 92;
- c) comprovante de pagamento da taxa de cadastro: fl. 6;
- d) relação de associados: fl. 24;
- e) manifestações de apoio: fl. 14, 39 a 70;
- f) estatuto social consolidado, datado de 14/7/2013, rg. Lv. A-PJ: fl. 8 à 12, 15 e 93 à 99;
- g) ata de fundação, datada de 1/6/2011, rg. Lv. A-PJ: fl. 13 e 15;
- h) ata de substituição de dirigentes, datada de 28/6/2011, rg. Lv. A-PJ: fl. 16 e 17;
- h) comprovação de maioria e de nacionalidade: fls. 25 (CNH), 26, 38 e 80;
- i) comprovante de residência: 100 à 105, 108, 111 e 115;
- j) declarações do anexo 3: fl. 21;
- l) certidões criminais das justiças estadual, federal: fls. 18, 19, 20, 106, 109 e 113;
- p) declarações de fiel cumprimento: fl. 22;
- q) consulta aos sistemas de fiscalização da Anatel: fl. 86.

MANDATO: 4 ANOS.

Pedro Luis Barreto Vianna Rocha

Pedro Luis Barreto Vianna Rocha
Selo n.º 1787858
Assistente Técnico-Administrativo



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 2387/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de Pendências.**

Referência: Processo nº 53000.037564/2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Comunitária Lapa** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Nova Cruz / RN**, protocolizado em 31/07/2011.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA - 2ª FASE:

I. **Toda** a documentação citada no subitem 12.1 e suas alíneas da Norma Complementar nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462 de 14/10/2011, publicada no DOU de 18/10/2011, ou seja, o **Projeto Técnico**, conforme detalhado no **Anexo I** desta Nota Técnica, incluindo os seguintes documentos:

a. Formulário de Informações Técnicas (Anexo 9), devidamente preenchido, contendo as características técnicas de instalação e de operação da estação;

b. declaração, assinada pelo representante legal da entidade, de que, na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação, serão interrompidas as transmissões imediatamente até que essas sejam sanadas, sem prejuízo do exercício das competências fiscalizatórias legalmente atribuídas à Anatel;

c. planta de arruamento indicando:

c.1. escala compatível com a área de execução do serviço;

c.2. nomes das ruas;

c.3. o local de instalação do sistema irradiante, com as coordenadas na forma GG° MM' SS", com apenas 02 (dois) dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") da latitude, assim como

os da longitude, não deverão ultrapassar o limite máximo de 59, bem como o endereço correspondente, nome do município e UF;

c.4. o traçado de circunferência de até um quilômetro de raio, que delimita a área abrangida pelo contorno indicado no Formulário de Informações Técnicas, devendo o valor de intensidade de campo no contorno ser de até 91 dBu;

c.5. o local da sede da entidade, com as coordenadas na forma GG° MM' SS", com apenas (dois) dígitos inteiros, em que os minutos (MM') e os segundos (SS") da latitude e da longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59, bem como o endereço correspondente, nome do município e UF;

c.6. localização das residências dos dirigentes da entidade;

d. diagrama de irradiação horizontal da antena da antena transmissora, fornecida pelo fabricante, com a indicação do Norte Verdadeiro; diagrama de irradiação vertical e especificações técnicas do sistema irradiante proposto; no caso de antenas de polarização circular ou elíptica, devem ser apresentadas curvas distintas das componentes horizontal e vertical dos diagramas;

e. declaração do profissional habilitado de que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende às condições exigidas no subitem 19.2.5.1. Caso contrário, a entidade deverá encaminhar declaração assinada pelo profissional habilitado indicando que o local pretendido para a instalação do sistema irradiante se encontra conforme o disposto no subitem 19.2.5.1.2, juntamente com o respectivo estudo;

f. declaração do profissional habilitado atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos baseado na Portaria nº 1.141/GM5, de 8 de dezembro de 1987, do Ministério da Aeronáutica e correspondentes alterações ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta;

g. parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado, atestando que a instalação proposta atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção;

h. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente à instalação proposta;

i. Declaração, assinada pelo representante legal, informando o horário de funcionamento da estação pretendido pela entidade;

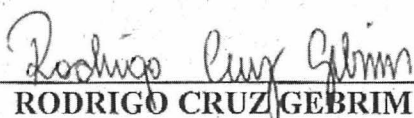
j. Folha de informações técnicas da linha de transmissão (cabo coaxial), fornecida pelo fabricante; e

k. Declaração assinada pelo profissional habilitado indicando que a entidade atende ao disposto em regulamento da Anatel sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequência com valores superiores aos estabelecidos.

3. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.
4. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.
5. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

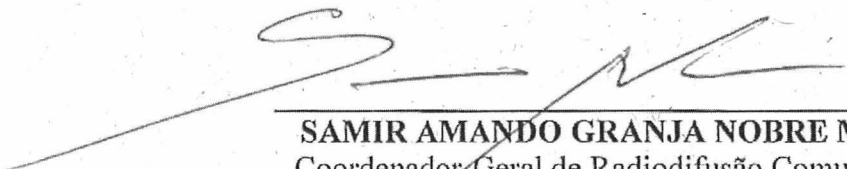
Brasília, 04 de Setembro de 2013.



RODRIGO CRUZ GEBRIM
Engenheiro / Analista de Infraestrutura

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 2387/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 5 de Setembro de 2013.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

alínea "f", da Norma nº 01/2011.	<div style="text-align: right;"> Fis. 120 Rubrica 58 </div>
g. Parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado, atestando que a instalação proposta atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "g", da Norma nº 01/2011.	
h. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente à instalação proposta, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "h", da Norma nº 01/2011, apresentada com as assinaturas do profissional habilitado e do representante legal da entidade juntamente com seu comprovante de pagamento.	
i. Declaração, assinada pelo representante legal, informando o horário de funcionamento da estação pretendido pela entidade, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "i", da Norma nº 01/2011.	
j. Folha de informações técnicas da linha de transmissão (cabo coaxial), fornecida pelo fabricante, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "j", da Norma nº 01/2011.	
k. Declaração assinada pelo profissional habilitado indicando que a entidade atende ao disposto em regulamentação da Anatel sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "k", da Norma nº 01/2011.	



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 4939 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 05 de setembro de 2013.

À Senhora

JOANNE DE LIMA DOS SANTOS MENDES

Representante Legal da Associação Comunitária Lapa
Rua Industrial José de Brito, nº 560-C – Centro.
59.215-000 / Nova Cruz – RN

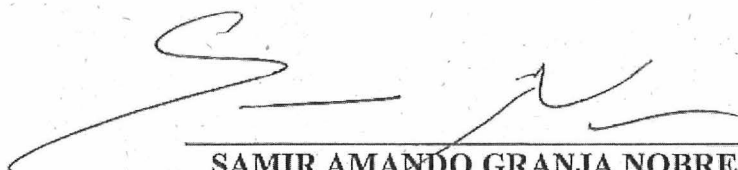
Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo nº 53000.037564/2011.

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.037564/2011, na localidade de Nova Cruz / RN, no qual essa entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 2387 / 2013, que indica pendências passíveis de saneamento pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.
4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por

esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

5x2 34° 23

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL

SOLICITAÇÃO PARA JUNTADA DE DOCUMENTOS

Ao senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Assunto: Ofício /2013/CGRC/SCE-MC

Processo nº: 53000/037564/2011

Local: Nova Cruz UF: RN

Min. das Com.
Fis. 122
14/10/2013-15:36 - Searc

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRÁSILIA - DF

53000 059827/2013-19

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPD

14/10/2013-15:36 - Searc

Em atendimento às solicitações feitas por meio do ofício acima indicado e relativo a pendências constatadas diante da análise do requerimento de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em nome da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA, comunico que estou encaminhando anexo:

a) PROJETO TÉCNICO;

Nova Cruz, 25 de setembro de 2013
(local e data)

Joanne de Lima dos Santos Mendes
Representante Legal

Nome do Representante Legal: Joanne de Lima dos Santos Mendes

DOCUMENTO ANEXADO
NESTA DATA

21, 10, 13

Claudio

14 de Cobres

BANCO DO BRASIL
575720000
CAG BB 0600 729 0722

CREA-DI ARTS

NR. DOCUMENTO	10.944.249
NOSSE NUMERO	21999260113044223
CONVENIO	02191926
CREA-DE ARTS	
AGENCIA/COD. CEDENTE	4200000202168
DATA DO PAGAMENTO	07-10-2013
VALOR DO DOCUMENTO	25.034.261,2
VALOR COBRADO	60,00
	60,00

NR. AUTENTICACAO

E. 453. 00B. C44. 384. 60F

70.390-010 - Fone: (61) 3961-2800

o - Sistema Arrecadação de Receitas [SAR] - TI/CREA-DF

25/09 - 0720130053148 => 60,00

alor da ART ensinará as sanções legais cabíveis.

rico, fique atento para que o seu agente financeiro não agende o pagamento.

00190.00009 02199.926011 13044.223181 9 5842.0000006000

Agência/Código Cedente	Espécie	Quantidade	Nosso número
pa-DF 4200-5/200188-8	R\$		21999260113044223
CNPJ	Vencimento	Valor documento	
725/0001-73	05/10/2013		60,00
(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	

IF

Autenticação mecânica - Recibo Sacado

00190.00009 02199.926011 13044.223181 9 5842.0000006000

	Agência/Código Cedente	Espécie	Quantidade	Nosso número
a-DF	4200-5/200188-8	R\$		21999260113044223

• 0720130053148 => 60,00

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS PROJETO TÉCNICO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – Departamento de Outorga de
Serviços de Comunicação Eletrônica

1 - SERVIÇO

RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - RadCom

2 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç Ã O C O M U N I T Á R I A L A P A

CGC

1 3 7 9 0 1 7 9 0 0 0 1 7 0

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

3 - LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R U A I N D U S T R I A L J O S É D E B R I T O 3 6 0 - C

BAIRRO

C E N T R O N O V A C R U Z

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

R N 0 6 ° 2 8 ' 5 2 " S 3 5 ° 2 5 ' 5 8 " W

4 - LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

R U A I N D U S T R I A L J O S É D E B R I T O 3 6 0 - C

BAIRRO

C E N T R O N O V A C R U Z

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

R N 0 6 ° 2 8 ' 5 2 " S 3 5 ° 2 5 ' 5 8 " W

5 - LOCALIZAÇÃO ENDEREÇO DO ESTÚDIO

(Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 11." Outras informações de Interesse")

LOGRADOURO

R U A I N D U S T R I A L J O S É D E B R I T O 3 6 0 - C

BAIRRO

C E N T R O N O V A C R U Z

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

R N 0 6 ° 2 8 ' 5 2 " S 3 5 ° 2 5 ' 5 8 " W

6 - TRANSMISSOR

FABRICANTE

A U A D C O R R E I A E Q U I P. E L E T R O N I C O S L T D A

MODELO

POTÊNCIA

Nº

S P 5 0 2 5 2 5 , 0 watts 0 6 8 0 0 3 0 5 2 8

7 - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

A U A D C O R R E I A L T D A D P B L F M

MODELO

GANHO max (Gt)

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

0 , 0 2 8 , 7 m 3 0 , 0 m 9 2 4 , 0 m

126

8 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

R G C - C A B O S E S P E C I A I S L T D A

MODELO

R G C - 2 1 3

COMPRIMENTO (L)
DA LINHA (η)

3 5 , 0 metros

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

3 , 8 0 dB

PERDAS NA LINHA (PL)

0 1 , 3 3 dB

EFICIÊNCIA

0 , 7 3

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \cdot AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha (EF)} = 10 \frac{-(PL)}{10}$$

9 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP (dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt. } \eta) = 10 \log (0,025 \times 1 \times 1 \times 0,73) = -17,38 \text{ dBk}$$

- Pt = Potência do transmissor, em kW.
- Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.
- Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes
- η = Eficiência da linha de transmissão

Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 Watts.

10 - INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO

$$E(\text{dB}\mu) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d (\text{km})$$

ERP(dBk) → potência efetiva irradiada

d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço)

$$E(\text{dB}\mu) = 107 + (-17,38) - 20 \log 1 = 89,62 (\text{dB}\mu)$$

Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBμ.

11 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

12 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

A N D R E I T U N E S C L A R O D E O L I V E I R A

REG.CREA

ENDEREÇO

1 7 7 4 8 - D S C R L N 7 0 3 B L O C O B Nº 4 4 F U N

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

D O S A S A N O R T E

CIDADE

UF

B R A S I L I A D F

CEP

TELEFONE

FAX

7 0 7 3 0 - 5 1 2 6 1 9 9 6 9 9 4 0 3

E-MAIL

A N D R E I . T U N E S @ G M A I L . C O M

LOCAL

DATA

B R A S I L I A 2 5 / 0 9 / 2 0 1 3

ASSINATURA





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-DF

ART Obra ou serviço
0720130053148

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

1. Responsável Técnico

ANDREI TUNES CLARO DE OLIVEIRA

Título profissional: Engenheiro Eletricista

RNP: 0708427243

Registro: 17748/D-DF

2. Dados do Contrato

Contratante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA

Industrial José de Brito

Número: 560-C

Bairro: Centro

CPF/CNPJ: 13.790.179/0001-70

Cidade: Nova Cruz

UF: RN

Complemento:

CEP: 59215-000

E-Mail: joannelima@hotmail.com.br

Fone: (84)94701650

Contrato:

Celebrado em: 25/09/2013

Valor Obra/Serviço R\$: 1.000,00

Vinculada a ART:

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

3. Dados da Obra/Serviço

Industrial José de Brito

Número: 560-C

Bairro: Centro

CEP: 59215-000

Cidade: Nova Cruz

UF: RN

Complemento:

Data de Início: 25/09/2013

Previsão término: 28/09/2013

Coordenadas Geográficas: 06S 28 52,35W 25 58

Finalidade: Comercial

Código/Obra pública:

Proprietário: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA

CPF/CNPJ: 13.790.179/0001-70

E-Mail: joannelima@hotmail.com.br

Fone: (84) 94701650

4. Atividade Técnica

Realização

Projeto Sistema de Rádio Comunicação Privada

Quantidade Unidade

1,0000 watt

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

PROJETO TÉCNICO PARA INSTALAÇÃO DE EMISSORA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, CONFORME A LEI Nº 9.612/1998.

6. Declarações

Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

Profissional

Joanne de Lima dos S. Mendes
Contratante

Acessibilidade: Não: Declaro que as regras de acessibilidade, previstas nas normas técnicas da ABNT e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de Classe

NENHUMA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

PRAXIA 25 de setembro de 2013
Local Data

ANDREI TUNES CLARO DE OLIVEIRA - CPF: 991.284.381-91

Joanne de Lima dos S. Mendes
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - CPF/CNPJ: 13.790.179/0001-70

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site .. ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creadf.org.br informacao@creadf.org.br
Tel: (61) 3961-2800 Fax: (61) 3223-4619

CREA-DF
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Registrada em: 25/09/2013

Valor Pago: R\$ 60,00

Nosso Número/Baixa: 0113044223



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL

DECLARAÇÃO DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS CORRIGIDAS

Eu, Joanne de Lima dos Santos Mendes, na qualidade de representante legal da entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, processo nº 53000.037564/2011, declaro que o endereço e as coordenadas geográficas corretas para instalação do sistema iradiante são:

Endereço da Sede: Rua Industrial José de Brito, nº 560-e, Centro, Nova Cruz-Rio Grande do Norte, CEP nº 59215-000

Coordenadas Geográfica: 06°S' 28' 54" e 35°W 26' 00"

Nova Cruz, 25 de setembro de 2013.

Joanne de Lima dos Santos Mendes
Joanne de Lima dos Santos Mendes
Representante Legal


ANDREI TUNES CLARO DE OLIVEIRA
CREA DF nº 17748/D

Associação Comunitária Lapa - ACL

Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59215-000.

DECLARAÇÃO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

Eu Joanne de Lima dos Santos Mendes, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária Lapa – ACL declaro para os devidos fins que:

O endereço completo da sede da entidade é na Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59215-000, cujas coordenadas geográficas, na padronização GPS- WGS 84, São: 06°S 28' 54" de latitude e 35°W 26' 00" de longitude.

O endereço proposto para instalação do sistema irradiante é na Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59215-000, cujas coordenadas geográficas, na padronização GPS- WGS 84, São: 06°S 28' 54" de latitude e 35°W 26' 00" de longitude.

Nova Cruz RN, 25 de setembro de 2013

Joanne de Lima dos Santos Mendes
Joanne de Lima dos Santos Mendes
Representante Legal

Nome do representante da entidade: Joanne de Lima dos Santos Mendes

Endereço da Sede: Rua Industrial José de Brito, nº 560-c, Centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59215-000

DECLARAÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Eu, Anderson Antunes da Silva, na qualidade de representante legal da entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA, processo nº 53000.037564/2011, declaro que:

- o horário de funcionamento da emissora de radiodifusão comunitária será de 0h às 23h59 de segunda-feira a domingo, ou seja, 24 horas por dia e 7 dias por semana.

Nova Cruz, 25 de setembro de 2013.

Joanne de Lima dos Santos Mendes
Representante Legal



DECLARAÇÃO DE INTERRUPÇÃO DAS TRANSMISSÕES EM CASO DE
INTERFERÊNCIAS CAUSADAS PELA ESTAÇÃO

Eu, Joanne de Lima dos Santos Mendes, na qualidade de representante legal da entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL, processo nº 53000.037564/2011, declaro que:

- Na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação da entidade que represento, interromperei as transmissões imediatamente até que essas sejam sanadas, sem prejuízo do exercício das competências fiscalizatórias legalmente atribuídas à Anatel.

Nova Cruz, 25 de setembro de 2013.

Joanne de Lima dos Santos Mendes
Representante Legal

DECLARAÇÃO – CAMPOS ELETROMAGNÉTICOS




Atesto, para os devidos fins, que a instalação do sistema irradiante da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA, processo nº 53000.037564/2011, atende ao disposto em regulamento da Anatel sobre limitação à exposição elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequência entre 9 kHz a 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequência com valores superiores aos estabelecidos.

ANDREI TUNES CLARO DE OLIVEIRA
CREA DF nº 17748/D

DECLARAÇÃO SOBRE COTA DO TERRENO

Declaro, para todos os fins, que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA, processo nº 53000.037564/2011, não é superior a trinta metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um km em torno do local do sistema irradiante, atendendo as condições exigidas no item 18.2.5.1 da Norma Complementar 01/2011.



ANDREI TUNES CLARO DE OLIVEIRA
CREA DF nº 17748/D

DECLARAÇÃO SOBRE AERÓDROMOS

SECEM das Comunicações
Fis. 134
Rubrica

Declaro, para todos os fins, que a instalação do sistema irradiante da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA, processo nº 53000.037564/2011, não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos, atendendo, assim, a Portaria nº 1.141/GM5 de 8/12/87.



ANDREI TUNES CLARO DE OLIVEIRA
CREA DF nº 17748/D

PARECER CONCLUSIVO

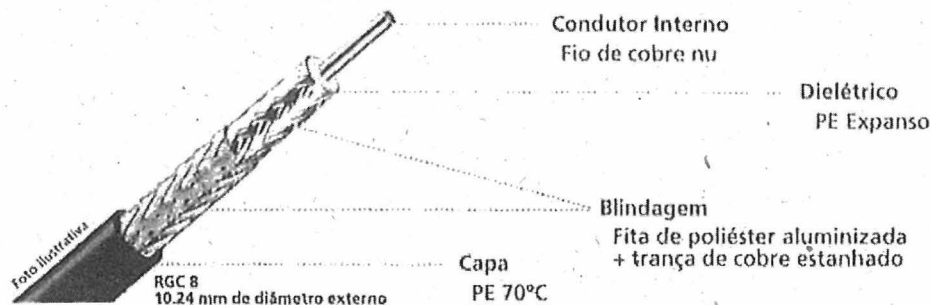
Atesto, para os devidos fins, que a instalação do sistema irradiante da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA, processo nº 53000.037564/2011, atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de até 91dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção, conforme disposto na Norma Complementar 01/2011.



ANDREI TUNES CLARO DE OLIVEIRA
CREA DF nº 17748/D

Associação das Co.
Fis. 135
Rubrica
S - S

LINHA RADIOFLEX®



das Comunicações
136
111 Relações
88 - 880

Cabo

MODELO
SÉRIE
Tipo de Cabo

RGC 213
401.041
COAXIAL

RGC 8
401.095
COAXIAL

Formação

Condutor interno/Material
Diâmetro do condutor interno - mm(in)
Dielétrico/Material
Diâmetro do dielétrico - mm(in)
Condutor externo/Material (Cobertura de blindagem(%))
Diâmetro do condutor externo - mm(in)
Capa/Material
Diâmetro da capa - mm(in)

FNu
2,61(0,10)
PE expanso
7,25(0,28)
FTSn (75%)
8,14(0,32)
PE
10,34(0,40)

FNu
2,74(0,11)
PE expanso
7,37(0,29)
FATSn(88%)
8,13(0,32)
PE
10,24(0,40)

Especificações Mecânicas

Peso do cabo - kg/m(lb/ft)
Raio mínimo de curvatura/repetidas - mm(in)
Temperatura de operação °C(°F)

0,13(0,08)
50/205(1,97/8,07)
80 máx.(176)

0,14(0,09)
60/210(2,36/8,27)
80 máx.(176)

Especificações Elétricas

Impedância nominal (ohms)
Velocidade de propagação (%)
Capacitância - pF/m(pF/ft)
Máxima Frequência de operação (GHz)
RF- Tensão de Pico(kV r.m.s)
Resistência do condutor interno - ohm/km(ohm/M')
Resistência da blindagem - ohm/km(ohm/M')

50
82
82(25,0)
3,00
0,5
3,5(1,10)
8(2,40)

50
87
78(23,80)
3,00
0,5
3(0,90)
5,3(1,60)

Frequência (MHz) à 20°C

Atenuação (dB/100m)

0,5
1
5
10
20
30
50
88
100
108
150
174
200
300
400
450
500
512
600
700
800
824
894
900
925
960
1000
1250
1500
1700
1800
2000
2400

0,5
0,7
1,5
1,6
2,0
2,3
2,9
3,8
4,1
4,3
5,2
5,6
6,1
7,6
8,9
9,5
10,0
10,2
11,2
12,2
13,2
13,4
13,9
14,0
14,3
14,6
14,9
16,9
18,8
20,2
20,9
22,3
25,2

0,4
0,4
1,2
1,5
2,1
2,4
3,1
3,8
4,0
4,2
4,8
5,2
5,6
6,9
8,0
8,6
9,1
9,2
10,1
10,9
11,8
12,0
12,5
12,6
12,8
13,0
13,2
14,9
16,5
17,7
18,2
19,4
22,3

obs1.: FNu = Fio de cobre nu

obs2.: FATSn = Fita metalizada aderida ao dielétrico + trança de cobre estanhado

obs3.: FTSn = Fita metalizada + trança de cobre estanhado

Teletronix®
Equipamentos para Radiodifusão



Antena Dipolo Banda Larga

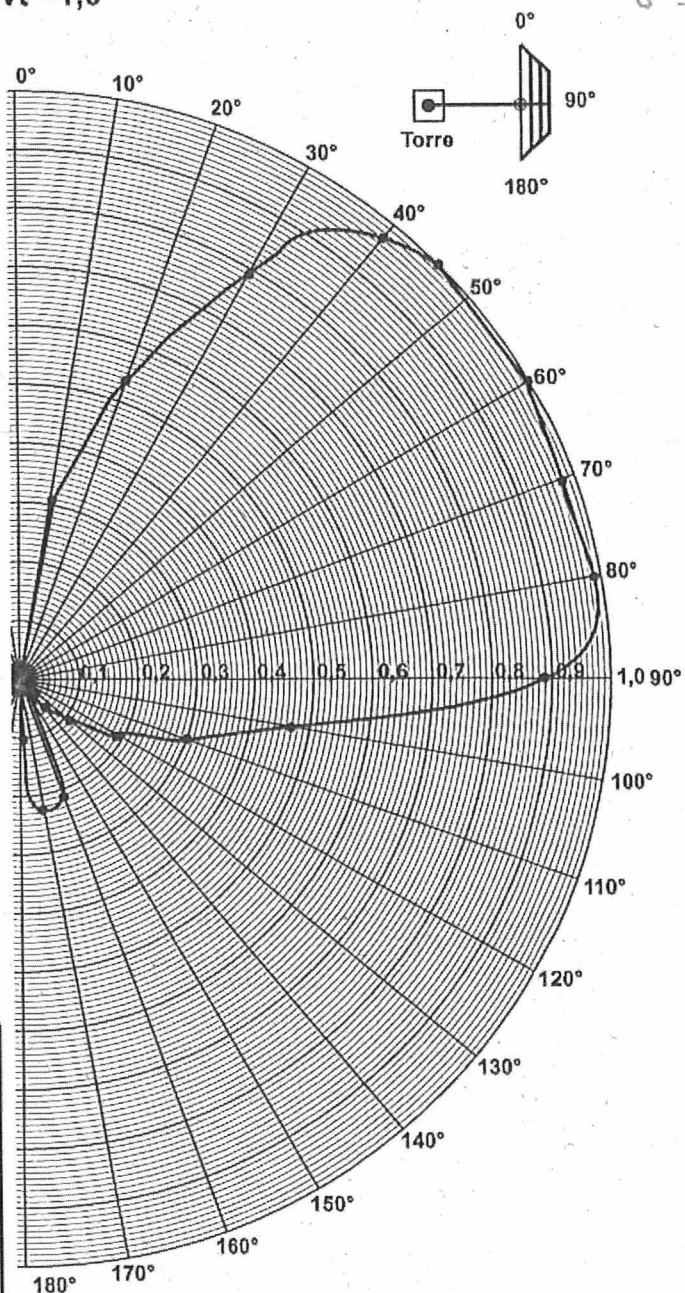


DPBLFM/87-108/0dB

Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda.
Centro Empresarial Prefeito Paulo Frederico de Toledo, 90
Santa Rita do Sapucaí - MG - Cep: 37540.000
Tel.: (35) 3473 3700 / (35) 3473 3710
vendas@teletronix.com.br
www.teletronix.com.br

Diagrama de irradiação da antena Mod:DPBLFM/87-108/0dB

Plano: VERTICAL; Esc. 1:1 Gvt =1,0



CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- Fabricante: Auad Correa (Teletronix)
- Modelo: DPBLFM/87-108/0dB,
- Tipo: Antena Dipolo de 1/2 onda
- Polarização: Linear (VERTICAL)
- Faixa de operação: 87 a 108 MHZ
- Perda por retorno: >15 dB'S
- Ganho: 1,0 a 45°,135°,225°,315°
- Ght: 1,0; a 45°,135°,225°,315°
- Gvt: 1,0 a 45° do plano
- Peso: 4,5 kg
- Diagrama de Irradiação: Onidirecional(hrz)

Resp.Téc:
Eng:Rogerio Correa

OBS: O diagrama acima é para a antena livre de qualquer obstáculo a 5,0 metros montada em uma torre de 0,5m de diâmetro.

Folha 2 de 7

Teletronix
Equipamentos Eletrônicos

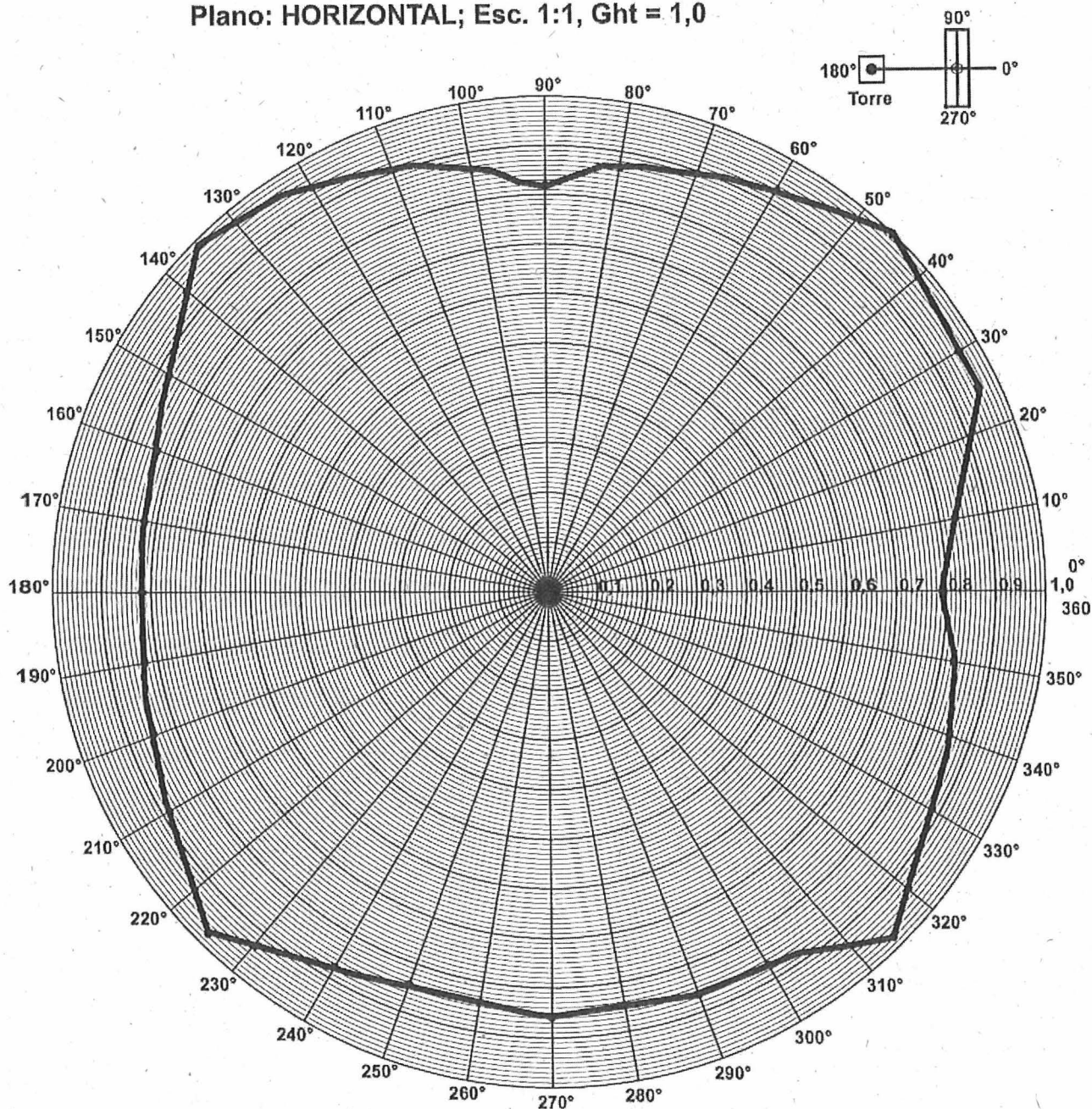
AVAD CORREA Equip. Eletr. Ltda
Pq. da Pirâmide 90, CENTRO EMPRESARIAL
Santa Rita do Sapucaí-MG-CEP:37540-000
Fone:0xx (35) 3473 3700

LAUDO TÉCNICO
INDICADA PARA TX-FM 87-108 MHz

SECOM de Comunicações
Fis. 139
Rubrica

Diagrama de irradiação da antena Mod:DPBLFM/87-108/0dB

Plano: HORIZONTAL; Esc. 1:1, Ght = 1,0



Resp.Téc:
Eng:Rogerio Correa

OBS: O diagrama acima é para a antena
livre de qualquer obstáculo a 5,0 metros
montada em uma torre de 0,5m de diâmetro.

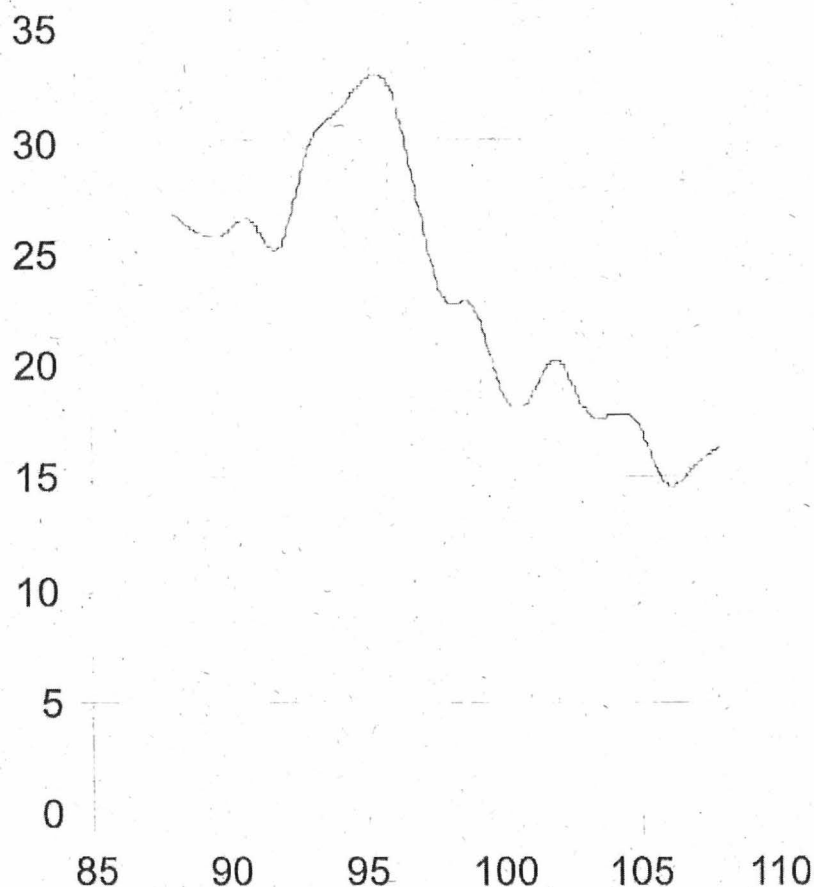
Folha 3 de 7

Teletronix
Equipamentos Eletrônicos

AUAD CORREA Equip. Eletr. Ltda
Pg. da Pirâmide 90, CENTRO EMPRESARIAL
Santa Rita do Sapucaí-MG-CEP:37540-000
Fone:0xx (35) 3473 3700

LAUDO TÉCNICO
INDICADA PARA TX-FM 87-108 MHZ

Associação das Comunicações
Fis. 140
Rubrica



Resp.Téc:
Eng:Rogerio Correa

OBS:
A Curva a cima é para a antena livre de qualquer obstáculo a 5,0 metros, montada em uma torre de 0,5m de diâmetro.

Folha 4 de 7

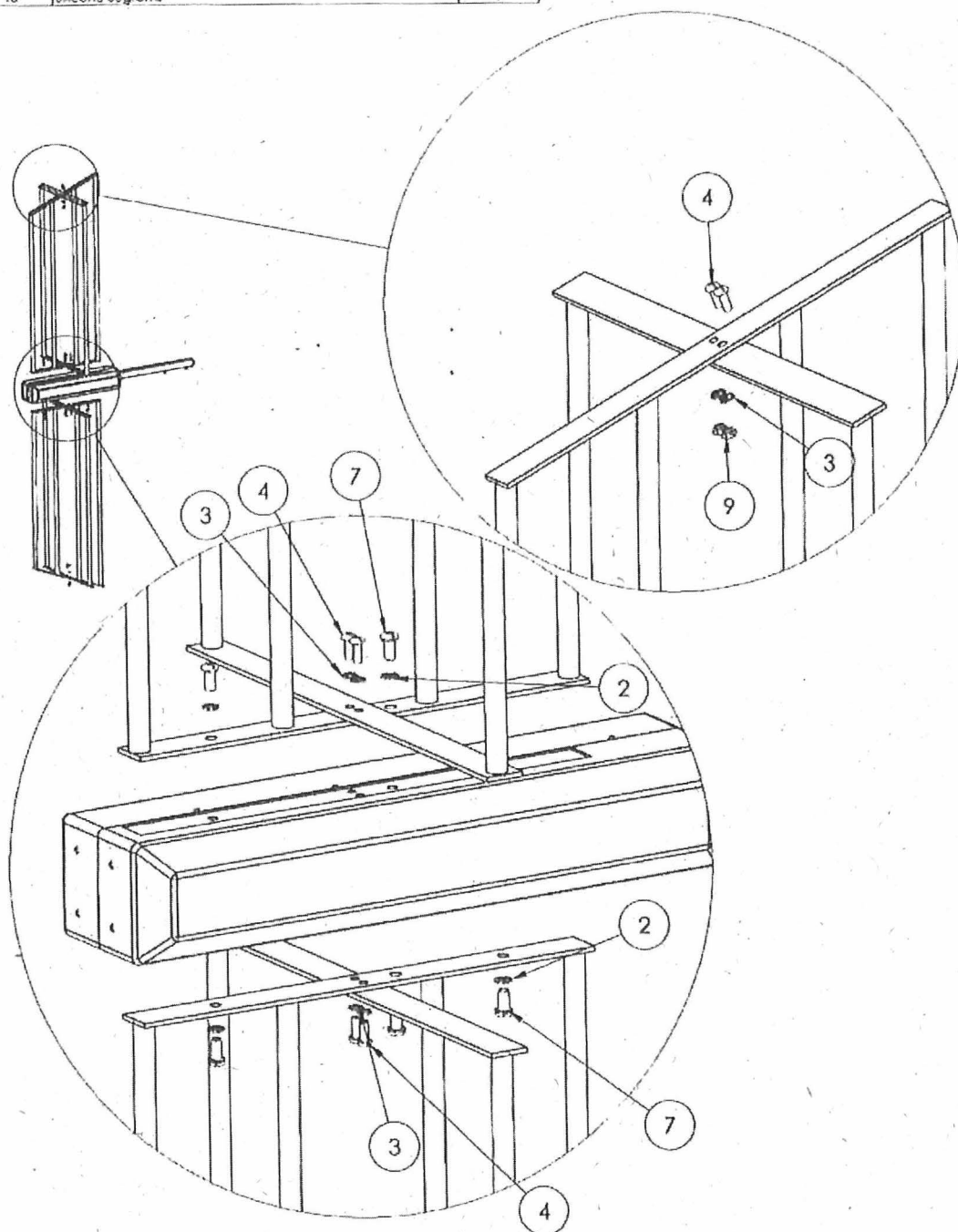
Teletronix
Equipamentos Eletrônicos

AVAD CORREA Equip. Eletr. Ltda
Pg. da Pirâmide 90, CENTRO EMPRESARIAL
Santa Rita do Sapucaí-MG-CEP:37540-000
Fone:0xx (35) 3473 3700

LAUDO TÉCNICO

INDICADA PARA TX-FM 87-108 MHZ

ITEM NO.	PART NUMBER	QTD
1	Arruela M3-16 x 16 lisa zinco branco	6
2	Arruela M1-4 de Pressão	16
3	Arruela M3-16 de Pressão	8
4	Parafuso lenda M3-16 x 1-2 zinco branco 8micros	8
5	Parafuso lenda M1-4 x 1" 1-2 zinco branco 8micros	6
6	Parafuso 23048	2
7	Parafuso lenda M1-4 x 1-2 zinco branco 8micros	6
8	Porca M1-4	10
9	Porca M3-16	4
10	Silicone 50grams	1



Resp.Téc:

Eng:Rogerio Correa

Vista explodida para montagem da antena

Folha 5 de 7

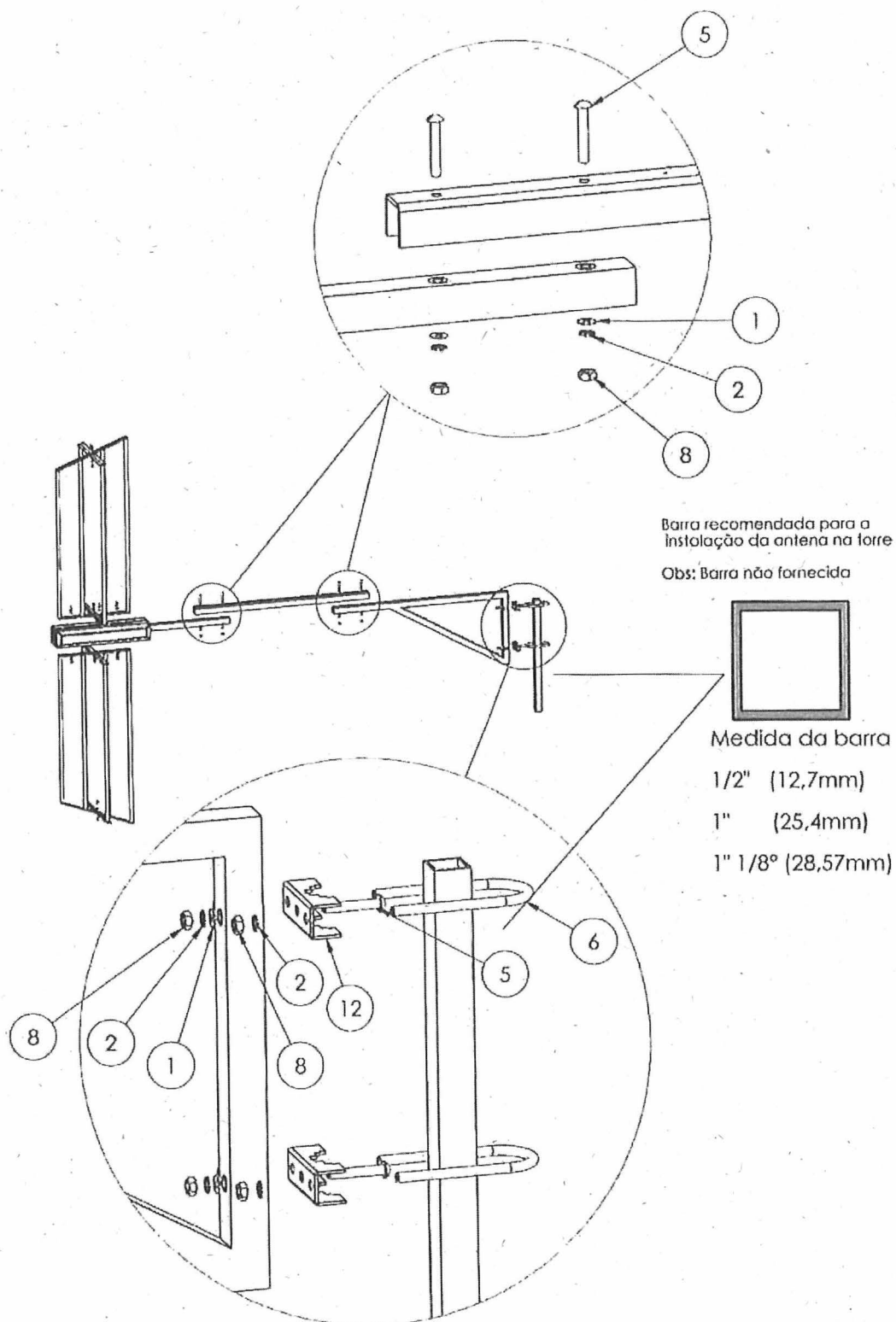
Teletronix
Equipamentos Eletrônicos

AVAD CORREA Equip. Eletr. Ltda
Pç. da Pirâmide 90, CENTRO EMPRESARIAL
Santa Rita do Sapucaí-MG-CEP:37540-000
Fone:0xx (35) 3473 3700

LAUDO TÉCNICO

INDICADA PARA TX-FM 87-108 MHz

Sec. M. das Comunicações
Fls. 842
Rubrica



Resp.Téc:

Eng:Rogerio Correa

Vista explodida para montagem da antena

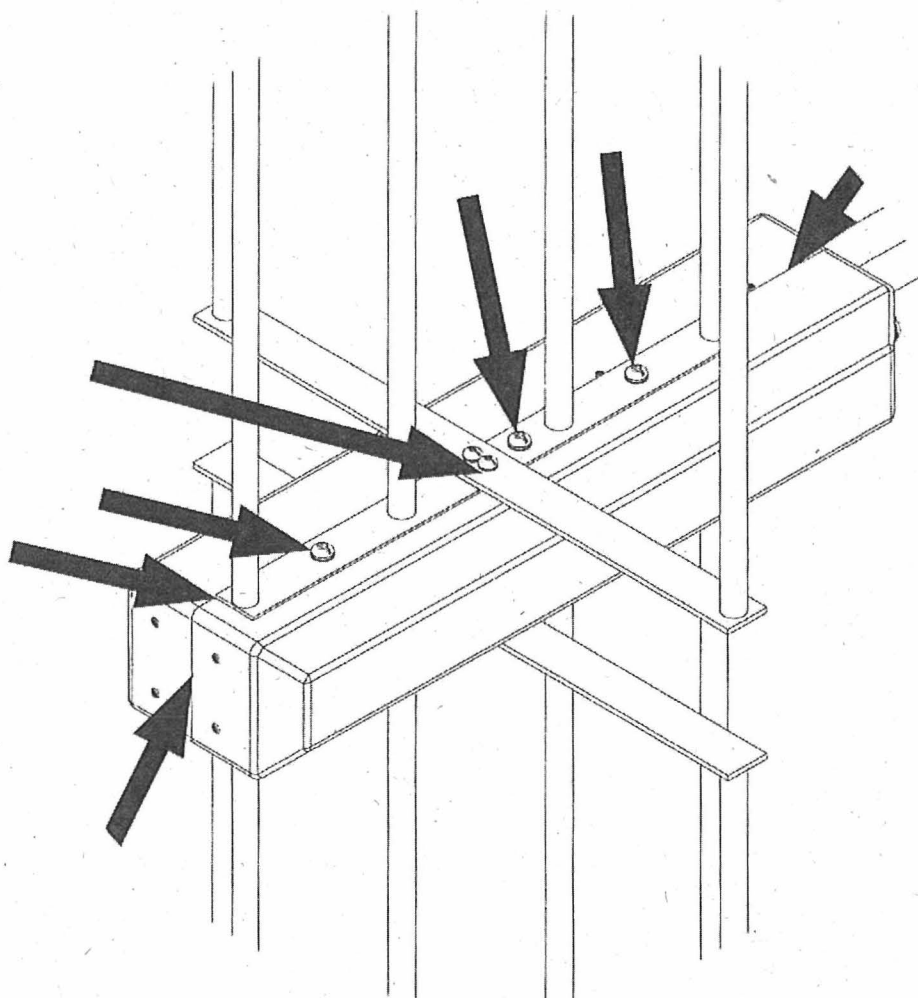
Folha 6 de 7

Atenção:

Após a montagem da antena é necessário fazer a vedação com silicone nas áreas indicadas no diagrama abaixo, esta vedação é necessária para que não haja infiltração de água na parte interna da antena.

Principais áreas de vedação:

- Parafusos
- Junção parte plástica



Lembrete:

A vedação deve ser executada após a montagem da antena.

Resp.Téc:

Eng:Rogerio Correa

Vista explodida para vedação da antena

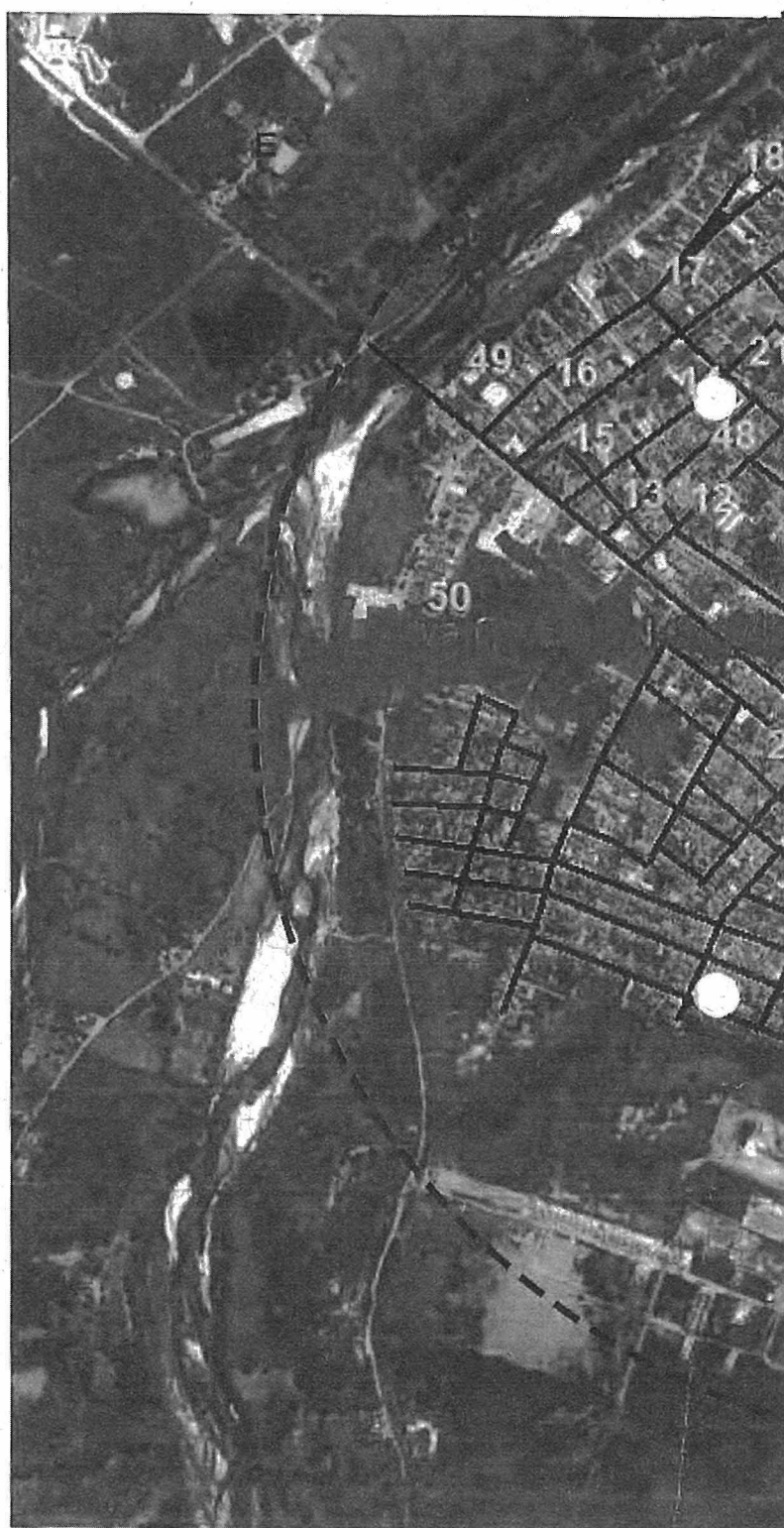
Folha 7 de 7

NOMES DAS RUAS

1. AVENIDA ASSIS CHATEAUBRIAND
2. RUA 6 DE JULHO
3. RUA 10 DE MAIO
4. RUA INDUSTRIAL JOSÉ DE BRITO
5. RUA CAPITÃO JOSÉ DA PENHA
6. RUA 18 DE ABRIL
7. RUA 13 DE MAIO
8. RUA FRANCO DE OLIVEIRA
9. RUA PROFESSOR REGINALDO DE OLIVEIRA
10. RUA MÁRIO PINOT
11. RUA MARECHAL DUTRA
12. RUA JOSEPIO DE ALMEIDA DUARTE
13. PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
14. RUA 7 DE SETEMBRO
15. RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS
16. RUA 15 DE NOVEMBRO
17. RUA DR PEDRO VELHO
18. RUA DIÓGENES DA CUNHA LIMA
19. RUA DJALMA DUTRA
20. RUA FELIPE PEGADO CORTÉS
21. PRAÇA DIXSEPT ROSADO
22. RUA FREI SERAFIM DE CATANEA
23. RUA DR MÁRIO NEGÓCIO
24. RUA SENADOR GEORGINO AVELINO
25. RUA CONEGO LUIZ ADOLFO
26. RUA ANTONIO PEIXOTO MARIANO
27. RUA MARIA LEDA MOUSINHO
28. RUA TABELIÃO ERNESTO BELMONT
29. RUA OTAVIANO DE SOUZA
30. RUA OSCAR FIRMINO DE MEDEIROS
31. RUA SILVINO BEZERRA NETO
32. RUA PEDRO MAURICIO TAVARES
33. PRAÇA ANTONIO BASILIO DE MELO
34. RUA ALFREDO AUGUSTO SANTANA
35. RUA MANOEL AUGUSTO DE OLIVEIRA
36. RUA VEREADOR JOSE ANDRE DIAS
37. RUA ALBERTO MARANHÃO
38. RUA SANTO ANTONIO
39. RUA PREFESSORA LEONOR ROCHA
40. RUA FELIPE CAMARÃO
41. RUA 2 DE FEVEREIRO
42. RUA SEVERINO MARQUES MOREIRA
43. RUA LUIZ ANTONIO BARBOSA
44. RUA JOACY MARTINS DE LIMA
45. RUA VEREADOR JOSE ABILIO DA SILVA
46. RUA NESTOR MARINHO
47. RUA PROFESSOR ANTONIO RODRIGUES
48. RUA ANTONIO VIANA BARBOSA
49. RUA CAMPO SANTO

Local da sede da entidade,
do estúdio e do sistema
irradiante - Rua Industrial
José de Brito, 560-C,
Centro - 6°S 28' 52" e 35°W
25' 58"

Mapa de Arri
Nova Cruz
Outubro de



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL

Of. 4939 /2013/CGRC/SC
53000.037564/11

ENDEREÇO / ADRES

JOANNE DE LIMA DOS SANTOS MENDE
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA
RUA INDUSTRIAL JOSÉ DE BRITO, Nº 56
59.215-000 NOVA CRUZ -

CEP / CODE POSTAL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Maurício de Aguiar Louro Silva
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

002 436 223

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE

Agente de Correios - Ativ. Dist
Mat. B.627.282-0

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR

75240203-0

FC0463 / 16



CORREIOS
BRÉSIL

AVISO DE
RECEBIMENTO

AVIS CN07

AR

JG 028629

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

NC

EN

CI

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônicas
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF

--	--	--	--	--	--	--	--

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO DE RADCOM

M. das Comunicações
 Fis. 147
 W. Ribeiro

Identificação do Processo

Número: 53000.037564/2011 Localidade / UF: NOVA CRUZ/RN
 Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA LAPA - ACL
 Aviso: 34 Canal: 200
 Endereço Sistema Irradiante: Rua Industrial José de Brito Nº 360 C - B. CENTRO NOVA CRUZ - RN
 Endereço Estúdio: Rua Industrial José de Brito Nº 360 C - B. CENTRO NOVA CRUZ - RN
 Endereço Sede: INDUSTRIAL JOSE DE BRITO Nº 560 C - B. CENTRO NOVA CRUZ - RN

Processo	
1. Entregou documentação tempestivamente?	Sim
2. O transmissor está certificado?	Sim
3. Potência efetiva irradiada (ERP) <= 25W (-16,02 dBk)?	Sim
4. Verificar no Formulário de Informação Técnicas se o Ganho de antena <= 0,0 dBu?	Sim
5. Apresentou Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente à instalação proposta? (nº VIII, item 6.11)	Sim
6. Apresentou parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado, atestando q a instalação proposta atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de 1Km de distância da antena transmissora em nenhuma direção? (nº VII, item 6.11)	Sim
7. Apresentou declaração do profissional habilitado atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta, ou se for o caso, declaração da inexistência de aeródromo na localidade? (nº VI, item 6.11)	Sim
8. Apresentou declaração do profissional habilitado de que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende as condições exigidas no item 14.2.7.1 ou estado específico, conforme determina o item 14.2.7.1.1? (nº V, item 6.11)	Não
9. Apresentou diagrama de irradiação horizontal da antena transmissora, com a indicação do norte verdadeiro, diagrama de irradiação vertical e especificações técnicas do sistema irradiante proposto; no caso de antenas de polarização circular ou elíptica, devem ser apresentadas curvas distintas das componentes horizontal e vertical dos diagramas? (nº IV, item 6.11)	Sim
10. Apresentou planta de arruamento, em escala de denominador máximo igual a 10.000, onde deverá estar assinalado o local de instalação do sistema irradiante, com indicação da coordenadas geográficas com precisão de segundos, e traçada a circunferência de até 1Km de raio. que limita a área abrangida pelo contorno de serviços?(nº III, item 6.11)	Não
11. Apresentou Declaração firmada pelo representante legal da entidade de que na ocorrência de interferência tomará as providências previstas na letra "a" do item 6.11 da Normal 02/98, Portaria 191 de 06/08/98, DOU 07/08/98?	Sim
12. Apresentou Declaração firmada pelo representante legal da entidade de que na ocorrência de interferência tomará as providências previstas na letra "b" do item 6.11 da Normal 02/98, Portaria 191 de 06/08/98, DOU 07/08/98?	Sim
13. Apresentou Formulário padronizado DOUL/RADCOM 02?	Sim
14. Entregou documentação tempestivamente?	Sim
15. Intensidade de campo no limite da área de serviço <= 91 dBu?	Sim
16. Altura da antena em relação ao solo <= 30m?	Sim
17. Dados do Transmissor	
a. Fabricante :	Auad Correa Equipamentos Eletrônicos
b. Modelo :	SP5025

c. Categoria :	2H	d. Certificado:	0680030528	e. Potência (W) :	25
18. Dados do Transmissor Reserva					
a. Fabricante :		b. Modelo :			
c. Categoria :		d. Certificado:		e. Potência (W) :	
19. Dados da Antena					
a. Fabricante:	Aquad Correa Equipamentos Eletrônicos		b. Modelo :	DPBLFM/87-108/0dB	
c. Altura:	28,7	d. Ganho Máximo:	0	20. Intensidade de campo(dBu) : 89.65	

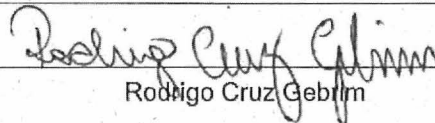
21. Conclusão Geral (Parecer Técnico)

Processo não instruído em relação à segunda análise técnica.

A entidade apresentou tempestivamente a documentação solicitada pela Nota Técnica encaminhada pelo Ofício nº 4939/2013, no entanto, algumas pendências foram encontradas, a saber:

- A declaração sobre a conformidade com a cota do terreno cita o subitem 18.2.5.1 da Norma Complementar nº 1/2011, porém, tal item é inexistente, infringindo o disposto no subitem 12.1, alínea "e", da referida Norma;
- A planta de arruamento apresentada está com o endereço da sede e sistema irradiante divergente do especificado no Formulário de Informações Técnicas, devendo a entidade aferir tais dados e reenviar a documentação pertinente.
- A planta de arruamento enviada não possui o nome das ruas de forma legível, infringindo o disposto no subitem 12.1, alínea c.2, da Norma Complementar nº 1/2011;

Em, 24/10/2013



Rodrigo Cruz Gebrim

Rodrigo Cruz Gebrim
 Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária
 Engenheiro/Analista de Infraestrutura
 Matrícula: 2026004



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 2894 /2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de Pendências.**

Referência: Processo nº 53000.037564/2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Comunitária Lapa** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Nova Cruz / RN**, protocolizado em 31/07/2011.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA - 2ª FASE:

I. A declaração enviada sobre a cota do terreno cita o subitem 18.2.5.1 da Norma Complementar nº 1/2011, porém, tal item é inexistente, infringindo o disposto no subitem 12.1, alínea "e", da referida Norma;

II. A planta de arruamento apresentada está com os endereços da sede e sistema irradiante divergentes do especificado no Formulário de Informações Técnicas, devendo a entidade aferir tais dados e reenviar a documentação pertinente;

III. A planta de arruamento enviada não possui o nome das ruas de forma legível, infringindo o disposto no subitem 12.1, alínea "c.2", da Norma Complementar nº 1/2011;

CONCLUSÃO

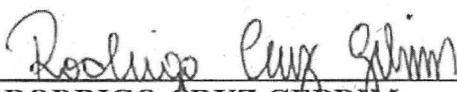
3. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

4. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.

5. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

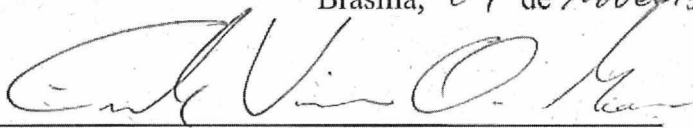
Brasília, 29 de outubro de 2013.


RODRIGO CRUZ GEBRIM
Engenheiro / Analista de Infraestrutura

De acordo.

À consideração do Sr. Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 04 de novembro de 2013.


ERICK VINICIUS OLIVEIRA MORAIS
Coordenador

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 2894/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 4 de novembro de 2013.


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 6323/2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 4 de novembro de 2013.

À Senhora

JOANNE DE LIMA DOS SANTOS MENDES

Representante Legal da Associação Comunitária Lapa

Rua Industrial José de Brito, nº 560-C – Centro.

59.215-000 / Nova Cruz – RN

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo nº 53000.037564/2011.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.037564/2011, na localidade de **Nova Cruz / RN**, no qual essa entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 2894/2013, que indica pendências passíveis de saneamento pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.
4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por

Ex 2 34

44

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA - ACL

SOLICITAÇÃO PARA JUNTADA DE DOCUMENTOS



Ministério das Comunicações

Ao senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Assunto: Resposta a Nota Técnica nº 2894 /2013/CGRC/SCE-MC

Processo nº: 53000.037564/2011

Local: Nova Cruz - RN

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 074551/2013-07

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

17/12/2013-17:23 - *SCARC*

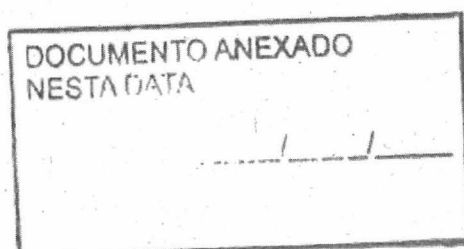
Em atendimento às solicitações feitas por meio do ofício acima indicado e relativo a pendências constatadas diante da análise do requerimento de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em nome da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA, comunico que estou encaminhando anexo:

- a) Declaração sobre cota terreno
- b) Planta de arruamento

Nova Cruz, 17 de dezembro de 2013.

Andréi Tunes Claro de Oliveira
Engenheiro Responsável
CREA DF nº 17748/D


Nome do Representante Legal: Joanne de Lima dos Santos Mendes



SS - M. das Comunicações
Fis. 151
Rubrica

DECLARAÇÃO SOBRE COTA DO TERRENO

Declaro, para todos os fins, que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA, processo nº 53000.037564/2011, não é superior a trinta metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um km em torno do local do sistema irradiante, atendendo as condições exigidas no item 19.2.5.1 da Norma Complementar 01/2011.



ANDREI TUNES CLARO DE OLIVEIRA
CREA DF nº 17748/D

M. das Comunicações
Fls. 152
Rubrica

das Com. 153
Fls.: 153
Rubrica: 153

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO DE RADCOM

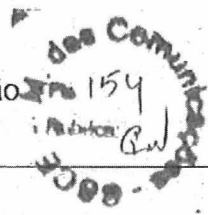
Identificação do Processo

Número: 53000.037564/2011 Localidade / UF: NOVA CRUZ/RN
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA LAPA - ACL
Aviso: 34 Canal: 200
Endereço Sistema Irradiante: Rua Industrial José de Brito Nº 360 C - B. CENTRO NOVA CRUZ - RN
Endereço Estúdio: Rua Industrial José de Brito Nº 360 C - B. CENTRO NOVA CRUZ - RN
Endereço Sede: INDUSTRIAL JOSE DE BRITO Nº 560 C - B. CENTRO NOVA CRUZ - RN

S 06° 28' 52"
W 35° 25' 58"

Processo	
1. Entregou documentação tempestivamente?	Sim
2. O transmissor está certificado?	Sim
3. Potência efetiva irradiada (ERP) <= 25W (-16,02 dBk)?	Sim
4. Verificar no Formulário de Informação Técnicas se o Ganho de antena <= 0,0 dBu?	Sim
5. Apresentou Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente à instalação proposta? (nº VIII, item 6.11)	Sim
6. Apresentou parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado, atestando q a instalação proposta atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de 1Km de distância da antena transmissora em nenhuma direção? (nº VII, item 6.11)	Sim
7. Apresentou declaração do profissional habilitado atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta, ou se for o caso, declaração da inexistência de aeródromo na localidade? (nº VI, item 6.11)	Sim
8. Apresentou declaração do profissional habilitado de que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende as condições exigidas no item 14.2.7.1 ou estado específico, conforme determina o item 14.2.7.1.1? (nº V, item 6.11)	Sim
9. Apresentou diagrama de irradiação horizontal da antena transmissora, com a indicação do norte verdadeiro, diagrama de irradiação vertical e especificações técnicas do sistema irradiante proposto; no caso de antenas de polarização circular ou elíptica, devem ser apresentadas curvas distintas das componentes horizontal e vertical dos diagramas? (nº IV, item 6.11)	Sim
10. Apresentou planta de arruamento, em escala de denominador máximo igual a 10.000, onde deverá estar assinalado o local de instalação do sistema irradiante, com indicação da coordenadas geográficas com precisão de segundos, e traçada a circunferência de até 1Km de raio, que limita a área abrangida pelo contorno de serviços?(nº III, item 6.11)	Sim
11. Apresentou Declaração firmada pelo representante legal da entidade de que na ocorrência de interferência tomará as providências previstas na letra "a" do item 6.11 da Normal 02/98, Portaria 191 de 06/08/98, DOU 07/08/98?	Sim
12. Apresentou Declaração firmada pelo representante legal da entidade de que na ocorrência de interferência tomará as providências previstas na letra "b" do item 6.11 da Normal 02/98, Portaria 191 de 06/08/98, DOU 07/08/98?	Sim
13. Apresentou Formulário padronizado DOUL/RADCOM 02?	Sim
14. Entregou documentação tempestivamente?	Sim
15. Intensidade de campo no limite da área de serviço <= 91 dBu?	Sim
16. Altura da antena em relação ao solo <= 30m?	Sim
17. Dados do Transmissor	
a. Fabricante :	Auad Correa Equipamentos Eletrônicos
b. Modelo :	SP5025

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.037564/2011

Localidade / UF: NOVA CRUZ/RN

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA LAPA - ACL

Aviso: 34

Publicação: 06/06/2011

Prazo: 45

Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato,	Telefone
Joanne de Lima dos Santos Mendes	024.802.524-42	Diretor Geral	01/06/2011 01/06/2015	
Jarbas Magno Campos de Souza	056.551.654-06	Diretor Administrativo	01/06/2011 01/06/2015	
Erike da Silva	044.989.184-44	Diretor de Operações	01/06/2011 01/06/2015	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

ANÁLISE:

Processo regular e juridicamente instruído.

MAPA DA DOCUMENTAÇÃO:

- a) requerimento de outorga: fl. 3;
- b) CNPJ, nº 13.790.179/0001-70: fl. 7 e 92;
- c) comprovante de pagamento da taxa de cadastro: fl. 6;
- d) relação de associados: fl. 24;
- e) manifestações de apoio: fl. 14, 39 a 70;
- f) estatuto social consolidado, datado de 14/7/2013, rg. Lv. A-PJ: fl. 8 à 12, 15 e 93 à 99;
- g) ata de fundação, datada de 1/6/2011, rg. Lv. A-PJ: fl. 13 e 15;
- h) ata de substituição de dirigentes, datada de 28/6/2011, rg. Lv. A-PJ: fl. 16 e 17;
- i) comprovação de maioria e de nacionalidade: fls. 25 (CNH), 26, 38 e 80;
- j) comprovante de residência: 100 à 105, 108, 111 e 115;
- k) declarações do anexo 3: fl. 21;
- l) certidões criminais das justiças estadual, federal: fls. 18, 19, 20, 106, 109 e 113;
- p) declarações de fiel cumprimento: fl. 22;
- q) consulta aos sistemas de fiscalização da Anatel: fl. 86.

MANDATO: 4 ANOS.

Pedro Luis Barreto Vianna Rocha

Pedro Luis Barreto Vianna Rocha
OAB nº 1797956
Analista Técnico-Administrativo

NOTA TÉCNICA Nº 476/2014/CGRC/DEAA/SCE-MC

Assunto: **Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**
Referências: **Processo nº 53000.037564/2011.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de análise do requerimento por meio da qual a **Associação Comunitária Lapa** demonstra interesse em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Nova Cruz**, estado do **Rio Grande do Norte**, em atendimento ao Aviso de Habilitação, publicado no Diário Oficial da União de 6/6/2011.

ANÁLISE

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, protocolou requerimento em 21/7/2011, às fls. 2, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
Associação Comunitária Lapa

QUADRO DIRETIVO
Joanne de Lima dos Santos Mendes – Diretor Geral; Jarbas Magno Campos de Souza – Diretor Administrativo; Erike da Silva – Diretor de Operações

LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Rua Industrial José de Brito, nº 360 C – Bairro Centro, na cidade de Nova Cruz, estado do Rio Grande do Norte. Coordenadas geográficas: 06°28'52"S de latitude e 35°25'58"W de longitude

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Rua Industrial José de Brito, nº 360 C – Bairro Centro, na cidade de Nova Cruz, estado do Rio Grande do Norte.

3. O pleito da requerente é tempestivo, visto que o prazo para demonstração de interesse se encerrava em 21/7/2011.

4. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612, de 1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e a Norma Complementar nº 1, de 26 de janeiro de 2004, indicou a completa instrução do feito, conforme check-list abaixo: **PP**

PP

ITEM	ANÁLISE
1. Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma Complementar nº 1, de 2004.	Ok, fls. 8 à 12, 15 e 93 à 99.
2. Ata de constituição e ata atual de eleição dos dirigentes registradas, em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequadas às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612, de 1998.	Ok, fls. 13, 15, 16 e 17.
3. Comprovações relativas a maioridade e nacionalidade dos dirigentes.	Ok, fls. 26, 38 e 80.
4. Manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade.	Ok, fls. 14, 39 à 70.
5. Projeto técnico conforme subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1, de 2004.	Ok, fls. 123 à 152.
6. Declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas "h", "i" e "j" da Norma Complementar nº 1, de 2004, e ainda demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados.	Ok, fls. 6, 21, 22, 24, 92, 100 à 105, 108, 111 e 115.
7. Certidões dos dirigentes associativos, relativas aos feitos criminais (Justiça Comum e Federal) dos últimos 5 anos do local de residência, bem como se em desfavor destes há existência de imputação de execução de serviço de radiodifusão clandestina em atenção ao disposto na Cota nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU.	Ok, fls. 18 à 20, 86, 106, 109 e 113.

5. No Aviso de Habilitação em referência, e considerando a distância de 4km entre as interessadas, foi analisado também o requerimento da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Localidade de Campo São João, objeto do processo nº 53000.038388/2011, que resultou em arquivamento, porque a entidade não apresentou documentação básica para análise técnico-jurídica do requerimento, conforme segue:

ITEM	MOTIVO
Subitem 7.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1, de 2004	Não encaminhou documentação básica à habilitação
Art. 9º § 2º e incisos da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998	Não encaminhou documentação básica à habilitação

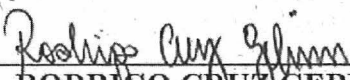
CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, e tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do item 4, opinamos pelo encaminhamento do presente processo à Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 31 de janeiro de 2014.

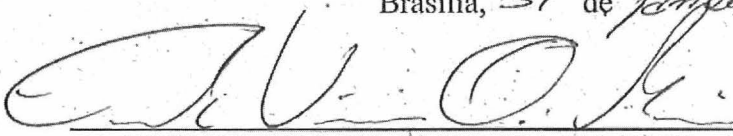

PEDRO LUÍS BARRETO VIANNA ROCHA
Analista Técnico Administrativo


RODRIGO CRUZ GEBRIM
Engenheiro / Analista de infraestrutura

De acordo.

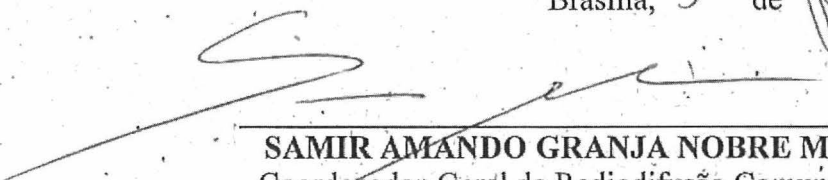
À consideração do Sr. Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 31 de janeiro de 2014.


ERICK VINICIUS OLIVEIRA MORAIS
Coordenador

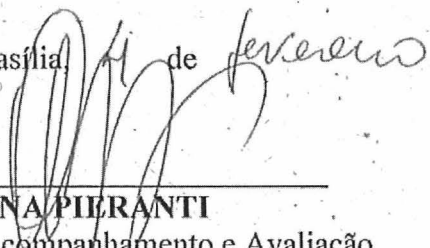
De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

Brasília, 3 de fevereiro de 2014.


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

De acordo. Encaminhe-se à Senhora Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica.

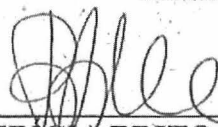
Brasília, 04 de fevereiro de 2014.


OCTAVIO PENNA PIRANTI
Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação

De acordo, Encaminhe-se à Consultoria Jurídica.

Brasília, 24 de Abril

de 2014.



PATRICIA BRITO DE ÁVILA
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Nota Técnica nº 1951 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Assunto: **Indeferimento de Processo.**

Referência: Processo nº 53000.038388/11

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Localidade de Campo São João** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Nova Cruz / RN**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se o que se segue:

1. No intuito de autorizar as Entidades interessadas na execução do serviço de radiodifusão comunitária nesta localidade, este Ministério publicou Aviso de Habilitação no Diário Oficial da União de 06/06/11, o qual expirou aos 21/07/11, convocando as Entidades a apresentarem a documentação exigida para a autorização. Ocorre que a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Localidade de Campo São João encaminhou a Ata de Fundação sem registro em desacordo com o subitem 8.1 alínea "c", da Norma nº 1/2011, bem como no art. 9º, §2º incisos, "II", da Lei 9612/98, impossibilitando a análise técnico-jurídica do requerimento.

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de **indeferimento** do referido processo.

4. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada acerca do indeferimento mediante ofício enviado por AR Postal, resguardando-se o direito de a mesma apresentar recurso à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, a encaminhará à autoridade imediatamente superior, a quem caberá a decisão final na esfera administrativa. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, o processo será arquivado e qualquer solicitação encaminhada será considerada intempestiva.

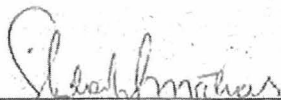
A consideração superior.

Brasília, 29 de nov. de 2011.

ELIANE MARIA ALVES RODRIGUES
Administradora

De acordo. À consideração do Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária.

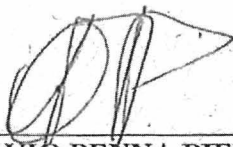
Brasília, 30 de novembro de 2011.



SIBELA LEANDRA PORTELLA MATIAS
Coordenadora de Serviço de Radiodifusão Comunitária

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

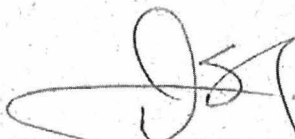
Brasília, 30 de nov de 2011.



OCTAVIO PENNA PIERANTI
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 1951/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC.

Brasília, 1 de dez de 2011.



DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177

SE-M. das Co
Fls. 158
Rubrica: /

Ofício nº 7316 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 01 de dezembro de 2011.

Ao Senhor

LENILSON DA COSTA LIMA

Representante Legal da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Localidade de Campo São João

Rua: Maria Cavalcante de Melo, nº 114

59.215-000 Nova Cruz - RN

Assunto: Indeferimento de Processo nº 53000.038388/11.

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.038388/11, na localidade de Nova Cruz / RN, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária e considerando a documentação já apresentada pela requerente, informamos que o pleito de outorga foi indeferido pelo fundamento a seguir:

I. No intuito de autorizar as Entidades interessadas na execução do serviço de radiodifusão comunitária nesta localidade, este Ministério publicou Aviso de Habilitação no Diário Oficial da União de 06/06/11, o qual expirou aos 21/07/11, convocando as Entidades a apresentarem a documentação exigida para a autorização. Ocorre que a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Localidade de Campo São João encaminhou a Ata de Fundação sem registro em desacordo com o subitem 8.1 alínea "c", da Norma nº 1/2011, bem como no art. 9º, §2º incisos, "II", da Lei 9612/98, impossibilitando a análise técnico-jurídica do requerimento.

2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente recurso à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, a encaminhará à autoridade imediatamente superior, a quem caberá a decisão final na esfera administrativa. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, o processo será arquivado e qualquer solicitação encaminhada será considerada intempestiva.

3. Ressaltamos que apenas será acatado o recurso que apresente razões de legalidade e de mérito, em conformidade com a Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e ainda, de acordo com o disposto no subitem 11.2.1, da Norma nº 1/2011, não serão considerados, no julgamento do recurso, documentos e informações que a entidade recorrente deveria ter apresentado em

SCE-M. das Cont.
Fls. 159
Rubrica: L
98

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

NOME OU RAZÃO SOCIAL

ENDEREÇO / ADRESS

CEP / CODE POSTAL

Of. 7316 /2011/CGRC/DEOC/SCE - MC

53000.038388/11

LENILSON DA COSTA LIMA

Ass. Comunit. dos Pequenos Produt. da Localid. de Campo São João

Rua: Maria Cavalcante de Melo, nº 114
59.215-000 Nova Cruz - RN

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

O MESMO

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

729893 / RN

Isaac Angelo da Silva
Gerente AC Nova Cruz
Matrícula 8.627.725-1

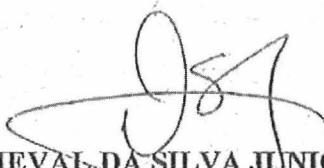
15 DEZ 2011

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

RN

momento anterior, seja por força das exigências constantes do aviso de habilitação, seja por solicitação do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,



DERMEVAL DA SILVA JUNIOR

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica



Min. das Com.
Fl. 160
Rubrica
S.S. - 98

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Nota Técnica nº 1812/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

Assunto: Análise de Recurso Administrativo interposto frente à decisão de indeferimento dos autos.

Referência: Processo nº 53000.038388/11

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de análise de solicitação da **Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Localidade de Campo São João**, da localidade de Nova Cruz / RN, para reconsideração da decisão exarada na Nota Técnica nº 1951/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC, comunicada por meio do Ofício nº 7316, datado de 01/12/2011, AR Postal em 15/12/2011.

ANÁLISE

2. A Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária submete à apreciação e decisão deste Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica recurso administrativo formulado pela **Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Localidade de Campo São João**, o qual visa a manutenção de sua participação no Aviso de Habilitação nº 34º, publicado no Diário Oficial da União - DOU do dia 06/06/2011, que teve por objetivo convocar as interessadas à obtenção de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária no município de interesse.

3. Tem-se que após o esgotamento do prazo para apresentação da documentação legal exigida e considerando a capacidade administrativa do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica, fora realizado o exame dos documentos constantes dos autos em referência, constatando-se a necessidade de indeferimento dos autos, conforme determina o subitem 8.1.2 da Norma nº 01/2011, relativa ao serviço de radiodifusão comunitária, tendo em vista o fato de a entidade não ter encaminhado documentação em conformidade com o subitem 8.1, alínea(s) "c" da mesma Norma, isto é, deixou de apresentar Ata de Fundação devidamente registrada.

4. Diante da inconformidade com o indeferimento, a entidade desenvolveu sua petição, no intuito de ver reformada a decisão.

5. No entanto, as alegações da requerente merecem as seguintes considerações:

I. Muito embora a requerente tenha solicitado a reconsideração da decisão que indeferiu o processo, a solicitação não será conhecida em virtude da intempestividade do requerimento, conforme estabelece o art. 63, inciso I, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, devendo permanecer inalterada a decisão de indeferimento, restando apenas à requerente aguardar a publicação de novo Aviso de Habilitação que contemple município.

CONCLUSÃO

6. Pelo que se depreende da matéria e por todo o exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo não conhecimento do recurso administrativo interposto, devendo permanecer inalterada a decisão que culminou no indeferimento dos autos em referência.

À consideração superior.

Brasília, 27 de junho de 2012.

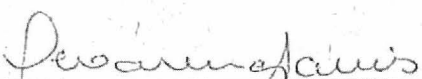

LÚCIA HELENA MAGALHÃES BUENO ROSA

Analista / Chefe de Serviço

Lúcia Helena Magalhães Bueno Rosa
Coordenadora de Serviço de Radiodifusão Comunitária

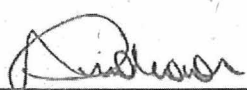
De acordo. À consideração do Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 27 de junho de 2012.


VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS
Coordenadora de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Substituta


De acordo. Encaminhem-se os autos à consideração da Senhora Diretora do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica para tomada de decisão.

Brasília, 28 de junho de 2012.


JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 1812/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC pelos seus fundamentos jurídicos e determino que a decisão de indeferimento anteriormente proferida seja mantida pelas razões e termos explicitados acima. Assim sendo, restando cumpridas as praxes processuais no que diz respeito ao julgamento do pedido recursal em primeira instância, proponho o encaminhamento dos autos ao Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica, com o presente ato, para que sejam tomadas as medidas que couberem ao caso.

Brasília, 04 de julho de 2012.



PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

Diretora do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ass. das Com.
Fls. 161
Rubrica
SCE-MC - 5º



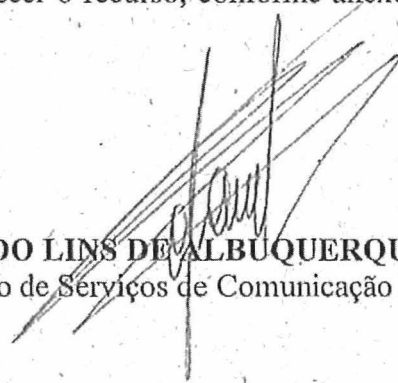
CO-M. das Com.
Fls. 162
Rubrica: J.
SS - 94

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Em 04 de julho de 2012

Face o recurso administrativo interposto pela Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Localidade de Campo São João, em virtude da decisão de indeferimento seu requerimento de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Nova Cruz, estado do Rio Grande do Norte, mantenho inalterada a decisão exarada na Nota Técnica nº 1951/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC, em decorrência da intempestividade da solicitação, de sorte a não conhecer o recurso, conforme anexo único, nos termos da legislação vigente.


GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

ANEXO ÚNICO

RECURSO NÃO CONHECIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	MUNICÍPIO	SERVIÇO	RECORRENTE
04/2011	RN	Nova Cruz	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Localidade de Campo São João.



ANEXO ÚNICO

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF/MUNICÍPIO	SERVIÇO	RECORRENTE
01/2010	BA/VITÓRIA	RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CULTURAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Recebo o recurso administrativo interposto pela Associação Comunitária e Evangélica Vale do Gaspar de Pontes de Lacerda, diante da decisão de indeferimento de seu requerimento de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Pontes de Lacerda, estado do Mato Grosso, e mantendo inalterada a decisão exarada por meio da Nota Técnica nº 0094/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC, em decorrência da aplicação do disposto no subitem 11.2.1 da Norma nº 01/2011, relativa ao serviço de radiodifusão comunitária, de sorte a negar o provimento do recurso, conforme anexo único, nos termos da legislação vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF/MUNICÍPIO	SERVIÇO	RECORRENTE
31/2010	MT/Pontes de Lacerda	RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA	Associação Comunitária e Evangélica Vale do Gaspar de Pontes de Lacerda

Recebo o recurso administrativo interposto pelo Projeto de Representação de Aprendizagem, Incentivo Artístico e Cultural do Bico/Praico, diante da decisão de indeferimento de seu requerimento de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Augustinópolis, estado do Tocantins, e mantendo inalterada a decisão exarada por meio da Nota Técnica nº 1895/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC, em decorrência da aplicação do disposto no subitem 11.2.1 da Norma nº 01/2011, relativa ao serviço de radiodifusão comunitária, de sorte a negar o provimento do recurso, conforme anexo único, nos termos da legislação vigente.

RETIFICAÇÃO

No Despacho de 27 de junho de 2012, publicado no DOU do dia 29 de junho de 2012, Seção 1, página 69, onde se lê: "São José do Cedro", li-se: "São José do Cedro".

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 407, DE 5 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2003, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada EOL Carcará 2, de titularidade da empresa Usina de Energia Eólica Carcará II S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.394.399/0001-00, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Nome	EOL Carcará 2
Tipo	Central Geradora Eólica
Ato Autorizativo	Aviso de Homologação e Adjudicação Leilão nº 7/2011-ANEEL, publicado no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2012.
Pessoa Jurídica Titular	Usina de Energia Eólica Carcará II S.A.
CNPJ	15.394.399/0001-00
Localização	Município de Areia Branca, Estado do Rio Grande do Norte
Potência Instalada	128.800 kW
Enquadramento	Art. 1º-A, inciso I, e 3º, inciso II, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2003.
Identificação do Processo	ANEEL nº 48500.006709/2011-75, 48500.003523/2012-45 e MME nº 03500.0030/2012-00.

PORTARIA Nº 408, DE 5 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2003, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.tcu.gov.br/licitacoes>, pelo código 03012012070500074

ANEXO ÚNICO

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF/MUNICÍPIO	SERVIÇO	RECORRENTE
02/2011	TO/Augustinópolis	RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA	Projeto de Representação de Aprendizagem, Incentivo Artístico e Cultural do Bico/Praico

Face o recurso administrativo interposto pela Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Localidade de Campo São João, em virtude da decisão de indeferimento de seu requerimento de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Nova Cruz, estado do Rio Grande do Norte, mantendo inalterada a decisão exarada na Nota Técnica nº 1931/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC, em decorrência da inatempistade da solicitação, de sorte a não conhecer o recurso, conforme anexo único, nos termos da legislação vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO NÃO CONHECIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF/MUNICÍPIO	SERVIÇO	RECORRENTE
04/2011	RN/Nova Cruz	RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Localidade de Campo São João

Face o recurso administrativo interposto pela Associação Comunitária Tecnológica e Digital da Cidade de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná, em virtude da decisão de indeferimento de seu requerimento de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Santa Isabel do Ivaí, estado do Paraná, mantendo inalterada a decisão exarada na Nota Técnica nº 1876/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC, em decorrência da inatempistade da solicitação, de sorte a não conhecer o recurso, conforme anexo único, nos termos da legislação vigente.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

ANEXO ÚNICO

RECURSO NÃO CONHECIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF/MUNICÍPIO	SERVIÇO	RECORRENTE
02/2011	PR/Santa Isabel do Ivaí	RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA	Associação Comunitária Tecnológica e Digital da Cidade de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Central Geradora Termelétrica denominada UTE São Marinho, de titularidade da empresa São Marinho S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.466.860/0001-56, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Nome	UTE São Marinho
Tipo	Central Geradora Termelétrica
Ato Autorizativo	Resolução Autorizativa ANEEL nº 5, de 10 de janeiro de 2005, e Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.362, de 6 de março de 2012.
Pessoa Jurídica Titular	São Marinho S.A.
CNPJ	51.466.860/0001-56
Localização	Município de Trindade, Estado de São Paulo
Potência Instalada	310 MW
Enquadramento	Art. 3º, inciso I, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2003.
Identificação do Processo	ANEEL nº 41100.003631/1977-55, 48500.003141/2012-11 e MME nº 00000.00068/2012-00.

PORTARIA Nº 409, DE 5 DE JULHO DE 2012

Autoriza a empresa Energia dos Ventos IX S.A., a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Jandaia I, localizada no Município de Fortim, Estado do Ceará, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 6º e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão, nº 07/2011-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006719/2011-19, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Energia dos Ventos IX S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.253.373/0001-41, com sede na Avenida Rio Branco, nº 53, 3º andar, sala 302, parte, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Jandaia I, constituída de doze Unidades Geradoras de 1.600 kW, totalizando 19.200 kW de capacidade instalada e 9.900 kW médios de garantia física de energia, localizada às coordenadas 4º24'34,8" S e 37º49'1,5" W, no Município de Fortim, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL Jandaia I, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de cinquenta quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 230 kV da Subestação Russas II, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

- I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;
- II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:
 - a) obtenção da Licença de Instalação: até 20 de dezembro de 2012;
 - b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 20 de dezembro de 2012;
 - c) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: 18 de fevereiro de 2013;
 - d) início das Obras Civis das Estruturas: até 16 de outubro de 2013;
 - e) obtenção da Licença de Operação: até 13 de fevereiro de 2014;
 - f) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 4 de maio de 2014;
 - g) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 1º de setembro de 2014;
 - h) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 24 de novembro de 2014;
 - i) início da Operação em Teste da 1ª Unidade Geradora: até 24 de novembro de 2014;
 - j) início da Operação em Teste da 2ª Unidade Geradora: até 9 de dezembro de 2014;
 - k) início da Operação Comercial da 1ª Unidade Geradora: até 9 de dezembro de 2014;
 - l) início da Operação em Teste da 3ª Unidade Geradora: até 24 de dezembro de 2014;
 - m) início da Operação Comercial da 2ª Unidade Geradora: até 24 de dezembro de 2014;
 - n) início da Operação em Teste da 4ª Unidade Geradora: até 8 de janeiro de 2015;
 - o) início da Operação Comercial da 3ª Unidade Geradora: até 8 de janeiro de 2015;
 - p) início da Operação em Teste da 5ª Unidade Geradora: até 23 de janeiro de 2015;
 - q) início da Operação Comercial da 4ª Unidade Geradora: até 23 de janeiro de 2015;
 - r) início da Operação em Teste da 6ª Unidade Geradora: até 7 de fevereiro de 2015;
 - s) início da Operação Comercial da 5ª Unidade Geradora: até 7 de fevereiro de 2015;
 - t) início da Operação em Teste da 7ª Unidade Geradora: até 22 de fevereiro de 2015;
 - u) início da Operação Comercial da 6ª Unidade Geradora: até 22 de fevereiro de 2015;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



W. M. das Cor.
Fls. 164
Rubrica: J.
CS - 8

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 2799 /2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 13 de *Julho* de 2012.

Ao Senhor

LENILSON DA COSTA LIMA

Representante Legal da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Localidade de Campo São João

Rua Maria Cavalcante de Melo, nº114.

59.215-000 - Nova Cruz - RN

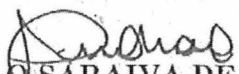
Assunto: Comunicado de Decisão Relativa ao Recurso Administrativo / Processo nº 53000.038388/2011

Senhor Representante Legal,

1. Comunicamos que o Recurso Administrativo interposto pela Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Localidade de Campo São João, em face do indeferimento do pedido de outorga nº 53000.038388/2011, não foi conhecido pelo Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica por meio de Despacho de 4/7/2012, publicado no Diário Oficial da União de 6/7/2012.

2. Por fim, comunicamos que a entidade poderá obter informações sobre a legislação aplicável ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, modelos padronizados, Manual de Orientação e publicações de Avisos de Habilitação no endereço eletrônico www.mc.gov.br.

Atenciosamente,


JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



CE-M. das Comu.
Fls. 165
Rubrica: J.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

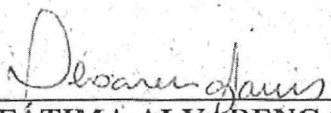
Assunto: **Despacho de arquivamento.**

1. O presente processo, cadastrado sob o nº 53000.038388/2011, da **Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Localidade de Campos São João**, da localidade de **Nova Cruz / RN**, encontra-se indeferido, não tendo sido conhecido o recurso administrativo apresentado, conforme Despacho do Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica de 4/7/2012, publicado no Diário Oficial da União – DOU de 6/7/2012. Não há, assim, qualquer tramitação pendente neste Ministério.

2. Isso posto, ressaltamos que o recurso administrativo já percorreu pelas duas instâncias administrativas existentes, não sendo possível, portanto, o conhecimento de novo pedido recursal, em virtude do estabelecido por meio do art. 63, inciso IV, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

À consideração superior.

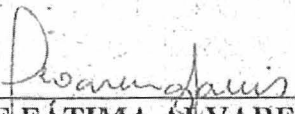
Brasília, 9 de julho de 2012.



VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS
Analista/Chefe de Serviço

De acordo com o Despacho. À consideração do Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária.

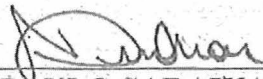
Brasília, 9 de julho de 2012.



VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS
Coordenadora de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Substituta

De acordo com a decisão. Encaminhe-se ao arquivo.

Brasília, 12 de julho de 2012.



JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIAIS



PARECER Nº 0552/2014/LRM/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.037564/2011-25

INTERESSADO: Associação Comunitária Lapa.

ASSUNTO: Requerimento solicitando autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte. A documentação apresentada obedece aos padrões legais. Pelo deferimento do pedido.

- I - Exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária, no Município de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.
- II - A documentação apresentada obedece aos padrões legais.
- III - Pelo deferimento do pedido, frente ao princípio da legalidade.
- IV - Encaminhamento dos autos ao apreço pelo Exmo. Ministro de Estado das Comunicações.

Senhora Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais,

I - DO RELATÓRIO

A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica submeteu ao crivo desta Consultoria Jurídica processo relativo à autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.

2. Conforme constou da Nota Técnica nº 0476/2014/CGRC/DEAA/SCE-MC, fls. 155/156, o Aviso de Habilitação concernente à localidade em questão foi publicado no Diário Oficial da União do dia 06/06/2011, sendo o prazo final para a entrega do requerimento e documentos exigidos legalmente o dia 21/07/2011. No caso em apreço, o pedido de habilitação foi protocolado no dia 21/07/2011, conforme consta do requerimento de fls. 02, concluindo-se, pois, por sua tempestividade.

3. Juntamente com o requerimento para autorização de execução do serviço de radiodifusão comunitária, a entidade postulante trouxe para os autos a documentação técnico-jurídica necessária para que se procedesse à análise inicial do pleito, em harmonia com o art. 9º, §2º, da Lei nº 9.612, de 1998 (Lei que instituiu o Serviço de RadCom) e demais normas infralegais (Decreto nº 2.615, de 1998, e Norma Complementar nº 1, de 2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23 de janeiro de 2004), destacando-se o seguinte:

- (i) estatuto da entidade, devidamente registrado, com previsão, dentre seus objetivos, de executar o serviço de radiodifusão comunitária (07/12, Art. 2º, fls. 08);

- (ii) ata da sua constituição e da posse da sua diretoria em exercício, devidamente registrada (fl. 13/15);
- (iii) comprovante de nacionalidade brasileira e maioria dos diretores (fls. 25, 26, 38 e 80);
- (iv) declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço (fl.22); e
- (v) manifestações de apoio à iniciativa (fls.24/70).

4. Realce-se que no estatuto social da entidade, em seu art. 14 (fl.11), consta a previsão de instituição de conselho comunitário, conforme preconiza o art. 8º da Lei 9.612, de 1988.

5. No que concerne especificamente às manifestações de apoio, cuja análise e contabilização são igualmente de competência da SCE, poderiam vir a ser utilizadas como eventual critério de desempate, caso se estivesse diante de entidades concorrentes e *habilitadas* para a mesma área e que não optassem por se associar, segundo o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 9º da Lei nº 9.612, de 1998. Porém, por se tratar, na hipótese ora em apreço, de única habilitada, não se fez jus ao referido critério de representatividade, aplicando-se, pois, o antevisto no §3º do mesmo articulado, a saber: "*Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço e estando regular a documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade.*"

6. A SCE, ao proceder à análise dos documentos entregues, concluiu que o feito encontrava-se devidamente instruído.

7. Eis o relatório.

II - DAS MEDIDAS ADOTADAS POR ESTA CONSULTORIA JURÍDICA

8. O comparecimento desta Consultoria no feito se faz necessário, em razão do que preconiza a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, em especial o que inscreve o seu Capítulo VI, definindo a competência "*Das Consultorias Jurídicas*" no contexto da Advocacia-Geral da União, senão, veja-se:

Art. 11- As consultorias Jurídicas, órgão administrativamente subordinados aos Ministros de Estado, ao secretário-geral e aos demais titulares de Secretarias da Presidência da República e ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, compete, especialmente:

- I- assessorar as autoridades indicadas no caput deste artigo;
- II- exercer a coordenação dos órgãos jurídicos dos respectivos órgãos autônomos e entidades vinculadas;
- III- fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;
- IV- elaborar estudos e preparar informações, por solicitação de autoridade indicada no caput deste artigo;
- V- assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob coordenação jurídica;
- VI- examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério, Secretaria e Estado-Maior das Forças Armadas:

os textos de edital de licitação, como os dos respectivos contratos

- a) ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados;
- b) os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade, ou decidir a dispensa, de licitação.

09. Preliminarmente, impende consignar que esta CONJUR, ao analisar os procedimentos relativos às outorgas para exploração de serviço de radiodifusão comunitária, e diante de recomendação do Ministério Público Federal, expediu a COTA nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, por meio da qual orientou a SCE a adotar providências no sentido de verificar a idoneidade moral da entidade bem como de seu quadro diretivo, frente ao disposto no artigo 34 alínea "a" da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), lei de aplicação subsidiária ao serviço de radiodifusão comunitária, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 9.612, de 1998.

10. Assim, face aos princípios que regulamentam o serviço de radiodifusão comunitária, bem como os atinentes à Administração Pública, determinou-se que fossem juntadas aos autos as certidões relativas aos feitos criminais da Justiça Estadual e Federal do local de residência dos últimos 05 anos dos dirigentes da entidade, documentos estes que comprovariam a sua idoneidade moral. Passou-se, também, a solicitar a juntada de declaração noticiando a existência, ou não, de imputação à entidade de execução ilegal de serviço de radiodifusão (sem outorga do Poder Concedente), com o fim de comprovar sua idoneidade moral para a prestação do serviço, dentro dos ditames legais.

11. Em atendimento ao solicitado acima, a entidade carreteou aos autos as competentes certidões criminais dos seus dirigentes associativos, no que se refere a feitos no âmbito da Justiça Estadual e Federal dos últimos 05 (cinco) anos do local de residência (fls. 113/20, 106, 109 e 112).

12. Quanto à verificação pela SCE acerca de possível execução ilegal do serviço pela entidade, foi expedido o Despacho de fl. 86, por intermédio do qual faz menção que nos últimos 05 (cinco) anos não há na localidade registro de fiscalização por operação clandestina.

III - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS

13. Da análise da documentação apresentada, em atendimento aos preceitos da Lei nº 9.612, de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 1998, e da Norma Complementar nº 1/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 2004, constatou-se o que se segue.

14. Além da requerente, também participou da seleção a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PEQUENOS PRODUTORES DA LOCALIDADE DE CAMPO SÃO JOÃO, Processo 53000.038388/2011-23, que teve seu processo arquivado por não ter encaminhado a documentação exigida no aviso de habilitação; tudo conforme foi noticiado na Nota Técnica nº 0476/2014/CGRC/DEAA/SCE-MC, fls. 155/156.

15. Ressalta-se que a referida entidade foi comunicada do arquivamento do seu processo por intermédio do ofício nº 7316/2011, fls. 158, AR à fl. 159. Inconformada, a entidade recorreu da decisão de arquivamento. Porém, não obteve o êxito pretendido, tendo sido informada do resultado por meio do Edital de fls. 163.

16. Foram juntados aos autos os atos constitutivos da entidade, compreendendo as atas de constituição e de eleição dos dirigentes, bem como o seu Estatuto Social, que comprovam a sua natureza jurídica de entidade comunitária, conforme estabelecido no artigo 7º da Lei nº 9.612, de 1998 e art. 11 do Decreto nº 2.615, de 1998.

17. A entidade ainda juntou as declarações de responsabilidade firmadas por seus dirigentes, as manifestações de apoio da respectiva comunidade, entre instituições e pessoas jurídicas da localidade, estando toda a documentação de acordo com as normas legais, conforme se atesta a Nota Técnica nº 0476/2014/CGRC/DEAA/SCE-MC, fls. 155/156.

18. Em relação às exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada nos presentes autos, estas estão em consonância com o estabelecido na legislação, basicamente as regras estabelecidas na Norma Complementar nº 1/2004, conforme demonstrado pelo Relatório Final da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

19. Ainda foram carreadas aos autos as certidões criminais dos dirigentes da entidade, através das quais se denota que em face deles não existe nenhuma demanda judicial criminal que possa desabonar sua idoneidade para a execução do serviço de radiodifusão comunitária. E, através de pesquisa realizada no sistema de fiscalização da ANATEL, não foi verificada nenhuma espécie de imputação acerca da realização pela entidade de serviço de radiodifusão ilegal, sendo atestada a idoneidade da entidade, pessoa jurídica, para a prestação do serviço, restando cumprida a Recomendação do D. Ministério Público Federal adotada por esta Consultoria Jurídica, consoante já explicitado nos parágrafos 11 e 12 da presente peça.

20. Por fim, necessário ressaltar que, por ocasião da apresentação da documentação exigida no Aviso de Habilitação, a entidade requerente, por equívoco, visando a provar a nacionalidade e maioria do Sr. Jarbas Magno Campos Sousa, membro da diretoria e ocupante do cargo de "Secretário", trouxe para os autos a sua CNH. O fato fora noticiado na Nota Técnica nº 2144/2012, fls. 74. Ocorre que, com a juntada da Carteira de Identidade, acostada à fl. 80, o vício apontado fora saneado pela entidade. Nesse sentido, necessário esclarecer que, de acordo com o entendimento desta CONJUR/MC, expresso no Parecer nº 1607/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, tal equívoco, por si só, não enseja o indeferimento do pedido, na medida em que não houve prejuízo para o interesse público.

IV - DA CONCLUSÃO

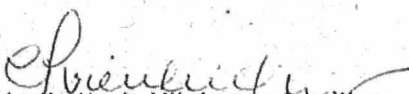
21. Com base nas informações apresentadas pela SCE em seu Relatório Final, verifica-se que o processo se encontra devidamente munido dos documentos necessários ao deferimento do pleito, estando em conformidade com a legislação que regula os atos de autorização para exploração do serviço de radiodifusão comunitária, cuja outorga deverá seguir os preceitos do art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

22. Por derradeiro, resta informar que o Congresso Nacional deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato de autorização, visando a produzir seus efeitos legais, com fulcro no § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil.

23. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, posiciona-se pelo regular prosseguimento do feito, tendo em vista a inexistência de óbice jurídico ao seu deferimento. Ao tempo em que pugnamos pelo encaminhamento dos autos ao Gabinete do Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 05 de maio de 2014.


Cláudia Maria Vilela von Sperling
Advogada da União



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIAIS

CONJUR
Fls. 168
Assinatura
das Comunicações

DESPACHO Nº 1716/2014/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU.

PROCESSO Nº 53000.037564/2011-25

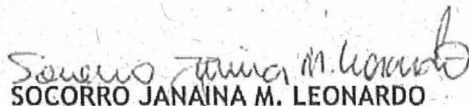
INTERESSADO: Associação Comunitária Lapa.

ASSUNTO: Requerimento solicitando autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte. A documentação apresentada obedece aos padrões legais. Pelo deferimento do pedido.

Aprovo o PARECER Nº 552/2014/LRM/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU.

Encaminhem-se os autos à apreciação do Senhor Consultor Jurídico.

Brasília, 7 de maio, 2014.


SOCORRO JANAINA M. LEONARDO

Advogada da União
Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

DESPACHO Nº 1717/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.037.564/2011-25

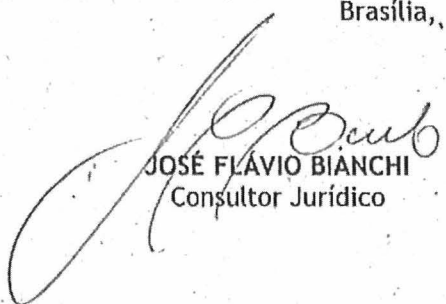
INTERESSADO: Associação Comunitária Lapa.

ASSUNTO: Requerimento solicitando autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte. A documentação apresentada obedece aos padrões legais. Pelo deferimento do pedido.

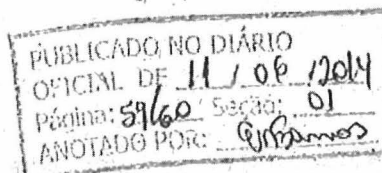
Aprovo o DESPACHO Nº 1716/2014/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, da lavra da Senhora Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais, que aprovou o PARECER Nº 0552/2014/LRM/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU.

Encaminhem-se os autos ao Gabinete da Srª. Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 13 de maio de 2014.


JOSE FLAVIO BIANCHI
Consultor Jurídico

Em 15/2015



PORTARIA Nº 461, DE 05 DE JUNHO DE 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.037564/2011, resolve:

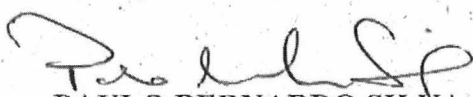
Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Lapa, com sede à Rua Industrial José de Brito, nº 560 C, bairro: Centro, na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar utilizando a frequência de 87,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 307, DE 10 DE JUNHO DE 2014

Estabelece prazo para o atendimento das exigências previstas em cláusula suspensiva de empreendimento de Mobilidade Urbana inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, o art. 3º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, resolve:

Art. 1º Estabelece os prazos apresentados no anexo, para atendimento das exigências previstas em cláusula suspensiva de empreendimento de Mobilidade Urbana inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, linha 18 metro de São Paulo, contados a partir da "Declaração de Início de Prazo de Concessão", do contrato de Concessão da Linha 18 - Brônze efetuado pelo COMPROMISSÁRIO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

Descrição	Prazo (dias)
Projetos técnicos de regularização	120
Comprovação da titularidade das áreas de travessia (propriedade, posse, promessa de uso e concessão de uso e outros instrumentos legais)	240
Licenciamento ambiental	270

PORTARIA Nº 311, DE 10 DE JUNHO DE 2014

Divulga a seleção de propostas do Governo do Estado de Minas Gerais e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Pacto da Mobilidade.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único, do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 1º, do Anexo I, do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, e

considerando o Decreto nº 5.227, de 22 de abril de 2014, que disciplina as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a serem executadas por meio de transferência obrigatória, Ação 1055 - Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano do Programa 2045 Mobilidade Urbana e Trânsito, e

considerando a Portaria nº 164, de 12 de abril de 2013, que aprova o Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades, resolve:

Art. 1º Tornar pública a seleção de propostas apresentadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais e pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte ao Ministério das Cidades, inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Pacto da Mobilidade, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

SELEÇÃO DE PROPOSTAS INSERIDAS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) PACTO DA MOBILIDADE

PROPOSTANTE	EMPENHAMENTO	FORTE	CODIGO DO EMPENHAMENTO
Governo do Estado de Minas Gerais	Estados e Projetos de Lei nº 3 do Norte da PNEH - Trecho 2 (Ouro Preto - Praça Faria Lima) e Trecho 3 (Praça Faria Lima - Estação Santa Luzia)	OGU	MEID4276
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte			
Governo do Estado de Minas Gerais	Estados e Projetos de Lei nº 3 do Norte da PNEH - Trecho 2 (Ouro Preto - Praça Faria Lima) e Trecho 3 (Praça Faria Lima - Estação Santa Luzia)	OGU	MEID4276
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte			
Governo do Estado de Minas Gerais	Estados e Projetos para implantação de sistema de transporte de passageiros ligando o Centro Novo e Belo Horizonte, no município de Contagem e região de Belo Horizonte - Belo Horizonte	OGU	MEID4276
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte			
Governo do Estado de Minas Gerais	Obras de implantação de Corredor BRT/Busão - Vitor Norte, de PNEH	OGU	MEID4276

Este documento pode ser consultado no endereço eletrônico <http://www.b.gov.br/infocidade/infocidade> pelo código 0001.2014061100059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24.08.2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PORTARIA Nº 308, DE 10 DE JUNHO DE 2014

Divulga a seleção de proposta do Governo do Estado da Bahia no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Pacto da Mobilidade.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único, do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 1º, do Anexo I, do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, e

considerando a inclusão do empreendimento no PAC pelo Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento (CGPAC) conforme lavrado em ata de 16 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Tornar pública a seleção de proposta apresentada pelo Governo do Estado da Bahia ao Ministério das Cidades, inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Pacto da Mobilidade, na forma do Anexo.

Art. 2º O empreendimento contemplado com recursos de Financiamento está amparado pelo subitem 6.1.1.5 - Seleção em Excepcionalidade, da Instrução Normativa nº 41, de 24 de outubro de 2012, do Ministério das Cidades, que regulamenta o Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE. Este empreendimento deverá aguardar abertura de linha de crédito pelo Conselho Monetário Nacional para seguir os procedimentos de contratação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

SELEÇÃO DE PROPOSTAS INSERIDAS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) PACTO DA MOBILIDADE

PROPOSTANTE	EMPENHAMENTO	FORTE
Governo do Estado da Bahia	Obra de implantação de linha de trânsito rápido - LTR - no município de Salvador	OGU

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 83, DE 10 DE JUNHO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais e, em razão da decisão judicial proferida nos autos da Ação nº 0037564422014013409, em curso na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, objeto do processo administrativo nº 80000.019574/2014-02, tem como o que consta do Processo Administrativo nº 50001.007558/2009-71, resolve:

Art. 1º Credenciar, até a decisão final do Processo nº 0037564422014013409 ou até que, operacionada a transferência de jurisdição prevista pela Resolução nº 446/2013-CONTRAN, novo pedido formulado pela mesma seja decidido pelo novo órgão competente, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do § 3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a filial da firma individual SANDRO LEMES DOS SANTOS JACAREI ME, CNPJ - 02.219.631.0002-02, situada no Município de Bragança Paulista - SP, na Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, 550 - Matadouro, CEP 12.910-335, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECY no Município de Bragança Paulista no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MORVAM COTRIM DUARTE

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

REJULGAÇÕES

Na Resolução nº 488, de 07 de maio de 2014, publicada no DOU de 13 de maio de 2014, Seção 1, pág. 47.

Onde se lê: "Define os meios tecnológicos habilitados de que trata o caput do art. 282, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), admitidos para assegurar a eficácia das notificações das infrações de trânsito."

Leia-se: "Define os meios tecnológicos habilitados de que trata o caput do art. 282, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), admitidos para assegurar a eficácia das notificações das infrações de trânsito."

Na Resolução nº 465, de 05 de junho de 2014, publicada no DOU de 09 de junho de 2014, Seção 1, pág. 82 e 83.

Onde se lê: "A área da calçada próxima ao meio fio deve ser sinalizada com piso tátil de acordo com a norma ABNT NBR 905, conforme mostra o Anexo I da presente Resolução."

Leia-se: "A área da calçada próxima ao meio fio deve ser sinalizada com piso tátil de acordo com a norma ABNT NBR 9050, conforme mostra o Anexo I da presente Resolução."

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 460, DE 5 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.017857/2013, resolve:

Art. 1º O órgão autorizador é a ASSOCIAÇÃO DE RADIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA CHAPEL DE COURO, com sede na Rua Joaquim Cardoso s/nº - Centro, Município de Governador Newton Bello, Estado do Maranhão, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único: A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema radiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 03° 25' 19"S e longitude em 45° 40' 14"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

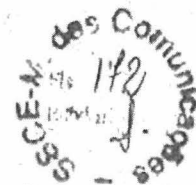
BAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 461, DE 5 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.037564/2014, resolve:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24.08.2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

ado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24.08.2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: 53000.037564/2011-25

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 19 de dezembro de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 19/12/2014, às 12:53, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0296110** e o código CRC **CBEC0CD3**.



**TERMO DE CADASTRO DE
INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 20 de janeiro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Alexandre Bezerra da Silva, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 20/01/2015, às 14:51, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0333343** e o código CRC **58AEA824**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Lapa - ACL, no Município de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe **caput** do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.037564/2011 que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**, Ministro de Estado das Comunicações, em 04/02/2015, às 15:58, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1232960



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0339029** e o código CRC **B8DE1ACE**.

DESPACHO

Processo nº: **53000.037564/2011-25**

Entidade: **Associação Comunitária Lapa - ACL**

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.**

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 461, de 05/06/2014, no Diário Oficial da União de 11/06/2014, que autoriza a Entidade a executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Nova Cruz/RN, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo nº 53000.037564/2011-25, em cópia autenticada, acompanhado do ato de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**,
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 11/02/2015, às 14:45, conforme art. 3º,
III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0296111** e o código CRC **47F9C50D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Brasília, 25 de fevereiro de 2015.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Lapa - ACL, no Município de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.037564/2011 que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ricardo Jose Ribeiro Berzoini

Presidência da República	
CODOC/PROTOCOLO	
25 MAR 2015	
Hora:	16:00
Func:	Guilherme



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 801 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6138 / 6889

Ofício nº 8994/2015/SEI-MC

Brasília, 24 de março de 2015.

Ao Senhor

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto, 4º andar
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivos digitais com valor de original:

EM nº 00020/2015 MC
- 53000.043799/2012

EM nº 00022/2015 MC
- 53000.036335/2011

EM nº 00015/2015 MC
- 53000.037564/2011

EM nº 00018/2015 MC
- 53000.064006/2012

EM nº 00024/2015 MC (2 volumes)
- 53000.064978/2011

EM nº 00017/2015 MC
- 53000.056160/2011

EM nº 00016/2015 MC
- 53000.030111/2009

EM nº 00021/2015 MC
- 53000.011728/2010

EM nº 00023/2015 MC
- 53000.001490/2013

EM nº 00025/2015 MC (29 volumes)
- 53000.001509/2001

EM nº 00026/2015 MC
- 53650.000995/2001

Atenciosamente,

WENDY BATISTA DE ARAUJO
Coordenadora-Geral Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Wendy Batista de Araujo, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete, Substituta**, em 24/03/2015, às 19:23, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0431315** e o código CRC **E2840CF1**.

Criado por nelsonk, versão 10 por wendy.araujo em 24/03/2015 19:21:49.